



**FUNDO
AMAZONIA**



Amazônia em debate: oportunidades, desafios e soluções



 **BNDES**

Amazônia em debate: oportunidades, desafios e soluções

Amazônia em debate: oportunidades, desafios e soluções

Presidente

Luciano Coutinho

Vice-presidente

Armando Mariante Carvalho Júnior

Diretor das Áreas de Capital Empreendedor, Meio Ambiente e Mercado de Capitais

Eduardo Rath Fingerl

Superintendente da Área de Meio Ambiente

Sérgio Weguelin

Coordenação e redação

Mônica Crespo Lope

A489 Amazônia em debate : oportunidades, desafios e soluções /
BNDES – Rio de Janeiro : BNDES, 2010.
204 p.

ISBN: 978-85-87545-34-3

1. Amazônia – Desenvolvimento sustentável. 2. Floresta
amazônica. 3. Meio ambiente. 4. Fundo Amazônia. 5. BNDES.
I. BNDES.

CDD 338.9278113

Sumário

Mensagem do Presidente | 7

Apresentação | 11

Introdução | 13

Cultivando ideias para entender a Amazônia

Reunião I | 21

Desafios para o desenvolvimento sustentável da Amazônia

Reunião II | 91

Ciência e tecnologia na Região Amazônica: onde investir? Como atuar? Quais as soluções?

Reunião III | 135

Um novo olhar sobre a Amazônia. Carro ou canoa? Índios ou operários? Qual o valor da floresta?

Mensagem do Presidente



O BNDES assumiu uma grande responsabilidade institucional como gestor do Fundo Amazônia. Responsabilidade que significa corresponder à confiança dos doadores nacionais e internacionais, por meio de uma gestão segura e eficiente do expressivo montante de recursos já disponíveis. A demonstração da capacidade de gerir eficientemente é imprescindível para que se possa ampliar a base de doações de modo a destinar mais recursos a projetos que resultem em benefícios concretos para a região.

A legitimidade do Fundo Amazônia provém de uma ampla interlocução com a sociedade. Suas diretrizes são definidas por um comitê orientador, presidido pelo ministro do Meio Ambiente e composto por representantes da sociedade civil, do setor público e de habitantes e instituições da região.

Temos pela frente grandes desafios a superar. Não há mais espaço, nem tempo, para experimentação. As questões urgentes que se apresentam em função do processo global de mudança climática em pleno curso são evidentes. Portanto, promover ações que contribuam para a conservação do meio ambiente, assegurando um mínimo de equilíbrio aos ecossistemas do planeta – para as futuras gerações –, tornou-se algo muito maior que apenas um tema a mais na agenda pública. Eu diria que o meio ambiente é o grande tema da nova agenda do desenvolvimento. E cabe ao Brasil um papel de liderança mais decisivo nesse processo.

Nós do BNDES sabemos da relevância que temos, como banco de desenvolvimento, na construção de um modelo benigno de crescimento e estamos prontos – tanto com os instrumentos financeiros necessários quanto com a mobilização dos quadros do Banco – para colaborar com o governo brasileiro em prol do desenvolvimento socioambientalmente sustentável da Amazônia. O setor privado, por sua vez, não pode se esquivar de assumir posição relevante

nesse novo modelo de desenvolvimento e deve estar consciente de sua responsabilidade socioambiental, mediante investimentos e ações concretas.

Entender a riqueza e a complexidade do vasto território amazônico requer clareza de visão. Sem ilusões ou sonhos. A política de repressão, baseada no uso de satélites brasileiros que mantêm, por meio de rastreamento, certo controle sobre o processo de desmatamento, é necessária, mas não soluciona o problema. Apenas a criação de atividades econômicas sustentáveis pode conter a pressão predatória sobre os recursos naturais.

Nesse contexto, investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em inovação, são essenciais para a geração deliberada dos conhecimentos necessários à concretização de novos modelos empresariais de geração de renda e ocupação econômica decentes para as populações amazônicas.

É preciso enfrentar diretamente os desafios postos pela degradação da floresta nas regiões de alta intensidade populacional e de uso desordenado do solo, para o que frequentemente contribuem a atividade pecuária, os guzeiros, os madeireiros e os produtores de soja. Políticas e ações firmes de regeneração, mudança profunda dos modelos de negócio e de mentalidades devem ser concebidas e implementadas sem demora.

Para tanto, a criatividade intelectual exercida com responsabilidade será bem-vinda na busca de soluções para o conflito existente entre a necessidade de suporte socioeconômico e a necessidade de sustentabilidade ambiental, envolvendo o destino de cerca de 25 milhões de pessoas na Amazônia.

Essa população expressiva, evidentemente, necessita de renda e, por falta de alternativas viáveis, realiza atividades predatórias para a floresta. O desafio é substituir essas atividades por outras, competitivas, que garantam a conservação da maior floresta tropical do mundo. É um desafio concreto, e o Fundo Amazônia defronta-se com a realidade de investir em uma região onde apenas 14% da terra tem titularidade legal.

Por tudo isso, a estratégia para a região não pode depender de ações isoladas. Entender a diversidade da Amazônia e atuar estruturalmente e de forma coordenada consiste, sem dúvida,

em um magno desafio. A região demanda uma política abrangente e complexa, mas que primordialmente precisa ser operacional, pragmática e eficaz!

É nesse sentido que o BNDES e a sua Área de Meio Ambiente – AMA não pouparão esforços para utilizar o Fundo Amazônia como instrumento para gerar resultados efetivos, capazes de promover um novo modelo sustentável de desenvolvimento socioambiental da região.

Luciano Coutinho
Presidente do BNDES

Apresentação



Os textos resultantes da transcrição dos debates que se realizaram no BNDES ao longo do *brainstorming* sobre o Fundo Amazônia constituem leitura agradável e instigante. Revelam muito bem o clima de liberdade e criatividade que permeou as discussões. Foi um prazer assistir a um time de craques do conhecimento ambiental dialogando sobre problemas e propostas para a Amazônia, de forma organizada, metódica e com respeito mútuo. A transcrição das intervenções reaviva muito bem a qualidade e a profundidade dos debates ocorridos.

A época de realização do seminário remete-nos a uma etapa da história do BNDES que foi a sua designação como gestor do Fundo Amazônia, instrumento destinado a captar doações a serem investidas na redução do desmatamento. Foi também o momento de criação de uma área do BNDES dedicada exclusivamente ao meio ambiente. Mais uma vez em sua história, o Banco foi convocado a cumprir uma missão de Estado, em um momento crucial para o país, em uma hora em que a nação está sob o foco global, por suas responsabilidades com relação à preservação das florestas tropicais.

O trabalho do Banco na área ambiental não é novidade, pois desde 1989 contamos com uma unidade de meio ambiente dedicada ao suporte às áreas operacionais em questões ambientais e ao desenvolvimento de novos programas. Esse trabalho de 20 anos será agora expandido, com a Área de Meio Ambiente, que reunirá às tradicionais funções de suporte e formulação de políticas a de gestor do Fundo Amazônia e a de realização de operações de mercado, no que hoje se chama *green finance*.

Exemplo de realizações já efetuadas nesse campo é a criação do Programa BNDES Compensação Florestal, cujo objetivo é promover a regularização do passivo de reserva legal em propriedades rurais destinadas ao agronegócio e com isso contribuir para a preservação e valorização das florestas nativas e dos ecossistemas remanescentes. Houve também a criação do Fundo de Investimento em Participações, voltado para ativos florestais, com

gestor já selecionado e do qual se espera a captação de investimentos de até R\$ 1,5 bilhão. Outra iniciativa, anunciada na COP 15 (Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2009) pelo BNDES e pela BM&F, da Bovespa, foi o desenvolvimento do Índice Carbono Eficiente, destinado a estimular as companhias de capital aberto a reduzirem suas emissões de gases causadores do efeito estufa.

O fato de ter sido a gestão do Fundo Amazônia atribuída ao BNDES fez os debatedores manifestarem-se otimistas, pelas novas possibilidades abertas no trato das questões da região, pelo peso institucional e pela experiência de mais de 50 anos do Banco no desenvolvimento do país. Os resultados já começaram a surgir. O BNDES aprovou, no final de 2009, os primeiros cinco projetos que receberão recursos do Fundo Amazônia. No total, serão desembolsados R\$ 70,3 milhões, destinados à prevenção e contenção de desmatamento, ao levantamento de dados ambientais e fundiários de propriedades rurais e à restauração de áreas degradadas. Os projetos apoiados foram apresentados pela Fundação Amazonas Sustentável (FAS), pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, pelo Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy do Brasil (TNC Brasil), pelo Instituto Ouro Verde e pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio).

A leitura dos debates é uma ótima introdução aos grandes problemas ambientais da Região Amazônica e do país e irá interessar não apenas àqueles responsáveis por formulações de políticas públicas, mas a todos que querem conhecer mais profundamente a Amazônia. Como grande desafio, está o desenvolvimento de uma economia da floresta tropical que seja uma alternativa viável a atividades econômicas geradoras de desmatamento.

Para o BNDES, os debatedores trouxeram a questão de que sua ação deve transcender a de gestor de um fundo destinado à contenção do desmatamento. Colocaram-lhe o desafio de fazer da sustentabilidade o centro de sua ação desenvolvimentista.

Eduardo Rath Fingerl

Diretor da Área de Meio Ambiente do BNDES

Introdução

Cultivando ideias para entender a Amazônia

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, gestor do Fundo Amazônia, convidou especialistas e acadêmicos ligados ao meio ambiente para contribuir com ideias voltadas para o desenvolvimento, a conservação e a preservação da Região Amazônica. A proposta da Área de Meio Ambiente do BNDES surgiu como parte dos esforços de estruturação do Fundo Amazônia, criado em agosto de 2008, por meio do Decreto 6.527, que atribuiu ao BNDES a responsabilidade por sua administração.

Três encontros foram realizados entre a equipe do Banco e estudiosos do setor e da Região Amazônica. A intenção foi a de abrir o debate em torno da atuação do Fundo, de modo a se obter um conjunto de informações e de enfoques sobre o tema que contribuam na busca de diretrizes para atingir os objetivos previstos. Nas discussões, a palavra sustentabilidade assumiu sua semântica histórica, englobando questões sociais, econômicas, culturais e ecológicas.

Conhecer e analisar a Amazônia são tarefas superlativas, tanto quanto suas dimensões, complexidades e seus desafios. Como gestor de um fundo com perspectivas de se tornar um dos maiores instrumentos globais de REDD – sigla em inglês para Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal –, o BNDES mobiliza a inteligência de seus quadros e de especialistas do setor, que foram chamados a contribuir com sugestões para a construção de um novo modelo de desenvolvimento na região. Há problemas que demandam decisões para enfrentá-los e questões à espera de soluções.

Este livro é resultado dos debates que ocorreram durante os três encontros, realizados no edifício do BNDES, no Rio de Janeiro, entre os meses de abril e junho de 2009, sobre temas distintos, no formato de *brainstorming*. Cada uma das reuniões teve, em média, a duração de oito horas, seguindo modelos semelhantes na sua estrutura, mas assumindo ritmos diferentes que variaram de acordo com a dinâmica dos debates e com o perfil dos debatedores.

Entre consensos e algumas divergências, prevaleceu, nos três encontros realizados, a ideia de que o modelo de planejamento centralizador, que tratava a Amazônia como uma região homogênea, está ultrapassado. Os debates convergiram para a constatação de que há várias Amazônias encravadas no Norte do país, com peculiaridades distintas e, portanto, demandando ações e soluções diferentes, que devem ser adequadas às características específicas de cada região.

A opção pela diversificação dos temas visou obter os resultados mais amplos possíveis, ou seja, percorrer um leque de questões ligadas à Amazônia, com o cuidado de manter uma abordagem integrada dos problemas da região, incluindo processos socioeconômicos, ecológicos e ligados à ciência e tecnologia. O objetivo, conforme demonstram as páginas seguintes, foi alcançado com êxito.

O primeiro encontro, para o qual foram convidados 11 estudiosos de questões ambientais com perfis distintos e enfoques, em muitos casos, divergentes sobre a Amazônia, teve caráter mais generalista. Os debates giraram em torno da região de abrangência do Fundo, visando mapear sua diversidade e, sobretudo, seus desafios.

Falou-se sobre regularização fundiária e ambiental, ordenamento territorial e a necessidade de se pensar sobre a sustentabilidade no longo prazo e de instrumentos para compatibilizar preservação ambiental e acesso da população ao sistema público básico. Investimentos em infraestrutura foram considerados fundamentais para a integração da região, mas devem caminhar ao lado de uma visão global de desenvolvimento, que inclua a conservação dos recursos naturais.

Como lidar com essas questões?

A segunda reunião ganhou contornos mais objetivos. A direção do BNDES convidou especialistas na área de ciência e tecnologia associada ao meio ambiente, por se tratar de uma das vertentes prioritárias nos investimentos do Fundo. O objetivo foi obter informações necessárias à elaboração de estratégias de apoio ao setor.

O resultado do encontro, resumidamente, foi a percepção da importância da geração de conhecimentos sobre a região e a consolidação dessas informações em um banco de dados que permitam tomadas de decisões; da fixação de capital intelectual na Amazônia; de ações efetivas

para transformar conhecimento em iniciativas práticas; da necessidade de agregação de valor nas cadeias produtivas; e da criação de processos para a utilização dessas tecnologias.

No terceiro e último encontro, estiveram no BNDES representantes da sociedade civil da Região Amazônica, da população que vive na floresta e ao longo dos rios, além de acadêmicos dedicados à cultura e aos aspectos sociais da região. Foram debatidas as questões socioeconômicas, essenciais para enfrentar o desafio de integração entre desenvolvimento e meio ambiente, em um território que reúne biodiversidade, riquezas, adversidades, potencialidades, envolvendo comunidades com sistemas de valores distintos.

O presidente do BNDES, Luciano Coutinho, abriu os encontros reafirmando o comprometimento do Banco com a questão ambiental e o compromisso de consolidar estratégias para o Fundo que resultem em ações eficazes para a região. Participaram dos debates os diretores das Áreas de Capital Empreendedor Meio Ambiente e Mercado de Capitais, Eduardo Rath Fingerl, e das Áreas de Gestão de Riscos, Pesquisa e Acompanhamento Econômico e Planejamento, João Carlos Ferraz. O superintendente da Área de Meio Ambiente, Sergio Weguelin, acompanhou os debates ao longo do dia com sua equipe, incluindo os chefes operacionais, Eduardo Bandeira de Mello, Cláudia Costa, Márcio Macedo e Otávio Lobão.

Conduzidas pelo superintendente da Área de Recursos Humanos do BNDES, Paulo Faveret, as reuniões foram estruturadas com uma dinâmica inspirando que as ideias florescessem. Faveret solicitou aos participantes que concentrassem esforços em um foco: apontar oportunidades, desafios e soluções para a questão amazônica, e que evitassem uma abordagem descritiva clássica, composta de diagnósticos, avaliação e tendências.

Na abertura da série de encontros, Luciano Coutinho enfatizou a importância da sequência de *brainstormings* e citou alguns dos principais desafios da região que demandam solução. Por exemplo, a existência de uma população que precisa de renda para sobreviver e que, ao longo dos anos, vem se ocupando de atividades predatórias para a floresta.

Diante dessa realidade, o desafio real e complexo que o BNDES tem pela frente é procurar alternativas econômicas sustentáveis que substituam as atuais, muitas das quais predatórias, por outras sustentáveis e competitivas, capazes de conter o desmatamento. O Fundo será um dos instrumentos para se atingir esse objetivo.

“Temos que nos valer da inteligência de quem tem experiência, que já estudou o assunto para enfrentar desafio de tal complexidade. Por isso, a importância dessa sequência de debates com todos vocês”, disse Coutinho.

As próximas páginas contêm uma síntese das três reuniões que ocorreram nos dias 14 de abril, 6 de maio e 24 de junho de 2009, no edifício do BNDES, no Rio de Janeiro. A opção foi por seguir a dinâmica adotada nos encontros, de modo a fornecer ao leitor um retrato fiel dos debates realizados. Por essa razão, os textos foram resumidos e editados, mas mantiveram o tom coloquial que marcou as discussões ao longo do dia.

Destinado a financiamentos não reembolsáveis de projetos que contribuam para a prevenção, o monitoramento e o combate ao desmatamento da floresta, o Fundo Amazônia foi concebido como instrumento que também contribuirá para o uso sustentável do bioma amazônico.

A diminuição do desmatamento, a preservação e o manejo sustentável das florestas são oportunidades claras de se obterem benefícios climáticos imediatos.

O estoque de carbono para as florestas tropicais do mundo é estimado em cerca de 100 bilhões de toneladas, equivalentes ao dobro do total acumulado na atmosfera. A Floresta Amazônica tem uma extensão aproximada de 5,5 milhões de quilômetros quadrados, dos quais cerca de 60% em território brasileiro, e abriga 33% das florestas tropicais do mundo e cerca de 30% das espécies conhecidas da flora e da fauna. A cada ano, libera para a atmosfera – por meio da evaporação e da transpiração da vegetação – mais de sete trilhões de toneladas de água.

As diretrizes do Fundo Amazônia são formuladas pelo Comitê Orientador (COFA). O Comitê possui, ainda, a atribuição de acompanhar os resultados obtidos, zelar pela fidelidade das iniciativas apoiadas pelo Fundo e pela aplicação dos recursos, em conformidade com as metas, os compromissos e as políticas do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM) e dos programas estratégicos do Plano Amazônia Sustentável (PAS).

O COFA é um comitê tripartite, formado pelo governo federal, pelos governos estaduais e pela sociedade civil. Cada bloco tem direito a um voto nas deliberações, e cada membro direito a um voto dentro de seu bloco.

O Fundo Amazônia também conta com um Comitê Técnico, nomeado pelo Ministério de Meio Ambiente (MMA), cujo papel é atestar as emissões oriundas de desmatamentos na Amazônia.

O Comitê também avalia as metodologias de cálculo da área de desmatamento e a quantidade de carbono por hectare utilizada no cálculo das emissões. É composto por seis especialistas de notório saber técnico-científico designados pelo MMA, após consulta ao Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, para mandato de três anos, prorrogável por mais um período.

A prioridade dada pelo BNDES ao desenvolvimento sustentável, presente tanto na gestão de suas participações acionárias como nos seus critérios para a concessão de financiamentos a investimentos, resultou na criação da Área de Meio Ambiente, no início de 2009.

A nova área, além de ser responsável pela gestão do Fundo Amazônia, assegura ao Banco os instrumentos necessários ao cumprimento de sua agenda ambiental. O BNDES tem sob sua responsabilidade, também, a tarefa de captar recursos para o Fundo, definir os projetos financiados e monitorar a evolução de cada um deles.

A iniciativa da equipe de realizar encontros para ouvir opiniões, sugestões e identificar os desafios relacionados à região revela o tipo de gestão que o Banco quer imprimir ao Fundo Amazônia. Em uma palavra, transparência, o que implica a prestação de contas das realizações e a manutenção de um canal de comunicação aberto com a sociedade civil e governos.

Os resultados destes eventos não teriam sido os mesmos sem a parceria interna com a Área de Recursos Humanos e com o Gabinete da Presidência, que tornou possível a participação de Paulo Faveret e Mônica Magnavita.

Desde o início da proposta, ambos demonstraram competência, entusiasmo e dedicação em assumir; respectivamente, a condução inovadora dos debates e as atividades de compilação e edição que resultaram na publicação deste livro. A eles, a homenagem e o agradecimento do Fundo Amazônia.

Coordenadores da série de encontros



Paulo de Sá Campello Faveret Filho

Economista e mestre em Economia pela UFRJ, MBA Executivo pela Coppead-UFRJ, economista do BNDES desde 1992, professor da Universidade Candido Mendes e do IBMEC-RJ, ex-conselheiro principal da Diretoria Executiva para o Brasil do BID. Atual Superintendente da Área de Recursos Humanos do BNDES.



Sergio Eduardo Weguelin Vieira

Economista, formado pela Universidade Candido Mendes, com mestrado em Política Econômica pela The New School for Social Research – Nova York. Foi diretor da Comissão de Valores Mobiliários e atualmente é superintendente da Área de Meio Ambiente do BNDES.





Reunião I

Participantes



Adalberto Luis Val

Biólogo, pesquisador na área de biodiversidade e adaptações ao ambiente. Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (MCT) e membro titular da Academia Brasileira de Ciências.



Carlos Eduardo Frickmann Young

Economista da UFRJ, pós-graduação em Políticas Públicas pela Cepal, mestrado em Economia da Indústria e da Tecnologia pela UFRJ, doutorado em Economics pela Universidade de Londres e pós-doutorado pela Universidade de Oxford. Atua na área de meio ambiente.



Fabio Feldmann

Ambientalista, secretário-executivo do Fórum Paulista de Mudanças Climáticas Globais e de Biodiversidade. Primeiro presidente da Fundação SOS Mata Atlântica. Agraciado com o prêmio Global 500 da ONU. Deputado constituinte da área de meio ambiente.



Guilherme Dias

Doutor em Economia pela USP e professor titular da Faculdade de Economia e Administração da mesma universidade, tem pesquisado nas áreas de economias agrária e dos recursos naturais.



Mário Ramos Ribeiro

Doutor em Economia pelo Instituto de Pesquisas Econômicas da USP, especializado em teoria econômica aplicada pela Cepal, consultor nas áreas de economia ambiental e de defesa da concorrência e economia e finanças corporativas, professor titular da Universidade da Amazônia.

Desafios para o desenvolvimento sustentável da Amazônia



Roberto Waack

Biólogo, mestre em Administração de Empresas pela Faculdade de Economia e Administração da USP e presidente do *board* internacional do Conselho do Forest Stewardship Council e do Conselho Consultivo do Instituto para o Agronegócio Responsável.

Sérgio Besserman

Economista e ambientalista, professor de Economia Brasileira na PUC-Rio, funcionário licenciado do BNDES, membro do Conselho Diretor da WWF-Brasil, presidente da Câmara Técnica de Desenvolvimento Sustentável e de Governança Metropolitana do Rio de Janeiro e ex-presidente do IBGE.

Sérgio Abranches

Mestre em Sociologia pela Universidade de Brasília, Ph.D. em Ciência Política pela Universidade de Cornell, comentarista do boletim *Ecopolítica* na Rádio CBN, escreve sobre meio ambiente para o site *O Eco*, professor visitante do Instituto Coppead de Administração da UFRJ.

Sérgio Leitão

Advogado especialista na defesa de direitos socioambientais. Diretor de Políticas Públicas do Greenpeace. Foi diretor executivo do Instituto Socioambiental, em São Paulo, assessor especial da presidência na Funai e assessor para assuntos indígenas.

Tasso Azevedo

Engenheiro florestal, consultor do Ministério do Meio Ambiente sobre florestas e mudanças climáticas, membro do Comitê do Fundo Amazônia, de cuja formulação participou, primeiro diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro e ex-secretário executivo da ONG Imaflora.

Virgílio Viana

Engenheiro florestal, Ph.D. em Biologia pela Universidade de Harvard, com pós-doutorado em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade da Flórida, diretor-geral da Fundação Amazonas Sustentável, livre-docente em Ciências Florestais da Universidade Superior de Agricultura Luiz de Queiroz.

O primeiro encontro reuniu 11 acadêmicos e especialistas da área de meio ambiente em torno do tema “Região Amazônica”. O brainstorming foi estruturado em quatro etapas, de modo a permitir um ambiente que estimulasse a troca de ideias, como uma conversa entre amigos, mas regida por um arcabouço temático guiado pelo moderador, Paulo Favaret. A condução das discussões estimulou a livre exposição de propostas, mas com organização e método.

Na sessão inicial, de uma hora, os participantes foram convidados a apresentar duas ideias consideradas fundamentais para a questão amazônica com o objetivo de trazer à tona o maior número de opiniões relevantes para o seletivo grupo de especialistas, evitando questões específicas relativas ao Fundo Amazônia. A proposta era ampliar a discussão a partir de uma abordagem de aspectos ligados a toda a região.

A fase seguinte ganhou foco maior. Os participantes deveriam apontar os principais desafios da Amazônia e seus fatores críticos, em áreas avaliadas como as mais importantes para o desenvolvimento sustentável da região.

A terceira rodada versou sobre condicionantes, na qual foram expostos fatores de sucesso, objetivando a busca de soluções a partir dos desafios mapeados. Não se pretendeu, com isso, construir uma política do BNDES para o Fundo Amazônia ou um plano de negócios, mas ampliar os conhecimentos a respeito do tema. Muitas das soluções apontadas encontravam-se fora da esfera de ação do Banco, mas estão transcritas no livro, de modo a retratar a linha das propostas apresentadas nos debates.

As exposições finais, uma espécie de “pinga-fogo”, caracterizaram-se por estrutura de maior liberdade nas exposições, com contribuições e sugestões de cada um dos participantes, sem orientações prévias. A liberdade, no entanto, tinha apenas uma regra: os comentários deveriam ser estritamente pessoais. Não importava o que apontam os estudos nacionais e internacionais sobre o assunto e nem o que o mundo pensa sobre o tema. O objetivo era ouvir o que aquele grupo convidado pelo BNDES, pelo histórico de cada participante na área ambiental, tinha a dizer.

Houve convergência expressiva de questões durante os debates e, ao longo do dia, sete temas se destacaram.

Principais pontos

1. *Regularização fundiária* – Instrumento para ação do Estado; comando, controle e aplicação das leis. Causas econômicas do desmatamento. Regularização fundiária com capital intangível.
2. *Governança* – Implantação de uma governança efetiva na Amazônia, com articulação federativa incluindo o Judiciário e o Ministério Público. Necessidade de arcabouço jurídico e inovação na abordagem da Amazônia. Restabelecimento da competência da União para controlar a gestão florestal da Amazônia, redução da burocracia e aumento da eficiência de políticas públicas. Sincronização das ações de Estado.
3. *Integração* – O país ainda não foi capaz de oferecer uma agenda de integração, embora exija muito da região. O que se quer da Amazônia? Já foi dito o que não se quer, mas não está claro o que se oferece para a região.
4. *Ciência e tecnologia* – Desenvolvimento, inovação, apropriação tecnológica e incorporação da tecnologia e valor nas diversas cadeias produtivas fragmentadas na região, como, a madeireira. Fortalecimento do sistema científico da região, o que requer ações como a integração com instituições internacionais, criação do programa Ciência na Mata e transformação do arco do desmatamento em arco de desenvolvimento sustentável.
5. *Educação* – Ensino básico, formação básica de capital humano. Adequação à realidade local, aderência ambiental e cultural e ações para redução do baixo nível de escolaridade.
6. *Fixação de pesquisadores* – Necessidade de criação de incentivos para estimular a permanência de especialistas na região.
7. *Sustentabilidade* – Integração de setores modernos do *agribusiness* ao desenvolvimento sustentável.

Além dos temas convergentes, outros, como mercado de carbono, ganho de produtividade, combate aos desequilíbrios intrarregionais, economia da floresta em pé, financiamento para negócios sustentáveis, foram abordados como questões importantes para a região.

► Fundo Amazônia – único mecanismo de REDD de escala

Tasso Azevedo – Falarei um pouco sobre a origem do Fundo Amazônia e o contexto em que foi criado. Existe uma discussão global em torno da implantação de mecanismos de REDD (da sigla em inglês de Reducing Emissions from Deforestation and Degradation, que significa reduzir emissões provenientes de desflorestamento e degradação), que é basicamente a ideia de que a diminuição do desmatamento e da degradação florestal reduz uma grande fonte de emissão de gás do efeito estufa. À medida que contribui para mitigar as emissões, pode evitar o aumento de dois graus na temperatura do planeta.

A proposta foi feita em 2005 durante a Conferência das Partes, a COP de Montreal, e, desde então, além da tentativa de se criar uma regulamentação para a introdução do tema no acordo do clima, há propostas para a adoção de mecanismos que resultem em iniciativas capazes de gerar mecanismos de REDD.

No Brasil, a experiência de implementação do plano de prevenção e combate ao desmatamento na Amazônia, unida aos esforços estaduais, da sociedade civil etc., levou a uma redução do desmatamento e, portanto, das emissões.

Para o modelo do Fundo, foi criado um mecanismo relativamente simples. Com base nos dados gerados pelo Prodes/Inpe, comparamos a área desmatada em um dado ano com a média histórica de 10 anos, de 1996 a 2005. Essa média histórica é revisada a cada cinco anos. O resultado é uma diferença em hectares que transformamos em toneladas de carbono, utilizando uma base bem conservadora de 100 toneladas de carbono por hectare. Assim determinamos o quanto deixou de ser emitido em um dado ano. A partir daí, buscam-se contribuições da ordem de US\$ 5,00 por tonelada de carbono que deixou de ser emitido.

A ideia é captar recursos, de forma unificada e em grande escala, para investir na continuidade das políticas de combate ao desmatamento e de estímulo ao uso sustentável e à conservação da floresta, a partir de uma conta que é essa tonelagem de carbono vezes uma quantidade de dinheiro. Esse é o único mecanismo de REDD, hoje, em implementação nessa escala.

► Transparência e credibilidade

Sérgio Leitão – Há uma questão orientadora, que é a da credibilidade. Parece-me ser a principal questão para o sucesso do Fundo. Por que uso a palavra “credibilidade”? Porque o Fundo parte da ideia de que o Brasil tem um dever que está sendo cumprido, que é o da preservação ambiental.

Mas esse dever não necessariamente continuará sendo cumprido. Digo isso em função de uma série de iniciativas, principalmente do governo federal, como a recente medida provisória* relativa à questão fundiária na Amazônia, permitindo ampla expansão da concessão de terras e legalização de grilagens. A MP foi elaborada sem qualquer tipo de discussão com a sociedade no sentido de pesar e equilibrar suas consequências. Foi feita em comum acordo com forças que não primam pela postura mais avançada sobre a Amazônia.

Há, também, a retomada da construção da BR-319, Manaus-Porto Velho, uma tragédia em termos econômicos e ambientais para o país. Temos o anúncio de outra MP para facilitar o licenciamento de obras iniciadas no governo militar e não concluídas, com o objetivo de criar uma espécie de via rápida para esse tipo de licenciamento ambiental.

Então, se o Fundo trafega nesse ambiente de dúvida, em que a questão ambiental é sempre vista como um entrave a se superar, pode ser que os momentos de trégua, como a doação da Noruega ao Fundo, não se repitam. Portanto, minha preocupação é, fundamentalmente, saber quais as condições que teremos para continuar defendendo doações ao Fundo Amazônia por parte de países ou de quem quer que seja.

Há uma grande falta de sintonia entre a área ambiental e as demais áreas do governo, o que põe em xeque a questão da credibilidade do país para continuar recebendo essas doações. Essa é a provocação que eu gostaria de fazer para avaliarmos e pensarmos.

* A Medida Provisória 458/09 foi elaborada para tratar da regularização fundiária da Amazônia Legal. O objetivo é regularizar propriedades de até 1.500 hectares, que até então não tinham padrão na ocupação de terras. Não são passíveis de regularização as áreas protegidas como terras ocupadas ilegalmente em Áreas de Proteção Permanente, áreas indígenas demarcadas ou não e florestas nacionais (N. do E.).

► Importância do conhecimento

Sérgio Besserman – Como funcionário da casa, consigo dimensionar adequadamente o significado tangível e intangível de criação da Área de Meio Ambiente. A decisão tem uma importância extraordinária, um grande mérito, o que fará com que o recurso inicial do Fundo Amazônia tenha também relevância.

Se alguém estivesse escrevendo um livro há 15 anos sobre uma agenda para o Brasil, esse livro teria um capítulo intitulado “A agenda ambiental”. Em 2008, escrever um livro com uma agenda para o Brasil e ter um capítulo chamado “A agenda ambiental” seria ridículo. Estamos vivendo outros tempos. “Desenvolvimento sustentável” é o nome do negócio, é o nome do jogo.

O futuro do BNDES e do Brasil, do ponto de vista do que será o seu desenvolvimento e da sua posição no mundo, decide-se em uma competição acirrada e que exige muita visão estratégica, porque os novos parâmetros ainda não foram precificados. O nome do jogo é “desenvolvimento sustentável”, ainda que não saibamos como ele será possível. O futuro do BNDES é esse, o futuro dos negócios é esse. Não se trata de um item da agenda, mas do que decidirá o que será o Brasil amanhã.

Quanto às recomendações, há uma micro e outra macro. A micro já foi feita aqui pelo colega Sérgio Leitão: muita transparência para fixar a credibilidade, ouvidos abertos, aprender com quem faz, com quem está nisso há um bom tempo.

A macro é a seguinte: estamos em um mundo em profunda e acelerada transformação. A estrutura de preços relativos da economia mundial vai se alterar drasticamente nos próximos anos, tanto por conta do que ocorrerá com a matriz energética, quanto pela crescente precificação dos custos dos serviços ambientais, hoje utilizados como bens públicos.

A Amazônia é um pedaço importantíssimo disso tanto pelo que representa para o Brasil, como pelo estoque de carbono. Então, insisto: há necessidade de conhecimento, mas muito conhecimento. A realização destes encontros aqui é uma abertura para o mundo, coisa que o BNDES sempre fez. É preciso acompanhar o que está em curso, e as negociações em relação às

mudanças climáticas que nortearão o mercado no qual trabalhamos alterarão os preços relativos em toda a economia, não apenas os relativos à Amazônia.

Em resumo, é preciso acompanhar *up-to-date* o que estará ocorrendo no mundo nos próximos anos para que esta organização, o BNDES, mantenha seu principal mérito, que é a flexibilidade inteligente, a capacidade de adaptação, aquilo que Darwin chamaria de “o que leva a sobreviver”, e para que esteja preparada para realizar os movimentos na velocidade em que eles serão necessários.

► Desmatamento zero e melhora do IDH

Sérgio Abranches – Primeiro, concordo muito com o que o Sérgio Leitão falou. Em seguida, concordo com tudo o que foi dito pelo Sérgio Besserman e tentarei complementar com algumas ideias. Começo pela seguinte: qual é a visão dominante do que é a Amazônia hoje, sob o ponto de vista discutido aqui?

Globalmente, a Amazônia é clima, e clima, relacionado à Amazônia, é desmatamento. A Amazônia tem uma população relativamente grande – embora não na escala nacional – mas de baixo índice de desenvolvimento humano [IDH], fato agravado porque permaneceu estagnada ao longo da expansão da fronteira econômica para a região. O que significa que a expansão não gerou riqueza e valor para a Amazônia.

Do ponto de vista econômico, a Amazônia é fronteira, portanto, é uma área de baixo custo e pouca lei. Se o Fundo vai ser uma mudança de paradigma, dependerá do seu efeito concreto. Se não houver mudança de visão, não haverá mudança de paradigma, e, nesse aspecto, credibilidade é fundamental. Assim como também é fundamental a mudança de visão, a fim de que haja avanço efetivo em mecanismos de governança capazes de garantir a sustentabilidade e a permanência do baixo desmatamento.

A única meta possível é o desmatamento zero. Não acredito em qualquer meta de desmatamento parcial. A meta, o gol, a visão, o objetivo tem de ser desmatamento zero. A Amazônia não gera valor desmatada; portanto, qualquer árvore jogada fora não gera valor.

Segundo, o fim do desmatamento tem de vir acompanhado por ganhos de IDH em renda, educação e saúde. A mudança fundamental de paradigma é transformar essa fronteira de baixa rentabilidade, sem lei, de atividade extensiva, primitiva, extrativa, numa fronteira de alta rentabilidade, aumentando a densidade educacional, a densidade científica, a densidade tecnológica e a produtividade da economia da região. O que significa o seguinte: nada do que está lá serve muito.

Fui crítico publicamente da decisão de trazer para o BNDES o Fundo Amazônia, de início. E vou dizer claramente o porquê. Porque o BNDES, para mim, havia feito uma ruptura com a questão ambiental.

Hoje sou um apoiador, porque no momento em que o Banco cria uma área operacional de meio ambiente e traz, conforme o presidente Luciano Coutinho, essa área para o centro das decisões, passa a ter a visão do que é a Amazônia do futuro sem desmatamento. Uma Amazônia com estrutura de atividades que o BNDES sabe promover.

Se o BNDES agora tem uma visão central ambiental e se usar seu *know-how* para desenvolver empresas de ciência e tecnologia no sentido de aumentar a inovação, a criatividade, a rentabilidade e a produtividade das empresas, acho que aí, sim, teremos um instrumento poderoso para realizar uma mudança de paradigma na Amazônia. Mas é preciso também que ele use sua autonomia como aparelho de Estado, porque há contradições profundas no governo.

► **Brasil pode liderar desenvolvimento de economia florestal**

Roberto Waack – Concordo integralmente com os três Sérgio, que me precederam, e vou enfatizar uma visão menos macro, mais voltada para a implementação.

O conceito de criação de uma economia da floresta tropical é essencial, já que ocupa a metade do nosso país. Existem economias florestais extremamente desenvolvidas no planeta. Na Região Norte, há uma espécie de paradigma de que a floresta temperada é diferente da floresta tropical e de que, portanto, não se aplicaria aqui uma série de conceitos adotados nos países de clima temperado.

Tenho muitas dúvidas em relação a isso. Evidentemente, são florestas diferentes, mas países da Escandinávia, o Canadá, os Estados Unidos conseguem ter uma economia florestal com uma floresta muito menos produtiva que a nossa. Uma economia extremamente inclusiva do ponto de vista social, que promove não a visão de desenvolvimento associado a crescimento, mas a visão de desenvolvimento associado a um bem-estar muito mais equilibrado do que em outras partes do planeta.

O Brasil tem tudo para ser o país que pode vir a liderar o desenvolvimento de uma economia da floresta tropical. Na minha visão, sobre três pilares.

O primeiro desses pilares é o uso múltiplo da floresta. Não podemos concentrar a visão da floresta na visão madeireira, embora a atividade madeireira faça parte dos processos de manejo sustentável, com rastreabilidade, baixo impacto e grande escala. A riqueza dessa área é imensurável. Há elementos de conhecimento que podem ser rapidamente incorporados, o que infelizmente não ocorre. E, claro, há a questão do serviço ambiental, mas não restrito a carbono. A área dos serviços ambientais é extremamente ampla.

O segundo pilar seria relativo à questão da cadeia de valor. Não é possível estruturar uma economia florestal com base na venda de matéria-prima. Precisamos ir além na cadeia de valor. Costumo brincar que nas organizações que trabalham com o comércio de produtos florestais, especialmente na Europa, o carro típico dos proprietários dessas organizações é um Porsche Cayenne, que no Brasil custa cerca de US\$ 160 mil.

Aqui, costumamos dizer que se trata de uma economia que não para em pé. Certamente valor existe, mas não o estamos capturando. Precisamos nos apropriar desse valor, que está associado à nossa capacidade de industrialização, de transformação desses produtos de uma forma inteligente.

Para isso, inovação é absolutamente essencial, com a adaptação de tecnologia advinda dessa base florestal que já existe no planeta, das florestas temperadas, combinada com o que o Brasil já tem em termos de capacitação para desenvolvimento tecnológico. Ir além da simples comercialização da matéria-prima. Reiterando, captura de valor.

O terceiro pilar é a questão da inserção social relativa a dois elementos: um é a capacitação em educação específica, profissionalizante. Não estamos falando de um sistema educacional genérico, mas de um modelo que incorpore a realidade da floresta, o que não temos. De novo, a floresta ocupa a metade de nosso país, e não dispomos de um sistema educacional que incorpore essa realidade.

Há um outro elemento, que é a questão da governança, da organização social, das redes sociais e de um empenho para que as populações que vivem nessa região consigam avançar nas suas relações com o resto do país. Especialmente esses modelos de governança mais avançados, que incorporam elementos interessantíssimos da informalidade que vão além da simples burocracia.

São esses três pontos que acho importante incorporarmos, não só visando ao Fundo Amazônia, mas, de uma forma mais ampla, tendo em vista a floresta tropical.

► Caminhos para manter a floresta em pé

Adalberto Luis Val – Gostaria de começar contra-argumentando algumas das posições que foram colocadas aqui. Entretanto, gostaria de lembrar, antes de mais nada, que a Amazônia contribui com aproximadamente 8% do PIB brasileiro, mas recebe apenas 2% dos investimentos em ciência e tecnologia do total aplicado no país.

Contribuindo com 8% do PIB, é muito preocupante a afirmação de que “nada do que está na região serve para alguma coisa”, se quisermos nos ater apenas a números de interesse econômico, mas a Amazônia é muito mais do que isso: é ambiente, é cultura, é gente da nossa gente, é informação sobre o ambiente e sua dinamicidade, sobre a diversidade biológica.

A sociedade que vive na região vem protegendo e convivendo com a floresta desde o início dos tempos. Não podemos nos esquecer disso. Há embutido nessa sociedade um conhecimento tradicional extremamente importante que pode alavancar até mesmo muitas muitas das ações pensadas aqui.

Também não concordo com a construção da estrada [Manaus-Porto Velho], mas o governo brasileiro, a sociedade brasileira até hoje não disse quanto quer investir para integrar essa região ao resto do país. Quando alguém fica seriamente doente por lá, é preciso pegar um avião e

pagar um custo exorbitante para vir se tratar nas regiões mais desenvolvidas do país. Por que não pensamos o contrário?

A mesma questão está presente nos investimentos em energia elétrica e em comunicação. A internet hoje na Amazônia ainda é crítica. No estado do Amazonas, por exemplo, o *link* para todos os participantes da RNP (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa) é de 20 *megabytes* por segundo no total, enquanto em várias regiões do Brasil esse mesmo *link* é na faixa de *gigabytes* por segundo. Portanto, temos outro tema para reflexão.

Entrando no aspecto específico da abordagem proposta, enfatizo que se trata de uma questão de escala. Tenho insistido muito nisso. Estamos falando de 60% do território brasileiro, mas pensando em 2%, em 5%. Precisamos pensar grande: são 60% do território brasileiro.

Além disso, a Amazônia não é só brasileira, mas se estende por todos os países do norte da América do Sul e é também um pouco europeia. Temos um Estado europeu na região, a Guiana Francesa. Hoje o governo francês investe de maneira significativa em ciência e tecnologia na Guiana e busca a cooperação com o governo brasileiro.

Segundo ponto, estamos falando de uma região que não é homogênea, e é extremamente temerário compará-la à floresta canadense ou americana. Temos diversidade ambiental e diversidade biológica que se mantêm por conta da intrincada relação que existe entre elas. Se reduzimos isso, a própria diversidade se perde e com ela a relação de nossa gente com a própria floresta, colocando em risco a diversidade sociocultural existente na região.

Temos hoje 25 milhões de brasileiros vivendo na Amazônia. Dez milhões sem acesso à energia elétrica. Esse é um ponto. A outra vertente é a questão dos conflitos. Investimos maciçamente na produção de satélites, num arcabouço jurídico de *enforcement*, mas investimos quase nada no processo de inclusão social. Tal situação é base de conflitos. Como resolver isso?

Há vários caminhos extremamente interessantes que podem viabilizar a manutenção da floresta em pé, que é o que buscamos. Um deles diz respeito a investimentos em cadeias produtivas. Nosso presidente, Luciano Coutinho, mencionou a questão da aquicultura. Nós

temos peixe na Amazônia que é capaz de crescer 15 quilos em um ano e não temos uma cadeia produtiva para aproveitar isso.

Outro comentário é sobre a questão de recursos humanos para educação, ciência e tecnologia. Não adianta falarmos em ciência e tecnologia, se não fixarmos recursos humanos qualificados na região. Precisamos criar um mutirão nacional para formar mestres e doutores capazes de pensar a Amazônia e de novas formas jurídicas para fixar recursos humanos na região. Para tanto, é necessário criar formas mais flexíveis para levar e fixar pessoal capacitado na Amazônia.

Sem isso, não consigo ver nenhuma ação duradoura na região que possa viabilizar o seu desenvolvimento sustentável. As leis que colocam uma cerca em torno da Amazônia não são inteligentes. Por quê? Porque hoje é possível comprar e acessar qualquer recurso biológico da região em qualquer lugar do mundo. Portanto, precisamos chegar primeiro, precisamos pesquisar o que temos lá, acessar a informação que já existe na região, por meio do conhecimento tradicional, por meio das instituições que estão na região.

► Mecanismos de financiamento para a região

Carlos Eduardo Young – É difícil no meio dessa mesa de craques ser original. Desculpem, portanto, se eu for um pouco repetitivo. O primeiro grande problema que aponto é o da inconsistência da política pública que ampara a região.

Não adianta imaginar que o Fundo Amazônia resolverá problemas regionais quando se sabe que a alocação de recursos para a agricultura do Fundo Constitucional do Centro-Oeste e do Fundo Constitucional do Norte é superior ao que o Fundo Amazônia conseguirá captar em um ano. Há instituições que querem melhorar essa alocação e não conseguem.

O grande significado desta reunião no BNDES é que finalmente tem um peixe grande para falar em nome do meio ambiente. Se o Banco, com o peso que tem na esfera federal, conseguir criar um pouco mais de consistência na formulação de política de desenvolvimento, será um grande passo.

Muitos já falaram sobre a questão da inconsistência das políticas públicas em relação à área ambiental. Por isso, vou me fixar em um aspecto específico. Estamos discutindo aqui mais um mecanismo de financiamento para a região.

Como Adalberto [Luis Val] acabou de dizer, há uma necessidade crônica de investimento em infraestrutura e modernização na Amazônia. Ao mesmo tempo, precisamos reduzir sua dependência econômica das transferências. É uma situação paradoxal.

Provavelmente mais de um terço do PIB de estados como o Acre, Roraima e Amapá é formado pelas transferências do governo federal. Existem economias que vivem em torno dessas transferências. O problema reside no fato de que a alocação é feita de forma descoordenada. Então, a primeira ideia central do Fundo Amazônia deverá ser a de iniciar um esforço para tornar mais eficiente e sistemática a alocação de recursos.

Há recursos significativos que não podem ser alocados em função de dificuldades legais, porque não há contrapartida. E a soma é significativa. Estamos falando de mais de R\$ 500 milhões em créditos oficiais, mas nada tem sido implementado. Paralelamente a isso, o problema do orçamento é dramático, cruel, desesperador. Só este ano foi feito mais um corte violento em cima do Ministério do Meio Ambiente, de aproximadamente 40%.

A segunda ideia central é que o Fundo Amazônia seja uma possibilidade de incubar um novo sistema de financiamento. Isso porque, diante dessa crise orçamentária, em que há recursos que não são alocáveis e em que os recursos efetivos são cadentes, imagino o Fundo Amazônia como uma forma de incubar novos instrumentos de captação.

Mas precisamos remover uma outra pedra do sapato na questão do reflorestamento: o governo federal brasileiro. Precisamos remover entraves porque temos grande potencial não só em REDD, mas também em reflorestamento, um tema esquecido.

Ninguém fala que há restrições concretas a projetos de reflorestamento no âmbito do Protocolo de Kyoto que impedem, na prática, sistemas de reflorestamento vinculados a créditos voluntários. Temos novos mercados surgindo, *bio-banking* (banco de pesquisas genéticas), bancos de biodiversidade, questões de água...

Na área de governança, há a questão da servidão florestal, um espaço muito importante, mas que vai por água abaixo se forem aprovadas as mudanças no Código Florestal que estão sendo articuladas pelo setor rural. Essas mudanças, em si, já serão suficientes para que todas as metas previstas de redução de desmatamento sejam revistas, e, conseqüentemente, não se poderá arrecadar absolutamente nada.

A iniciativa do BNDES é uma grande oportunidade, por causa da competência técnica, do peso político e do prestígio que esta casa tem. Todo mundo respeita o BNDES, e agora vocês estão ampliando a atuação para a área ambiental. Isso é muito importante, porque passamos a ter um aliado, temos a quem recorrer.

E esse é o primeiro passo de um movimento de captação de recursos que pode ser muito significativo. Podemos imaginar que seja só o começo.

► Modelo de governança na Amazônia

Fabio Feldmann – Em primeiro lugar, gostaria de dizer que, do ponto de vista simbólico, é fundamental ter o BNDES liderando esse processo. A experiência internacional evidencia o porquê. No momento em que o ex-economista chefe do Banco Mundial Nicholas Stern fez um relatório sobre os impactos do aquecimento global na economia, a leitura do problema passou a ser diferente em relação à leitura feita sobre a mesma questão pelos ambientalistas. Ou seja, a participação do BNDES no tema sustentabilidade assume importância muito grande.

Há várias questões para serem abordadas. Por exemplo, indústrias com grande crescimento econômico sem preocupação com o lixo gerado por seus produtos, como o lixo eletrônico. Seria muito importante utilizar a massa crítica do BNDES em conjunto com a do Ministério do Meio Ambiente e a de outros ministérios para atividades preventivas nesse sentido, a fim de evitar problemas de gestão de resíduos sólidos.

Outro grande problema da Amazônia é a regularização fundiária. Se fosse escolher uma instituição fundamental nesta discussão seria o patrimônio da União. Existe um dispositivo na Constituição Federal, no artigo 225, que torna indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

Quer dizer, condiciona a arrecadação de terras devolutas à conservação ambiental, o que é estratégico. A maior parte das terras amazônicas é devoluta, e esse dispositivo constitucional nunca foi utilizado, aliás, nunca foi lido.

Se não tratarmos a questão da regularização fundiária com as outras políticas públicas, seremos malsucedidos. Isso remete a um aspecto importante e crucial, que o [Sérgio] Abranches abordou, que é o de governança.

O problema do Brasil é criar na Amazônia e em outros biomas um modelo de governança no qual se entenda que o poder público é fundamental, mas não é o ator exclusivo.

O acordo possível em relação à Amazônia é o seguinte: vamos conter a expansão da fronteira agrícola, vamos aumentar a produtividade nessas áreas. Esse é um acordo político, isto é, um acordo que o país tem de fazer com ele mesmo.

O Fundo certamente não terá uma operação política no sentido micro, mas terá uma operação política no sentido macro para ajudar a viabilizar esse grande acordo na sociedade brasileira. Um acordo entre o setor empresarial mais avançado com a sociedade civil, os líderes governamentais e a comunidade científica brasileira, que tem a massa crítica.

A expectativa é que o Brasil possa criar um modelo que enfrente o problema do desmatamento ou da mudança de uso do solo. Um relatório recente da consultoria McKinsey mostrou que o custo de mitigação de gás de efeito estufa e de mudança de uso do solo é o menor em relação às outras estratégias de mitigação.

Quero enfatizar a importância da regularização fundiária e também dizer que temos de inovar quando falamos em governança na questão de financiamento, mesmo sendo inovadores em áreas como a de serviços ambientais. A questão do serviço ambiental não é de conceituação, mas de quem pagará essa conta e da criação de mecanismos de financiamento.

Não vou entrar no mérito do MDL [Mecanismo de Desenvolvimento Limpo], mas sua grande inovação foi seu financiamento através do mercado. O Fundo Amazônia é importante na medida em que foi capaz de criar uma fonte de financiamento sustentável no tempo. Os grandes líderes governamentais fazem grandes discursos, mas quando se chega nos detalhes da negociação há muita dificuldade de acesso a esses recursos.

Precisamos considerar, também, a atuação de bancos de compensação e bancos de mitigação. Nos Estados Unidos, temos uma experiência inovadora de bancos de mitigação regulados não pela área ambiental, mas pela área financeira do governo. Estou enfatizando esse aspecto porque acho que a inovação precisa estar na fronteira do ponto de vista institucional e legal. Isso não quer dizer que se deva abrir mão do comando, do controle. No Brasil, fala-se sobre a necessidade de um estado de direito, mas temos de contar com outros mecanismos.

Teríamos de ter uma legislação para o bioma amazônico, assim como para outros biomas. O problema é que isso não foi feito. A única norma que temos no Brasil é o Código Florestal. Se houver redução do Código, vamos deixar desprotegidos todos os biomas, com exceção da Mata Atlântica, que tem uma lei específica.

Portanto, do ponto de vista institucional, um dos objetivos tem de ser a elaboração de uma legislação para os biomas, inclusive porque o texto constitucional é um pouco precário, pois foi redigido há mais de 20 anos. Se conseguíssemos criar um marco regulatório para esses biomas, estaríamos com menos dificuldade no enfrentamento que temos no Congresso Nacional em relação ao Código Florestal.

Mesmo que eu reconheça as dificuldades do Código Florestal, trata-se da única norma. Por essa razão, vejo como um dos papéis do Fundo a capacidade de articulação política.

Na reunião que tive com empresários durante a visita do príncipe Charles ao Brasil, ficou claro que a marca de produtos brasileiros, de certa maneira, é prejudicada pelo desmatamento amazônico, em relação à sua reputação e suas exportações. Portanto, temos de ter a capacidade, e o Fundo Amazônia também, de constituir alianças na sociedade brasileira.

Estou passando a bola para o professor Guilherme [Dias] para saber da viabilidade de se conter a fronteira agrícola. Essa é a grande negociação, o grande pacto para aumentar a produtividade, negociando para que nessas áreas que já foram desmatadas possamos ter capacidade de continuar incrementando a agricultura brasileira. Esse é o pacto que o Brasil tem de fazer.

Um comentário final. Falou-se aqui sobre a Bacia Amazônica. Há muitos anos que eu defendo que o TCA [Tratado de Cooperação Amazônica] tenha um papel diferente.

Em relação ao Ártico, por exemplo, foi feito um grande pacto em torno da questão do aquecimento global financiado por vários países. Eu proponho isso há muitos anos. Por que estou enfatizando esse aspecto? Porque o impacto do aquecimento global sobre a Região Amazônica é extremamente complexo e de magnitude suficiente para estimular qualquer possibilidade de acordo, incluindo o suprimento de energia nas outras regiões do país.

O Fundo Amazônia trata, entre outras coisas, de projetos ligados à mitigação, mas o aspecto relacionado à adaptação, inclusive na agricultura, é fundamental. Consta no Relatório Stern do Brasil que o território brasileiro já teria tido um aumento de 1°C nos últimos 50 anos, e que a agricultura brasileira teria problemas até de migração.

Para algumas culturas, os investimentos teriam de ser feitos imediatamente para a adaptação, com a possibilidade de se estudar o bioma da caatinga a fim de obter informações sobre a resistência das plantas ao estresse hídrico, em função da necessidade de inovação tecnológica.

Acho que o Fundo tem como uma das frentes de atuação – a que o presidente Luciano Coutinho já se referiu – a inovação. Por isso, temos de ter uma cabeça aberta, usar o que deu certo. Ter como grande desafio a imaginação. Não se trata só de obter recursos e aplicá-los, mas de gerar na sociedade brasileira o desafio de inovação em todos os sentidos.

► A palavra é enfrentamento

Guilherme Dias – Apesar da provocação de [Fabio] Feldmann para eu entrar na questão da expansão da produção agrícola na Amazônia, deixo claro que ele conhece a minha resposta: a expansão da produção agrícola não precisa da Amazônia.

Quero enfatizar o capítulo da governança dentro do processo como um tipo de desafio. Como não conseguimos controlar o que chamo de “nação da pecuária extensiva”? Há cerca de 30 anos temos acumulado evidências de que essa atividade agrega muito pouco valor ao nosso produto e, ainda assim, não conseguimos controlar os interesses dessa “nação”.

Existe uma resistência brutal ao processo de inovação e de reorganização da sociedade “pecuária extensiva”. Temos de enfrentar isso. Ou seja, existe um problema de fato por trás desse processo, que é de efetivo enfrentamento.

Outro aspecto importante, já ressaltado aqui por Roberto [Waack], é o seguinte: acompanho eventualmente o projeto de manejo sustentável da floresta e observo que, se deixarmos um projeto solto, ele morre, quase sempre. Temos um problema de mercados doentes. Um problema claríssimo. Conheço um pouco melhor o do mercado de madeira, mas imagino que os outros sejam parecidos.

Não vejo outra alternativa – é uma questão de enfrentamento mesmo. Fomos de uma absurda condescendência durante todos esses anos. Vemos as coisas acontecerem, reproduzindo-se, e não impedimos que elas aconteçam de novo.

É claro para mim que aqueles projetos de manejo não são sustentáveis, dada a estrutura que enfrentam. Então, é necessário alguma forma de intervenção na estrutura desses mercados, mas intervir para valer, porque a tendência deles é entrar em um processo absurdo de exploração.

Infelizmente, minha conclusão em relação a essas preocupações é a seguinte: temos a necessidade de um enfrentamento, uma questão de guerra, de mobilização e de atuação agressiva sobre essas questões ligadas à atividade agropastoril. Uma parcela desse mercado que precisa ser reestruturada é a pecuária extensiva.

► **Fundo Amazônia deve considerar intangível**

Mário Ramos Ribeiro – Concordo muito com o que falou o doutor Adalberto [Luis] Val, porque se trata de uma pré-condição para discutir a questão amazônica, que ainda não foi integrada ao Brasil nem intelectual, nem fisicamente; nem do ponto de vista de infraestrutura, nem do ponto de vista de conhecimento.

Ponto dois: houve crescimento considerável nos últimos anos em relação à regulamentação e ao comando e controle. Acredito que, a título de provocação, se as ações de comando e controle tivessem de dar algum resultado, já teriam dado.

Estou fazendo claramente uma distinção entre comando e controle e aplicação de leis. A aplicação de leis é uma obrigação do Estado, já comando e controle constituem aspectos da capacidade que o Estado tem ou não de gerenciar, de criar uma boa regulação e de, efetivamente, regulamentar, utilizando os mecanismos de *law enforcement* (aplicação das leis). Como não temos esses mecanismos, todos os instrumentos de comando e controle criados não funcionaram, como o do zoneamento ecológico-econômico, criado por lei em 1981 e modificado em 2002.

Existe na Amazônia um conflito interessante: há uma dimensão privada para a questão da reserva legal de uma propriedade, mas pode-se estar em conflito com o interesse público por conta de um zoneamento ecológico-econômico até feito, mas nunca usado. E nem há condição, porque falta *enforcement* para se tornar instrumento de política pública.

Outro ponto que considero importante, e está ressaltado em um documento do Banco Mundial, diz respeito às causas do desmatamento da Amazônia. Um dos aspectos muito interessantes é o da natureza econômica da Amazônia, sobretudo a questão da pecuária, como ressaltou aqui o professor Guilherme [Dias]. Ela é geologicamente endógena. Ou seja, as situações de clima, de chuva, as questões ambientais específicas diversas entre a Amazônia ocidental e a Amazônia oriental, criaram um ambiente que torna a pecuária altamente rentável.

A ideia de o BNDES como *think tank* me agrada, a exemplo da entrada do Banco Mundial no tema sustentabilidade, a partir do Relatório Stern. O último relatório do Banco Mundial, *Where is the wealth of nations?*, trabalha com o seguinte ponto: é preciso calcular a depreciação do recurso natural. Em linguagem econômica, é uma teoria do capital aplicada aos recursos naturais. Normalmente, avalia-se o capital produzido levando em conta sua depreciação.

O que o Banco Mundial fez para 140 países? Analisou o capital produzido, capital de recurso natural, acrescido do capital intangível, que inclui conhecimento, instituições, governança, *rule of law*, enfim, as condições básicas. A constatação é que a maioria dos países desenvolvidos já não depende tanto de capital produzido, não depende tanto de capital de recurso natural, porque há um investimento enorme na área de capital intangível.

Qualquer política pública do Fundo Amazônia de destinação deve levar em conta essa questão, a questão do intangível, até porque o documento do Banco Mundial faz um *mea culpa*

a respeito de sua atuação nos últimos 50 anos, quando se investiu em capital produzido e gerou-se uma maldição nas economias de recurso natural.

Vivo em uma economia em que leio, em Belém do Pará, frequentemente notícias de conflitos. Isso é problema de *rule of law*, isso é capital intangível que não está sendo devidamente controlado, financiado ou regulamentado. A questão da regularização fundiária é fundamental na questão amazônica, porque ela é capital intangível também.

Um aspecto relevante sobre o assunto também foi destacado pelo Banco Mundial em um *brainstorming* semelhante a este, tratando da questão ativo, riqueza e renda. Normalmente, ativo gera renda, na forma pecuniária, monetária ou de serviços, mas foi destacada aqui a necessidade de renda gerar ativo.

Vamos imaginar uma mina que gerou renda para uma determinada população e que acabe depois de 60 anos. Há ativos cristalizados que podem garantir uma taxa de crescimento *per capita* continuada, de forma que ela não caia, não vá para o abismo.

Como a regulamentação do modelo é ruim, há comando e controle, mas não existe *enforcement*, e nem mecanismos de incentivos; quando se esgota uma mina ou quando uma reserva acaba, todos os incentivos são para continuar, perpetuar a pecuária, perpetuar o *status quo* benéfico para eles. Isso está no relatório do Banco Mundial sobre as causas do desmatamento na Amazônia.

Esse é um dos desafios do grupo de pensamento. Acho importante a ideia do indicador de sustentabilidade, porque contribuirá para mudanças importantes. Vamos imaginar que o Estado possa definir reservas legais a partir de um zoneamento ecológico. Hoje, os prefeitos não têm interesse em constituir as reservas legais, mas passarão a ter se houver contrapartidas, como propostas para aumentar as transferências provenientes do Fundo de Participação dos Municípios ou garantir à prefeitura algum tipo de financiamento para o desenvolvimento, para a integração da Amazônia, de modo que contribua para a cristalização de ativos. Sem o indicador, sem o termômetro de sustentabilidade, não há como monitorar.

O Fundo Amazônia tem de ser um fundo de integração da região ao resto do país e valorizar ativos ambientais. Quanto vale o bioma Amazônia ou de algumas reservas legais?

É muito difícil fazer isso, mas não é impossível. Trata-se de um instrumento de política pública fantástico.

► **Entrada do BNDES no meio ambiente muda cenário**

Virgílio Viana – Gostaria de fazer eco a todos os colegas, elogiando o BNDES não apenas pela reunião em si, mas por seu simbolismo. A entrada do BNDES na questão amazônica e ambiental tem uma importância histórica. Há muito tempo muitos de nós reclamávamos um maior envolvimento do Banco nessa área. Acredito que a inclusão do tema Amazônia no portfólio do Banco tem uma dimensão histórica e, a meu ver, vai além da constituição do Fundo Amazônia.

O Fundo Amazônia, entretanto, não será a panaceia para todos os males. Muitos estudos e relatórios – que já foram resumidos aqui: McKinsey, Stern e tantos outros – apontam para a necessidade de uma economia verde em todas as regiões do planeta. Entretanto, acredito que em nenhuma outra região esse tema seja mais urgente do que na Amazônia. A questão central é: como colocar do outro lado da cerca, que tem uma economia de bilhões, relacionada com o desmatamento (de soja, de gado e madeira ilegal etc.), uma economia verde de outros tantos bilhões, baseada na valorização da floresta em pé.

Será um desafio para o BNDES tornar-se um ator na promoção do desenvolvimento sustentável e na conservação ambiental da Amazônia. Participei de uma avaliação independente do Banco Mundial há cerca de oito anos, e a conclusão foi a de que o Bird cometia dois erros: o que eles chamam de “erros de comissionamento” e “erros de omissão”.

Erro de comissionamento foi, por exemplo, o Polonoroeste. (Nos anos 1980, fundos do Banco Mundial financiaram a construção de uma estrada ligando o município de Pontes de Lacerda à BR-364, que une Cuiabá a Porto Velho.) E erro de omissão diz respeito à ausência do agente financeiro em algumas atividades, motivada pela aversão ao risco de imagem e aos custos de transação.

Com relação à proposta do moderador, gostaria de focar dois temas. O primeiro é o possível papel do BNDES como catalisador de mudanças para uma nova economia verde, talvez o papel mais estratégico. Ninguém desmata por burrice, nem por ignorância, nem por estupidez, nem por irracionalidade; é o que tenho dito como mantra nos últimos anos.

Precisamos criar uma racionalidade econômica, e essa racionalidade deve olhar para outros instrumentos. A visão da Área de Meio Ambiente do BNDES deve incluir vários instrumentos novos que vão além do Fundo Amazônia. O Fundo poderia ser o catalisador, o incubador, mas não devemos confiar apenas nos mecanismos de doações. Convém lembrar que os governos serão chamados a contribuir, provavelmente com tragédias climáticas, ambientais e humanitárias, tipo *tsunami*, terremotos, enfim, coisas do gênero. E políticos tendem a responder muito mais às tragédias do que às ações estruturantes.

Nesse sentido, considero relevante a oportunidade de o BNDES mesclar recursos de doação com recursos de mercado. O BNDES poderia ser o catalisador dessas operações e apoiar a estruturação do mercado de carbono para florestas. É a melhor oportunidade das nossas vidas para salvar a Amazônia e melhorar a qualidade de vida das pessoas que lá vivem. Para aqueles que militam nesse setor há bastante tempo e já têm cabelos brancos, como eu, nunca tivemos, na história da Amazônia, uma oportunidade como a de agora, com os recursos financeiros associados ao REDD.

Mas não devemos nos iludir de que isso será apenas uma ação de governo. O Banco poderia ter um papel estratégico ao ir além da visão de um projeto apenas governamental.

Existe uma ideia equivocada de que os mecanismos de fundo competem com os mecanismos de mercado. Acredito que não. Desde que não haja dupla contabilidade, podemos ter ambos. O BNDES podia ser ativo em ambos, na estruturação tanto de mecanismos de mercado quanto de mecanismos de financiamento não reembolsável. Existe a tese de que o mecanismo de mercado inviabiliza o mecanismo de fundo; isso é profundamente equivocado.

O segundo ponto que eu queria mencionar são lições aprendidas. O presidente Luciano Coutinho afirmou que o Banco está entrando na área de meio ambiente, uma área nova, que administrará um fundo não reembolsável. Quero lembrar que existe uma memória muito grande

no Brasil e no mundo de transações internacionais com fundos não reembolsáveis, e a memória normalmente é trágica. Por essa razão, seria importante o Banco revisar lições aprendidas dos mecanismos reembolsáveis. Há muita literatura sobre isso e convém não cometer os mesmos erros do passado.

Soluções simples são interessantes e quero compartilhar uma solução supersimples: um dos temas é o pagamento por serviços ambientais. Desenvolvemos um sistema chamado “Bolsa Floresta”, que conta hoje com 10 milhões de hectares, com seis mil famílias participando de um compromisso de desmatamento zero.

Não adianta chegar com regras complicadas, como o professor Mário [Ramos Ribeiro] abordou, num ambiente de ausência de lei. As regras têm de ser supersimples, para que as pessoas possam entender em um piscar de olhos. Se a equação for complexa, ninguém entende e segue o processo de destruição que devastou a Mata Atlântica.

► Área de meio ambiente mesclará o Fundo com outros mecanismos

Eduardo Rath Fingerl – Entendo que o objetivo da criação da Área de Meio Ambiente é justamente mesclar o Fundo Amazônia com outros mecanismos existentes no Banco, que tem longa tradição em renda fixa e em renda variável. Vamos aproveitar ao máximo essa oportunidade oriunda do Fundo Amazônia para unir os instrumentos tradicionais do Banco com a inovação, que se tornou uma de suas prioridades.

Para tanto, desenvolvemos diversos mecanismos de renda fixa, inovação, desenvolvimento tecnológico, apoio a intangíveis, questões bastante mencionadas aqui. Também temos uma linha especificamente dedicada a apoiar capital intangível.

Tudo isso, obviamente, se mescla com todas as atividades da Área de Meio Ambiente e de responsabilidade socioambiental, culminando no início do ano passado com a aprovação, por parte do Fundo de Capital Semente, o Criatec, da primeira empresa nascente na Amazônia ligada à biotecnologia. O BNDES participa dessa empresa com 30% do capital, via Criatec, esperando que em um belo dia ela floresça e prospere.

Estou no Banco há 34 anos, praticamente encerrando minha carreira, e é muito bom ter o privilégio de estar à frente dessa iniciativa. Também gostaria de ressaltar que essa ação do BNDES é resultado de um trabalho notável de Tasso [Azevedo] e de João Carlos [Ferraz], e represento a consequência dessa iniciativa.

Infelizmente, terei de deixar a reunião porque outra me espera. Bom trabalho, boa sorte e obrigado a vocês pela presença.

* * *

Após a fase inicial, os especialistas participaram de uma etapa na qual expuseram os principais desafios para a região. O objetivo foi o de formar um quadro conceitual de modo a garantir subsídios para que, mais adiante, o grupo pudesse pensar em soluções com base nos desafios apresentados. Quer dizer, tentar definir coletivamente o espaço de oportunidade para a região.

Portanto, a rodada de debates caracterizou-se por ser o espaço das oportunidades identificadas por aquele grupo específico, independentemente dos problemas apontados por especialistas de instituições internacionais ou por governos. O foco da discussão estava no futuro, não nos diagnósticos. Não se buscaram consensos, mas diversidade de visões que pudessem contribuir para a construção de alternativas e de uma agenda para o Fundo Amazônia.

Foram os seguintes os temas tratados: regularização fundiária, meta de desmatamento, desenvolvimento de cadeias produtivas na região, formação de capital humano, combate aos desequilíbrios intrarregionais e financiamento para negócios sustentáveis.

Fabio Feldmann

Muito do que está se falando sobre regularização fundiária é, simplesmente, anistia. Acho que a regularização fundiária deve ter o objetivo claro de apropriação das terras devolutas da União, com o propósito de conservação ambiental. Pouquíssimas pessoas sabem que essa questão consta da Constituição de 1988. Esse ponto muda completamente o jogo. Como temos recursos, o patrimônio da União tem um papel crucial nesse processo. A regularização fundiária deve ter em vista o fortalecimento do patrimônio da União, para apropriação com capacidade de governança.

A regularização fundiária objetiva o fortalecimento do patrimônio da União, a apropriação, com capacidade de governança. Essa questão não é de anistia, mas o que o governo está fazendo não é regularização e, sim, anistia das ocupações.

Na questão da soja, por exemplo, o movimento de compra desse produto poderia ter o requisito de que seja certificado e de que a propriedade esteja regularizada. São condicionalidades importantes que dão o *enforcement* efetivo da regularização fundiária.

Guilherme Dias

Gostaria de fazer uma observação sobre o que o Fabio falou. Historicamente, privilegiou-se absurdamente a posse. Posse é um caminho de acesso à propriedade sacramentado. Na Primeira República, o processo foi consolidado a partir dos acertos com os estados. Foi a época em que se passou a política fundiária para o domínio dos estados. Ou seja, cada governo promoveu a ocupação de seu território, e esse método provocou um dos maiores incentivos à ocupação.

Atualmente, essa situação entra em choque com a forma de se avaliar o sentido da Amazônia, o destino que se quer dar a essa área. Por essa razão, acho que é uma questão de marco legal. É preciso deixar claro que para esse espaço não vale tal princípio, consagrado em toda a fronteira agrícola brasileira. A Constituição de 1988 não mudou essa prática.

Desses princípios legais surgem os conflitos. Temos um problema e é preciso modificar o marco legal.

Virgílio Viana

Eu queria ilustrar essa visão com dois exemplos. Lembro da primeira vez em que estive no escritório do Incra em Apuí. Havia uma recepçãozinha cheia de poeira e um cachorro deitado no lugar da recepcionista. O telefone era um desses de girar, a sala do chefe de escritório ficava no fundo do corredor, sem nenhuma janela, com um ar-condicionado barulhento e sem telefone porque a conta não havia sido paga.

Conversei com o chefe que estávamos montando uma operação de guerra para combater ações ilegais. Ele tinha uma máquina de datilografia. Essa era a imagem do escritório do Incra em Apuí, há cerca de cinco anos. De lá para cá, está mais ou menos igual.

O outro exemplo foi quando começamos o Programa de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia. Não havia órgão fundiário na região. O último havia sido extinto 10 anos antes e seu arquivo consistia em caixas com documentação depositadas nos fundos da repartição. Muitas, inclusive, desapareceram. Criamos, então, o Instituto de Terras do Estado do Amazonas, porque não havia nenhuma outra instituição.

O relato serve para enfatizar a grande necessidade que temos de investimento. Seria bom o Fundo Amazônia dimensionar até que ponto irá seu envolvimento nessa questão e o quanto diz respeito à responsabilidade dos órgãos de governo. O fato é que a qualificação do pessoal parou há muitas décadas.

Paulo Faveret

Qual é o peso da falta de recursos? O problema é de escassez absoluta e ou do mau uso dos recursos existentes?

Virgílio Viana

Cinquenta por cento uma, 50% outra. Há um paradoxo. O Incra tem uma fortuna de recursos em caixa para gastar com programas de assentamentos nas unidades de conservação dos estados que soma cerca de R\$ 50 milhões. Eles não conseguem gastar 5% disso ao ano em função da burocracia.

Isso requer, talvez, uma abordagem semelhante à realizada no México. Acabou-se com órgão parecido. Tempos depois, foi criada nova instituição. Quer dizer, começou tudo de novo, do zero. Talvez seja algo nessa escala o desafio.

Paulo Faveret

Considerar a extinção...

Virgílio Viana

É. Considerar uma metamorfose. Se possível, aproveitar algo. Citei esses casos porque creio que na questão fundiária necessita-se de muitos recursos e de muito tempo. Portanto, não vamos ter esperanças de que esse mecanismo vá resolver o problema, de que dará retorno em curto prazo. É coisa para 10 anos, ainda que possamos aplicar R\$ 1 bilhão a cada ano.

Além disso, o fato de termos a situação fundiária resolvida não implica automaticamente a redução do desmatamento. No Rio de Janeiro, Petrópolis foi campeã do desmatamento da Mata Atlântica até pouco tempo atrás. E isso no Rio, capital do Império, com toda a regularização fundiária relativamente muito boa. Quero com isso reduzir um pouco a ênfase na confiança de que o investimento em regularização fundiária dará conta dos desafios urgentes da contenção do desmatamento.

Sérgio Besserman

O mundo mudou. Não é questão de mais ou menos dinheiro. Se a Inglaterra e os Estados Unidos da América do Norte podem e vão nacionalizar e estatizar o seu sistema financeiro, nós podemos lidar com o ordenamento fundiário da Amazônia com base em outros paradigmas que não o das décadas passadas. E nesse caso apoio inteiramente o fim do Incra. Começa-se tudo de novo, porque, se é outro mundo, então vamos tirar da cabeça uma série de entraves que existiam quando o paradigma estava completamente definido.

Paulo Faveret

Estamos enveredando pela solução...

Sérgio Besserman

E não sou estatista não, embora eu seja de esquerda. Acredito naquilo que Delfim [Netto] dizia: “Se o governo compra o circo, o anão começa a crescer.”

Sérgio Abranches

Gostaria de aproveitar a discussão da regularização fundiária para defender um ponto que tem a ver com o que Virgílio [Viana], Sérgio [Besserman] e Guilherme [Dias] falaram.

A regularização fundiária é de fato um desafio, porque é um componente central da governança e um instrumento fundamental para a ação do Estado. Quando se demarca terra pública, é dado ao governo o poder de alocá-la e fazer política com sua posse. Ou seja, uma terra devoluta se presta à grilagem, já uma terra demarcada é do Estado, e o Estado será livre para dispor dessa terra.

Portanto, determinadas ações passam a ser crime, e o *enforcement* torna-se muito mais fácil. É um desafio porque vai se colocar para o BNDES uma situação diferente da que acontece, por exemplo, quando o Banco financia projetos em São Paulo ou Minas Gerais.

Nesses casos, há critérios rígidos a respeito da legalidade das operações. O Banco não pode financiar um empreendimento que esteja em terra grilada ou na lista suja do banco de dados do Ministério do Trabalho. Atentar para a legalidade da cadeia produtiva é fundamental.

É um desafio, também, do ponto de vista de implementação, pelas razões apontadas por Virgílio [Viana]. Se formos fazer regularização fundiária à moda brasileira, com cartório e Incra, levaremos 30 anos, custará uma fortuna e não vamos chegar ao final.

É preciso usar tecnologia, atuar com outro organismo estatal, que não pode ser o Incra. Há até uma justificativa ideológica para isso: quem faz legalização e reforma agrária não pode regularizar terras. Há conflitos de objetivos, conflitos de interesse. É óbvio! Quem tem de fazer regularização fundiária é uma agência independente, que será gestora do patrimônio público.

Fabio Feldman

Só queria fazer um comentário. Havia uma lei que obrigava todas as propriedades rurais a fazerem o georreferenciamento, mas sua aplicação foi suspensa sob o argumento de que o proprietário não tem recurso para isso. Esse seria um bom financiamento do BNDES, porque com um georreferenciamento acaba a incerteza em relação aos limites de propriedade.

Paulo Faveret

Não quero cassar o direito à palavra de ninguém, mas queria fazer uma pergunta. Vocês têm mais comentários específicos sobre o esclarecimento do significado de regularização fundiária? Isso porque já estávamos enveredando pelo tema jurídico e de governança.

Carlos Eduardo Young

Quando se fala em regularização fundiária, falamos em dois níveis; o que foi abordado aqui, o mais básico, mais primário, que é o direito de propriedade de terra, envolvendo tanto a terra ocupada por posseiro, como também aquelas incluídas em unidade de conservação. E existe um enorme conflito latente entre possíveis unidades de conservação, inclusive área protegida, e terra indígena.

Mas há um segundo nível, com o qual também devemos nos ocupar: o da questão da regularização ambiental da propriedade, que também deve ser incluído como regularização fundiária, abrangendo definição de áreas de preservação permanente e averbação de reserva legal. Na minha opinião, nenhum recurso oficial, não só do Fundo Amazônia, poderia ser concedido a uma propriedade sem reserva legal averbada.

Paulo Faveret

Ou seja, o Carlos Eduardo [Young] está trazendo um conceito diferente: entender regularização fundiária como sendo necessariamente ambiental.

Carlos Eduardo Young

São dois níveis. Existe um nível que é o mais urgente, o mais óbvio, e o fato de em 2009 ainda se falar em terra devoluta mostra o quão atrasados estamos, porque terra devoluta já deveria ter sido regularizada há sei lá quanto tempo. Além disso, existe outro nível de demanda de regularização fundiária, que é o que Virgílio [Viana] falou. Não basta ter o direito de propriedade, porque o proprietário pode continuar desmatando. Isto é, a terra tem dono, mas está 100% desmatada.

Adalberto Luis Val

Concordo com o que o Sérgio Abranches disse. Esse é um ponto fundamental. Enquanto não conseguirmos um georreferenciamento das terras na Amazônia, continuaremos dependendo do Google para dar uma olhada no espaço.

E mais: os conflitos estão acontecendo dentro ou próximo das cidades e, lamentavelmente, não se trata só de grandes espaços, os conflitos também estão localizados próximos a cidades. Esse é um ponto. Acho necessário investimentos imediatos em um processo muito rápido de cartografia, de georreferenciamento.

Outro aspecto que considero importante é que boa parte da Amazônia está destinada a unidades de conservação e, portanto, é intocável. Por exemplo, terras indígenas e margens dos corpos d'água. Precisamos trabalhar o resto, o entorno dessas áreas para avançar.

O terceiro ponto extremamente importante é o seguinte: entre esses novos paradigmas com os quais precisamos trabalhar, há necessidade de compatibilizar os conceitos da regularização fundiária com os estudos realizados sobre o zoneamento da Amazônia, o agroecológico e o econômico, e anexar isso ao conceito ambiental, ecológico, econômico, agrônômico e cultural.

A partir daí, sim, pode-se dizer: “Este espaço aqui, use 100%. Mas este aqui não pode ser utilizado, em nenhuma instância.” Precisamos hoje de um novo marco legal para a questão fundiária na Amazônia que considere todos esses aspectos.

Guilherme Dias

Mudar o marco legal é fundamental. Mas a regularização fundiária, da maneira correta, vai demorar. Apesar de a tecnologia atual, de monitoramento via satélite, ajudar, o fato de se deixar passar mais um ano sem mudanças significa mais direitos adquiridos dentro das regras atuais. Uma forma para se mudar o marco legal é a possibilidade de, em certas circunstâncias, conceder indenizações ao posseiro.

Dizer o seguinte: “Olha, pela regra antiga você permaneceu nesta terra por 15 anos e ninguém reclamou. Portanto, você tem algum direito, mas não aqui. Vamos descobrir outra terra devoluta, em algum outro canto do país, onde não há área de preservação, para seu assentamento.”

Talvez isso diminua o grau de resistência quando houver mudanças no marco regulatório, e a mudança tem de ser imediata. Esse raciocínio, de prorrogar decisões, resultou no inferno jurídico que enfrentamos agora. Sem mudanças, o controle será impossível.

Sérgio Leitão

Daria para fazer um comentário usando aquela frase do James Carville [dita durante a campanha de Bill Clinton, em 1992]: “É a economia, estúpido”, para dizer “é a terra, estúpido”, não é a questão ambiental. Reiterando, não estamos falando aqui de um problema ambiental, mas de um problema de terra. Se a análise fosse feita com base no estoque de terras já desmatado, não haveria discussão.

O que as pessoas querem é acumular terra, porque isso significa uma série de vantagens, de ativos comercializáveis. Com esse título, obtêm-se empréstimos bancários, é um ativo que se vende, se transaciona. Como disse o professor Guilherme [Dias], “é assim que as coisas sempre aconteceram”.

A segunda questão é que já temos esse novo marco legal, que é a Lei de Gestão de Florestas Públicas. Esse é o marco que foi construído no governo Lula. Na ocasião, quando aprovamos a lei, fomos muito criticados. Todo mundo ficou contra o fato de o Greenpeace, o Instituto Socioambiental e o WWF terem apoiado essa lei. Mas tínhamos como contraparte o fato de que o governo se obrigava a fazer o controle fundiário da região, que era o cadastro das florestas públicas. Essa foi a grande negociação.

Brincava com Tasso [Azevedo] dizendo que ele era o maior latifundiário do Brasil, por ser presidente do Serviço Florestal Brasileiro, senhor de vasto domínio do Oiapoque ao Chuí e detentor do maior cadastro de terras disponíveis para serem utilizadas. Qual é o problema disso hoje? O problema é que essa lei, esse marco legal novo, foi simplesmente desconsiderado, a partir de duas medidas provisórias para regularização.

Há um dado fundamental de análise a respeito dessa questão que me faria divergir com muito pesar de Virgílio [Viana]. Não acho que seriam 50% escassez de recursos e 50% de mau uso desses recursos. Talvez sejam 100% de utilização ruim, e por ser 100% há um dado objetivo: se custa R\$ 100 milhões passar a régua, a varredura no Pará, então, vamos utilizar R\$ 100 milhões do Fundo e resolver a questão? É o desafio.

Roberto Waack

Minha observação é que o desafio não só do Fundo, do Banco, mas do país, é trocar o “enquanto não” por “apesar de” nessa discussão fundiária. Se não conseguirmos avançar em mecanismos para a criação de uma base econômica da floresta tropical, apesar dessa situação fundiária, concordo totalmente com Virgílio [Viana] que, por mais que se queira, vamos perder esse barco. Não vamos conseguir implementar ações como as que estamos discutindo.

Precisamos nos desviar da armadilha de ser o 12º ministério a discutir o assunto, de entrar no jogo de disputa de território no ambiente político nacional para ver quem resolverá a questão. Temos um desafio muito grande, que é, apesar dessa situação, conseguirmos avançar no fortalecimento de uma economia da floresta tropical.

Tasso Azevedo

A abordagem de Roberto [Waack] está em linha com a minha. Não podemos paralisar as ações por causa da questão da regularização fundiária. Trata-se de um tema absolutamente crucial, embora a tendência seja a de paralisação. “Bom, não dá para se fazer nada porque tudo depende da regularização fundiária.” É evidente que é fundamental.

Quero lembrar a questão da floresta pública. O mapa do Brasil de março de 2006 mostra que todo lugar onde tiver uma gleba ou um pedaço de terra pública com floresta é declarado como floresta pública. O cadastro feito pelo Serviço Florestal aponta que há, atualmente, 211 milhões de hectares cadastrados já nessa condição. Estimamos que haja cerca de 300 milhões de hectares de florestas públicas no Brasil. Ou seja, falta cadastrar, digamos, 90 milhões.

Há regras muito claras para essas áreas: não podem ser tituladas para domínio privado, devendo permanecer públicas; e não podem ser desmatadas, têm de ser mantidas como floresta,

a não ser em casos excepcionais. Mas temos um desafio, que é o de identificá-las. O mesmo vale para a questão da regularização fundiária.

Por último, gostaria de fazer uma observação. É muito difícil separar esses três processos, que são o ordenamento territorial, a regularização fundiária e a regularização ambiental. São questões que, necessariamente, precisam caminhar juntas, caso contrário, corremos o risco de termos ações direcionadas exclusivamente pelo interesse privado ou pelo interesse local na região.

Paulo Faveret

Vontade política já nos leva um pouco para governança. Existe um entendimento pacífico do que seja governança? Há diferentes dimensões? O que há em governança além do tema fundiário e da regularização ambiental? O que deveríamos trazer para a mesa como desafio?

Roberto Waack

Qualquer modelo de governança, atualmente, está longe de ser uma decisão de governo, passa a ser uma decisão da sociedade civil em conjunto com os empresários interagindo com o governo. Um modelo supranacional.

Estamos falando de alguma forma de ocupação econômica do ambiente da Bacia Amazônica, que não tem como ser dissociada do contexto da bacia como um todo, que inclui outros países. Especialmente, de modelos que levem em conta a sociedade civil opinando sobre a definição de novos paradigmas de produção e de gestão social. A palavra “governança” certamente tem de ir além da expectativa que temos de o governo nos indicar quais são as melhores opções para a ocupação desse território.

Sérgio Leitão

Vou começar pela questão dessa provocação da refederalização. É um dos pontos a respeito da gestão de florestas públicas em que tivemos uma divergência com o governo. Há um artigo na lei que faz a transferência da gestão florestal para os estados.

Dissemos que o tema não caberia em uma lei ordinária, como a Lei de Gestão, que é complementar. Os estados amazônicos não estão preparados, nem têm vocação para fazer proteção ambiental, com honrosas e raríssimas exceções.

Então há um problema de dupla ordem, nem querem, nem podem e quando querem o fazem de um modo complexo. Então, acho que há um problema de superposição de competências, o que é muito grave. Até porque a questão ambiental é, por excelência, federal.

Nos Estados Unidos, é uma questão federal por decisão da Suprema Corte, porque se entendeu que, para além da questão ambiental, havia uma questão comercial. Quando um estado tem um padrão ambiental diferente do outro ocorre uma guerra pior do que a guerra fiscal. Por essas razões, temos aí um problema que precisa ser muito bem pensado.

Paulo Faveret

Um desafio de jurisdição.

Sérgio Leitão

De jurisdição, de superposição de competências. Os estados não se estruturam para fazer uma gestão ambiental competente. Uma das questões em pauta é justamente a do limite de endividamento para que o BNDES pudesse emprestar recursos aos municípios e aos estados para estruturarem programas ambientais.

A segunda questão do ponto de vista de governança é o programa de gestão ambiental de terra indígena. Não se fala em preservação ambiental na Amazônia sem levar em consideração as terras indígenas, que representam 20% da extensão da região como um todo. Além disso, boa parte das áreas com florestas está situada dentro de terras indígenas, o que remete a um problema da falta de um marco legal que dê conta dessa questão de proteção ambiental.

Não existe marco legal para a realização de gestão ambiental em áreas indígenas, porque essas terras são vistas como uma impossibilidade de uso. Portanto, todo o potencial de biodiversidade, de uso sustentável, é completamente desperdiçado, descaracterizado.

A terceira questão é que dentro das terras indígenas há um problema também novo, pouco comentado, que são, por exemplo, problemas urbanos. Há verdadeiras cidades indígenas, aldeias, que ficam numa espécie de purgatório da beleza e do caos, nem é uma coisa, nem é outra.

A Funai não sabe como lidar com isso, o Estado não sabe como lidar, e dentro desse espaço campeia todo tipo de ilegalidade, tráficos e até problemas sociais. Houve tentativas do Ministério do Meio Ambiente, que não foram adiante, no sentido de integrar as terras indígenas num programa de gestão da biodiversidade. Acho que é uma avenida que precisamos percorrer pela sua extensão e importância do ponto de vista ecológico.

Sérgio Besserman

O Sérgio [Leitão] deu a primeira ideia de um programa prático. Acho que todos os colegas do BNDES perceberam que ele mencionou a necessidade, para a questão ambiental, de um PMAT (Programa de Modernização da Arrecadação Tributária, do BNDES). O PMAT tem características específicas, está fora do limite de endividamento, precisamente porque dá um retorno na forma de aumento de arrecadação. Se considerarmos o retorno, as externalidades discutidas aqui, um PMAT ambiental é uma poderosa ideia.

Vou insistir num ponto, porque acho que a batalha política ainda não está ganha e sem ganhá-la dificilmente avançaremos no quesito governança. E precisamos avançar, disseminar por toda a sociedade brasileira a ideia de que a questão da Amazônia é uma questão do Brasil e do mundo.

Em qualquer organização, em qualquer instituição, muitas vezes, o intangível é mais importante do que o tangível. Ocorre que o Exército nacional é tomado por uma visão, que pertence ao século XIX e à primeira metade do século XX, de ocupação, colonização e povoamento dessa área enquanto ele é a ferramenta para, em havendo conflito, saber quem vai ganhar. E o Estado tem de ganhar sempre.

As Forças Armadas têm de estudar hoje biotecnologia, ecologia, estudar a Amazônia e ter uma visão de integração da região. Na África, as experiências bem-sucedidas incluem sempre a presença das Forças Armadas no que diz respeito às áreas de preservação. O Exército tem um

papel a desempenhar no conflito, porque não basta o marco legal. Marco legal nos dará o direito da lei, mas o conflito continuará com relação à posse.

Sérgio Abranches

Dois comentários breves. Não se trata de um problema de vontade política, vontade política é uma coisa que não existe. Vontade política alimenta o autoritarismo, e ele sempre dá errado porque exerce vontades demais e sem condições apropriadas de governança.

Recentemente, andei por várias comunidades da Amazônia e o que percebi foi o seguinte: há um enorme *know-how* de organização, mas a eficácia política dessa organização é desvalorizada, e a mobilização é pouco eficiente porque lhe falta coordenação adequada. As comunidades não conseguem criar fatos.

Da mesma forma, não se consegue fazer com que o Tratado Amazônico funcione. Há boas ONGs ativas em alguns desses países e uma estrutura de ONGs muito boa na Amazônia brasileira, que já deviam ter começado a construir melhor essa rede de integração, de verificação dos interesses comuns, tornando-os mais públicos, do ponto de vista da arena política brasileira. Então, o que falta na verdade é processo político, não é vontade.

Paulo Faveret

Canal...

Sérgio Abranches

Canal e coalizões. O que acontece muito na Amazônia é a dispersão de esforços, fato semelhante ao que ocorre no governo. Há a sociedade civil e as ONGs, mas não há interação adequada delas e nem das próprias ONGs, que não fazem coalizão, não definem objetivos comuns e não atuam na região com posições unificadas.

Ou seja, continua sendo um movimento difuso demais o movimento da sociedade civil brasileira. Precisa ser muito mais concentrado, no sentido de ter objetivos estratégicos. Isso

é capacitação política, que é o que realmente falta. Nas reuniões, o pessoal começa a discutir ótimas ideias, mas quando se pergunta sobre como será a governança desse PAC, fica aquela paralisia. E isso ocorre porque todo mundo confunde governança com governo. E não é. Governança é o processo de organização das decisões, da organização da ação coletiva.

Um último ponto que tem a ver com a questão da governança pública, aí, sim, de governo. Existe um problema grave de desordem nas ações das agências governamentais na Amazônia. Nesse caso, um instrumento novo como o Fundo, aliado à presença do BNDES, pode ajudar, demonstrando ser impossível realizar determinadas ações sem visão unificada do próprio governo. Sem o que não se sabe se se deve seguir o Incra, a Funai, o Ibama ou o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Um exemplo de problema de jurisdição ocorre entre o Ibama e o Instituto Chico Mendes, que não possui todos os poderes do Ibama, não obstante ter uma série de responsabilidades que eram do Ibama. Política é isto: é unir o poder com a jurisdição e estabelecer, de fato, a capacidade de *enforcement* dessas agências. Hoje, elas não são capazes de realizar esse *enforcement*.

Falo por experiência própria. Acompanhei o fechamento de serrarias em operações da Polícia Federal. Os fornos a carvão foram destruídos, e os proprietários foram multados. Dois meses depois, voltei lá e estava tudo igual: as serrarias funcionando de novo, com os fornos refeitos. Portanto, é uma ação sem consequência, custa muito caro e tem efetividade praticamente nula.

Paulo Faveret

Possivelmente é dentro desse ambiente difuso que essas estruturas mencionadas pelo professor Guilherme [Dias] têm campo livre para atuar.

Adalberto Luis Val

A presença do Estado na Amazônia é fundamental. Isso é a questão da soberania. Não se trata de soberania pela presença bélica ou qualquer coisa nesse sentido, mas, sim, com o objetivo de possibilitar a cidadania de 23 milhões de pessoas que vivem na região.

Quando um indivíduo precisa de um medicamento, de um médico ou de uma carteira de identidade, quem faz isso são as ONGs, não o Estado. Portanto, estamos abrindo mão da soberania do Estado nessa região, um problema que precisamos rapidamente resolver.

Outra questão, bem colocada por Sérgio Abranches, é a do Estado *versus* Estado. Precisamos sincronizar as ações. Quando o Ministério da Ciência e Tecnologia elabora um projeto imenso para grupos de pesquisas organizados, brasileiros, dentro de instituições brasileiras para trabalhar com biodiversidade na região, outro órgão federal impede determinada pesquisa porque precisa de autorização para a coleta de material biológico. Essa autorização leva um ano.

Em função disso, o pesquisador tem de devolver os recursos porque o prazo de aplicação venceu. É o Estado contra o Estado e inviabilizando o desenvolvimento e o conhecimento da região. Acho que precisamos investir, de forma significativa, nessa questão da sincronia de ações.

Isso remete ao ponto seguinte: a Amazônia ainda não está na agenda do governo brasileiro. Ou está dispersa em várias ações sob a responsabilidade de vários ministérios, o que mostra claramente a impossibilidade de governar a região sem as orientações adequadas de um plano de governo.

E, por fim, a questão das leis, que eu tenho chamado de “leis adequadas” para a região. De que adianta fazer uma lei com o objetivo de cercar a região, proibindo tudo? A Amazônia não é só brasileira. Os vizinhos do outro lado podem coletar o que precisam no que se refere à biodiversidade sem impedimentos legais.

Virgílio Viana

Falta um projeto nacional para a Amazônia. Por trás de tudo o que está sendo discutido reside a constatação de que o Brasil não sabe, sequer, se faz da Amazônia um grande conjunto de parques nacionais ou um grande plantio de soja ou ambos. Enquanto não construirmos essa definição, conviveremos com as questões citadas aqui.

Então, pensando no conceito, pensando no prático, seria importante que o BNDES pudesse criar um locus de pensamento estratégico em reuniões semelhantes a esta, um fórum, um espaço

para a construção desse projeto nacional. O Brasil só enfrentará a questão da Amazônia quando construirmos um projeto nacional para a região.

Fabio Feldmann

Professor, acho que quando se fala em governança está faltando uma palavra chamada “liderança”. A palavra “liderança” tem de surgir desde a questão da governança até o próprio papel do BNDES. Não podemos desconsiderar que qualquer coisa a ser feita na Amazônia, em qualquer direção, demandará liderança na região e liderança nacional.

Sérgio Leitão

Há uma questão superimportante que o Tasso [Azevedo] está vivenciando, chamada “guerra do carbono”. Existe uma dúvida jurídica: a quem pertence o carbono? É do proprietário de uma área preservada, é do município onde essa área está inserida, é do governo do estado ou do governo federal? Certos bens são de competência federal, patrimônio da União, mas no caso do carbono essa disputa ainda está longe de ser resolvida.

Carlos Eduardo Young

A grande questão é se o Fundo Amazônia representa uma geração de crédito em si mesma, o que eliminaria a possibilidade de outros projetos. Não posso solicitar crédito de carbono duas vezes na mesma coisa. Então, se vou fazer um projeto na Amazônia e esse projeto reduz carbono, a titularidade desse crédito teria sido assumida implicitamente pelo Fundo Amazônia. Isso significa que automaticamente qualquer outro projeto na Amazônia não geraria crédito de carbono, o que seria um enorme desincentivo a ações.

Sérgio Besserman

Uma pergunta: a doação norueguesa do Fundo espera algum retorno de crédito de carbono ou vai ser uma simples doação?

Tasso Azevedo

Não terá retorno de crédito de carbono. Toda doação ao Fundo Amazônia faz jus a um diploma, que representa um papel reconhecendo que a doação apoiou a redução equivalente de x toneladas de carbono. Mas não vale como crédito para fins de compensação de emissões.

Carlos Eduardo Young

O problema é um pouco mais complicado, porque isso tem de ser deixado de forma clara a fim de impedir uma possível interpretação de terceiros para invalidar um projeto brasileiro. Alguém poderia argumentar: “Vocês estão contabilizando duas vezes.” Por essa razão, juridicamente isso tem de ser deixado muito claro para garantir adicionalidade [necessidade de o projeto adicionar alguma vantagem, a qual não ocorreria se ele não existisse]. Isso não está eliminando a adicionalidade de um projeto de carbono.

Tasso Azevedo

Só para esclarecer, o decreto que dá origem ao Fundo Amazônia diz explicitamente que os diplomas emitidos não geram créditos. Agora, é importante salientar que uma coisa é perguntar sobre a quem pertence o carbono existente, estocado em algum lugar, outra é sobre o carbono depois de emitido. Não é tão óbvio quanto parece. É por isso que isso gera polêmica.

Sérgio Besserman

Mas a polêmica é fundamental.

Paulo Faveret

Algum aspecto mais dentro do tema governança para o qual os senhores gostariam de chamar a atenção?

Sérgio Abranches

Um pequeno comentário relacionado com a apresentação do presidente Luciano Coutinho sobre as unidades de conservação e a ideia da conservação sob o foco transferência de renda, que tem a ver com um dos pontos levantados por Adalberto [Luis Val]. Para se constituir, realmente, uma base permanente de capital humano intelectual e científico na Amazônia, há necessidade de investimento na população local e de elevação do padrão educacional na região.

Essas transferências de renda funcionam. Eu me lembro bem das discussões originais no começo do Programa Bolsa Escola sobre a ideia de que não se transfere renda sem uma condicionalidade educacional. Quando se realiza uma condicionalidade educacional, não se incentiva a pessoa a ter má educação.

Um programa de transferência de renda que diz: “Eu te dou dinheiro para o seu filho estudar”, os responsáveis têm obrigação de dar a ele uma escola melhor que a que ele teria sem o incentivo. Então, é preciso investir em qualidade da educação local, usar recursos para mobilizar as populações em favor da educação e criar condições para que essa população possa se educar até o nível técnico e científico.

Essa é uma das funções primordiais de qualquer tipo de programa que gere renda para ser transferida como pagamento pelo serviço de proteção ambiental da população local. Não pode haver ações sem visão de futuro. Esse é o principal investimento social que tem de estar embutido num programa realmente de desenvolvimento real da Amazônia.

Sérgio Besserman

É evidente que o crescimento demográfico da população da região é um dos parâmetros básicos de sustentabilidade. Se a população quintuplicar, estaremos discutindo outro assunto. O que eu quero dizer é o seguinte: as mulheres de Teresina têm mais filhos do que as de Florianópolis? Têm! As da Favela da Maré têm mais que as do Leblon? Têm! Mas, se analisarmos a escolaridade, torna-se indiferente estar em Teresina, Florianópolis, na Maré ou no Leblon: a taxa é a mesma.

Paulo Faveret

Vamos passar para ciência e tecnologia? Alguém quer focar o tema?

Adalberto Luis Val

Estava preocupado que não fôssemos falar um pouco sobre ciência, tecnologia e educação. A produção de formação robusta está na base de toda essa problemática discutida aqui e gostaria de chamar a atenção para alguns aspectos que são extremamente relevantes. O Brasil está produzindo hoje algo em torno de 11 mil doutores por ano. Em toda a Amazônia – e estamos falando de nove estados –, todas as instituições juntas têm cerca de 3.500 doutores, dos quais metade não trabalha mais com pesquisa.

Temos, então, um problema gravíssimo na Amazônia, que é a expansão da capacidade real de produção de informação robusta para a região. Qual a consequência disso? Ela já se manifesta hoje. Há pouco tempo, fiz um levantamento no Portal de Periódicos da Capes e observei que 70%, 70%, repito, de toda a produção científica veiculada no mundo com a palavra Amazônia no título ou no resumo não tem nenhum autor brasileiro.

Ora, se informação é soberania, esse é o tamanho do buraco com o qual nós estamos lidando. As instituições estão enfraquecidas. Há um desequilíbrio extremamente grave entre o discurso e o que, de fato, precisamos para a Amazônia.

Outro ponto é a questão dos institutos tecnológicos. Se estamos imaginando ir a algum lugar com a Amazônia, precisamos ter institutos que produzam o produto final e não temos nenhum produto da Amazônia, hoje, que garanta uma escala para, pelo menos, atender ao mercado doméstico.

Com relação à educação, precisamos acabar com essa unificação, com uma lei que vale para o Brasil inteiro. Um aluno na Amazônia recebe um livrinho que pinta o rio de azul. Se ele pintar esse rio de amarelo ou preto vai tirar nota zero. Só que as crianças nunca viram um rio azul. Não há rio azul na Amazônia.

Por isso, precisamos montar uma equipe de trabalho decente para produzir material compatível com as características ambientais e culturais da região, senão vamos formar um

conjunto de autômatos, e isso não leva a um cidadão de verdade. Esse tipo de atitude isola cada vez mais a região do contexto dela própria.

Mário Ramos Ribeiro

O economista norte-americano Jeffrey Sachs coordenou um documento sobre ciência e tecnologia, sintetizado depois em artigo no *The Economist*, com o novo mapa mundial referente à ciência e tecnologia. Nesse novo mapa, consta que os países inovadores de tecnologia são Estados Unidos, Canadá, Japão, os da Europa Ocidental; alguns países absorvedores da tecnologia, como a África do Sul, Brasil – no caso, as regiões Sul e Sudeste – e Chile. Os critérios todos são colocados nos *backgrounds* do *paper*.

E existem os excluídos, que não podem nem inovar tampouco receber. E entre eles está o resto do Brasil e a Amazônia inteira. Mas a advertência perigosa é a seguinte. A premissa do trabalho é de que o investimento em educação é o contrário do tradicional investimento em economia, em que os ativos se depreciam e começam a ter retornos decrescentes. O ativo conhecimento, ao contrário, acumula, e, portanto, seu retorno é crescente.

A conclusão do documento nos induz a refletir que o *gap* entre os inovadores de tecnologia e os excluídos deve aumentar tremendamente. Ou seja, mantido o cenário atual, a distância aumentará. Isso significa que é preciso uma mudança de política pública radical nos países excluídos. A questão de ciência e tecnologia exige ação urgente.

Carlos Eduardo Young

Em ciência e tecnologia temos de pensar a cadeia inteira, não só a ponta, que é o Ph.D. fazendo laboratório, mas também a extensão e a aplicação de conhecimento já existente a um nível prático. Há uma carência muito grande de transmissão. Por isso, precisamos pensar também em um nível mais baixo, o que seria o equivalente a um antigo profissionalizante, com conhecimento local.

Existe um problema muito grande nas comunidades. A urbanização está incorrendo em uma perda de 70% de memória cultural. De extrativismo da seringueira, por exemplo. A geração

mais nova tem medo do mato. Então, isso é uma coisa que vai se perdendo, e esse *gap* é importante não só lá em cima, como também embaixo.

Sérgio Besserman

Vou acrescentar um ponto que é também especificamente o nicho do Banco. Uma coisa que ele sabe fazer excepcionalmente bem é a integração das empresas – visando à economia de mercado, governos e sociedades – com as cadeias locais. Essa é uma *expertise* do BNDES e me parece ter uma chance de retorno bastante grande. O Banco brincou disso no passado. Usei o verbo “brincar” para mencionar projetos pilotos, como o couro vegetal utilizado pela Hermès. Mas não é esse tipo de projeto piloto que estou mencionando. Penso muito mais em cadeias integradas do *agrobusiness* aplicadas a uma realidade amazônica diferente da existente. Acho que esse é um nicho muito especial.

Roberto Waack

Estou completamente de acordo com tudo o que foi dito. Acho que são observações complementares, mas a ênfase nessa visão de cadeia de negócios é fundamental, indo, até mesmo, além da visão tradicional de ciência e tecnologia.

Está havendo uma mudança muito grande nas transações entre empresas e entre empresas e consumidores no que se refere a produtos, por exemplo, oriundos da economia florestal. É preciso incorporar a compreensão desses processos dentro de uma visão macro das cadeias de negócios. Acho que aí está a essência da captura de valor que estamos deixando esvair pelos nossos dedos neste momento.

Fabio Feldmann

Há um tema que não foi tratado aqui, que é o turismo ou turismo ecológico altamente sofisticado. A Amazônia tem uma dimensão simbólica incontestável fora do Brasil. Estou me referindo a essa questão porque, quando se fala aqui de educação ou de ciência e tecnologia, percebo uma visão um pouco fragmentada. Por que não desenvolver o turismo científico, de observação de aves, ou o gastronômico?

Capacitação para um turismo sofisticado não está exatamente na agenda econômica, está em capacitação. Turismo, para mim, é importante e não é incompatível com preservação; há turismo em unidade de conservação, em áreas indígenas. Estou citando isso porque há outras capacitações fundamentais. Talvez porque a discussão deva ser sobre qual é a grande vocação da Amazônia?

Todos estão preocupados com o desmatamento, porque esse Fundo foi gerado numa discussão sobre o clima, mas teríamos de pensar de um modo um pouco mais amplo e integrador, incluindo a Embratur e o Ministério do Turismo. Estamos pensando em ciência como se fosse completamente dissociada de outras questões.

Paulo Faveret

Obviamente, o correto seria fazermos as conexões de causalidade, mas se agirmos assim para todos os temas seria inviável com o tempo de que dispomos. O que estamos fazendo é uma primeira abordagem, uma sensibilização, e estamos entrando em um tema mais econômico supondo que esteja tudo ligado, por definição.

Roberto Waack

Acho que sim, totalmente. Hoje o negócio de certificação, do selo verde, gera cerca de US\$ 24 bilhões por ano de produtos. Apenas 8% do total referem-se a produto tropical. É incrível que o mecanismo criado, basicamente, para garantir rastreabilidade, reputação, credibilidade, legitimidade de produtos oriundos desse tipo de ambiente não tenha conseguido, ainda, se desenvolver dentro desse processo.

Temos vivenciado recentemente a busca de investimentos na Amazônia. Mas, paralelamente, um dos grandes problemas da região é falar em investimento, porque há uma associação imediata com algum tipo de coisa legal e ao desmatamento. Estamos criando no planeta uma aversão ao investimento na área tropical, que, de certa forma, se contrapõe à tentativa de se criar uma economia florestal tropical forte. Só com mecanismos como o de certificação, de rastreabilidade, de garantia de legitimidade da produção é que se consegue reduzir o risco/reputação que hoje está associado à Amazônia. Eu diria que a palavra “Amazônia”, hoje, está mais ligada à má reputação do que a algo com o valor fantástico que temos.

Paulo Faveret

O que você está dizendo é que a rastreabilidade é essencial para viabilizar a confiança do consumidor e, portanto, assegurar a reputação e virar o jogo. Porque tem um conteúdo positivo, mas, por causa das práticas...

Roberto Waack

Todas as cadeias, incluindo as de turismo sustentável, citadas pelo Fabio [Feldman], a de piscicultura... Mas a tecnologia associada à rastreabilidade, a questões de imagens de satélites etc., é um instrumento poderosíssimo de que dispomos que chega até o consumidor final, e sabemos o quanto o consumidor é influenciado por isso. Finalmente, diria que é uma das maiores oportunidades que temos para realmente consolidar essa economia.

* * *

Os temas econômicos foram abordados em seguida, divididos em:

- ▶ *Serviços ambientais*
Ganhos da produtividade na agricultura nas áreas desmatadas e estrutura de fomento das cadeias produtivas florestais.
- ▶ *Diversidade*
Implementação de projetos econômicos de grande escala associados à economia da floresta tropical, à economia da floresta em pé.
- ▶ *Ciência e tecnologia*
Incorporação, na cadeia de valor, de atividades econômicas da região.
- ▶ *Negócios sustentáveis*
Transformação do arco do desmatamento em arco de desenvolvimento sustentável, com financiamento para negócios sustentáveis e estabelecendo condicionantes socioambientais no financiamento, produtividades.
- ▶ *Turismo*
Financiamento de estratégias de turismo sustentável para a região, com integração da cadeia de serviços.

Paulo Faveret

Vocês gostariam de elaborar os temas?

Tasso Azevedo

Gostaria de falar um pouco sobre os serviços ambientais, por se tratar de um tema que começa a se estruturar. Há no Congresso um projeto de regulamentação de serviços ambientais, que será muito importante para a Amazônia e está relacionado à nacionalização. Nacionalizar a Amazônia é nacionalizar os benefícios e os custos dos benefícios associados à Amazônia.

Ao criar um sistema de pagamento de serviços ambientais, e ele deve regulamentar os princípios que regerão esses serviços, o projeto abrirá uma oportunidade que deveria ser bem explorada. Necessariamente incorporará a ideia da transferência de recursos de diferentes regiões do Brasil, essencialmente do Sul e Sudeste, para a Amazônia, reconhecendo esses serviços ambientais.

A noção de que isso tem a ver com investimento necessário, em larga escala, poderá ser transformada em serviço. E é muito importante, porque tudo o que será realizado na Amazônia terá custos, além daqueles tradicionais relacionados às dificuldades de logística, da questão fundiária, por exemplo. Então, buscamos uma forma de equalizar esse diferencial de custo de algum modo, o que muitas vezes é visto como subsídio.

Mas, se encararmos como serviço e pagarmos por esse serviço, criaremos um sistema eficiente a longo prazo, transferindo recursos da Região Centro-Sul para a Amazônia. A longo prazo, será uma atividade que se sustentará.

Para os serviços ambientais, vamos enfrentar o mesmo desafio de realizar ações em escala para um grande contingente de pessoas. Ou seja, para quem esteja trabalhando e atuando no sentido de conservar ou promover o desenvolvimento sustentável, a produção sustentável.

Temos uma oportunidade importante de testar algumas coisas via o Fundo Amazônia. Por exemplo, um mecanismo de pagamento por um determinado critério, em uma determinada

região, uma espécie de *matching fund*, no qual o Fundo entra com uma parcela dos recursos, os estados entram com outra e a União com outra.

A ideia é formular um mecanismo capaz de garantir, claramente, um diferencial para quem cumpre as etapas de um processo de conservação. É uma ideia de fomentar serviços ambientais de forma criativa.

Sérgio Leitão

Já existe no Congresso uma série de iniciativas legislativas em relação a serviço ambiental. Essas propostas têm em si uma característica em comum: passam uma visão de que serviço ambiental é uma espécie de tributo que temos de receber de países beneficiários dos serviços ambientais prestados pela floresta. Esse ponto segue uma lógica recorrente no Brasil, a de que estamos sempre numa posição de que a destruição é coisa nossa, mas a conservação tem de vir de fora. Ou seja, os recursos para a destruição são internos, e para conservação externos. Esse aspecto tem a ver com minha provocação inicial, a da necessidade de credibilidade.

Com a crise financeira internacional, a condição de os estados ou de o Estado nacional terem poder de intervenção no jogo do mercado tornou-se muito maior. Por exemplo, nós do Greenpeace estivemos aqui no BNDES propondo que o Banco assumisse um papel de intervenção nessa questão da reforma da indústria madeireira.

O fato de o Brasil ter um banco de desenvolvimento com desembolsos de mais de R\$ 100 bilhões explica o fato de não termos ido ao fundo do poço. O país conseguiu manter sua capacidade de fomento plenamente estabelecida.

Temos uma questão de transparência e de explicação sobre a alocação de recursos na Amazônia, não só para destruição, mas sobretudo para conformar atitudes e modelos de atuação. Nesse contexto, o BNDES pode fazer história, tendo um papel de divisor de águas.

A presença do presidente Luciano Coutinho é, digamos assim, uma espécie de felicidade rara nunca antes vista na história deste país. Antes de assumir o Banco, ele atuou em uma

série de processos com governos estaduais, o que lhe deu conhecimento. Acoplado a isso, está o momento histórico que permitiu ao Fundo ser gerido pelo BNDES. São todas aquelas “fortunas” que a história nos permite ter.

Por essas razões, temos uma rara possibilidade de gerar toda essa revolução. Do ponto de vista concreto, a reformatação de uma série de indústrias na região pode ter no BNDES um papel alavancador de transformações.

O nosso *ticket* de entrada no Conselho de Segurança da ONU será esse, não o submarino nuclear ou Angra 3 ou qualquer outra bobagem. Com essa transformação, entraremos para o clube das grandes nações. Caso contrário, ficaremos na periferia do jogo, como sempre estivemos.

Paulo Faveret

Vou usar o meu papel de moderador para pedir ao professor Guilherme Dias que fale sobre o tema da pecuária, que quase não foi mencionado e é um tema crítico. Em seguida, podemos passar para a nossa sessão de soluções.

Guilherme Dias

Uma ação típica da pecuária extensiva é a seguinte: o empresário sabe que com aquela tecnologia, com aquele seu nível de conhecimento e com aquele seu projeto, sua produção dará dinheiro, terá uma certa eficiência, mas depois de alguns anos decairá. Isso faz com que o setor trabalhe num sentido de urgência. É chegar, investir e já pôr o pé na frente para o passo seguinte. A pecuária extensiva ainda tem claramente esse processo.

Do outro lado, há a atividade agrícola, que não precisa sair do lugar, que já atingiu seu modo de sustentação. Esse empresário está extremamente interessado em realizar investimentos em toda a estrutura que cerca o sistema e obter as garantias de que esses investimentos serão consolidados no lugar.

A política pública tem de separar as duas atividades. Não dá mais para dirigir incentivos ao sistema extensivo, confundindo os dois processos. No final das contas, o boi que sai é o mesmo,

a soja que sai é a mesma, o produto que sai para o comércio é o mesmo, mas são dois sistemas de atividade distintos, e precisamos deixar muito claro que o sistema extensivo não serve mais, não tem mais lugar. Mas como é que se toma essa decisão, como é que se organiza a base de apoio para esse tipo de decisão?

Paulo Faveret

Para qualquer produto?

Guilherme Dias

Para qualquer produto.

Paulo Faveret

Você está fazendo uma separação entre pecuária extensiva e pecuária intensiva.

Guilherme Dias

A pecuária é um exemplo, mas isso não significa que o modelo se restrinja a essa atividade. Muitos empresários têm essa visão da realização imediata, com o fundamento de quem olha o negócio, mas não haverá desenvolvimento na região. E o conceito é: “Tenho que fazer tudo agora, não me venha com essa história de reserva legal e essas coisas, porque isso atrapalha. Preciso realizar meu investimento o mais rápido possível.”

Precisamos encontrar um instrumento para evitar que essa prática obtenha apoio público. Há o tipo de soja produzida em um sistema sustentável e outra que segue o roteiro da degradação. É preciso discriminar uma da outra.

Paulo Faveret

Discriminar e incentivar.

Guilherme Dias

Discriminar e incentivar porque temos de punir a outra. A pecuária extensiva tem de ser punida. Feita desse jeito, em terra de posse não paga, é óbvio que ela é altamente rentável e continuará a ser feita e multiplicada. Como vamos acabar com esse negócio?

Sérgio Besserman

É só dar o exemplo do Rio de Janeiro e suas favelas nos morros. Imagine se a posse aqui funcionasse como funciona com a pecuária extensiva, o que iria acontecer? Eu mesmo não estaria aqui.

Guilherme Dias

Sucumbiria à tentação.

Sérgio Besserman

Estaria lá ocupando, e o pior é que eu sei onde. A taxa de retorno da pecuária extensiva, da forma como o professor Guilherme [Dias] abordou, pode até dizer respeito ao boi, mas sobretudo diz respeito à posse para venda posterior.

O principal é o seguinte: todos sabem o mecanismo pelo qual isso ocorre. Já discutimos anteriormente a respeito do marco legal. O empresário mantém o boi na terra para depois vender quando chega a pecuária mais comercial. A pecuária extensiva é um crime, uma indecência.

O modelo integrado das indústrias com as atividades locais é uma *expertise*, e o Fundo Amazônia pode gerar alavancagem entre os recursos do próprio Fundo e o orçamento do Banco. Os recursos da Área de Meio Ambiente não são só o Fundo Amazônia, nem os dos de renda fixa ou de renda variável. Pode ser o orçamento do Banco.

Podemos ter uma grande sinergia ao financiar grandes empresas com as linhas de meio ambiente, e pode-se usar o Fundo Amazônia para complementar os recursos, viabilizando, do ponto de vista técnico, de conhecimento, de capacitação, o produtor local.

O Banco não deve sentir a menor vergonha de atuar dessa forma. Ao contrário, merece assumir, dar transparência e credibilidade: “É isso que estou fazendo mesmo. Estou juntando uma grande empresa com o produtor de cupuaçu.” O produtor de cupuaçu levaria um dinheiro não reembolsável, o outro, financiamento.

O Banco não destinará recursos de fundo não reembolsável para uma grande empresa. Mas deveria utilizar esse dinheiro para assegurar um modelo integrado. O BNDES deveria direcionar seu crescimento, acumulado desde os anos 1980, com as primeiras privatizações e com os financiamentos a concessões, para tentar alavancar e dar viabilidade à grande conquista do Brasil, que teve no Tasso [Azevedo] o protagonista principal, que são as concessões florestais.

O BNDES deveria fazer uma reunião como esta com quem tentou e não conseguiu; com quem gostaria, mas nem tentou ainda; com quem poderia se interessar pelo assunto. O conhecimento acadêmico é fundamental, sem ele não há nada, mas devemos incentivar a criatividade de quem pensa em investir, ouvi-los. E a concessão é fundamental.

Por último, o pagamento aos serviços ambientais que a Amazônia nos presta, todos eles, a umidade no Sudeste, o clima, o estoque de carbono etc. Precisamos desenvolver um novo modelo, a primeira economia tropical a ter um modelo próprio. Vou exemplificar, para ganhar tempo. Vamos citar o tema do turismo, trazido pelo Fabio [Feldmann], por exemplo. Turismo é o segundo negócio do mundo. O primeiro é petróleo.

É um grande negócio, e a Amazônia é imensa. Por que não temos programas que sejam alocados preferencialmente na Amazônia num contexto de turismo sustentável, de modo que o turista saia de lá sem ter feito apenas um passeio aos igarapés ou visto aquela onça maravilhosa e enorme, mas que saia de lá com a ideia de uma Amazônia do Brasil? Por que não?

Desculpe a ideia, mas não é porque sou judeu como o Feldmann, não, nada com a Igreja – por que não legalizar o jogo na Amazônia?

Paulo Faveret

Posso anotar?

Sérgio Besserman

Pode anotar, claro, é uma proposta. Veja só, o jogo não tem nada a ver com essa discussão, mas atrai turista e poderia ser legalizado apenas na Amazônia.

Fabio Feldmann

Mas o que isso tem a ver com a gente?

Sérgio Besserman

Porque a Igreja Católica é o principal obstáculo. Não temos nada a ver com isso. Imagina se um judeu vai entrar em um cassino! Ali nós sabemos quem vai ganhar o dinheiro.

Mas não precisa ser jogo. Estou usando o jogo como exemplo.

Paulo Faveret

O desafio seria, ao priorizar o turismo, imaginar quais seriam as atividades anexas que poderiam reforçar o turismo como atividade importante para a região.

Sérgio Besserman

É um fortíssimo apoio ao turismo. O turismo tem uma grande vantagem para o Rio e teria para a Amazônia porque ele tem características anticíclicas. Se há crise internacional, substitui-se o turista estrangeiro pelo nacional por conta dos efeitos na taxa de câmbio. E as pessoas querem viajar. Essa é a maior crise dos últimos 70 anos, mas a ocupação dos hotéis no fim do ano foi a maior da história do Rio de Janeiro. Só que em vez de ter norueguês tinha brasileiro.

Roberto Waack

Gostaria de fazer uma observação ainda sobre a questão política. Um elemento fundamental é a participação do Brasil no jogo político internacional relacionado às barreiras tarifárias e não tarifárias de *commodities* e aliando isso à questão dos serviços ambientais.

Estamos em um jogo em Doha, por exemplo. Temos oportunidades muito interessantes de levar a discussão de um país tipicamente produtor de *commodities* para um país que pode navegar melhor no mundo da adição de valor. Todo o jogo do subsídio está direcionado a produtos com maior valor agregado e não estamos incluindo, adequadamente, a discussão ambiental nas transações do comércio internacional associado à produção de *commodities*.

Defendemos a produção de *commodities* quando, na realidade, poderíamos utilizar a adição de valor e o jogo do serviço ambiental como uma moeda importantíssima nas rodadas de Doha. Não só em Doha, mas nas grandes discussões internacionais de barreiras a produtos florestais, como FLEGT [Forest Law Enforcement, Governance and Trade – Aplicação da Legislação, Governança e Comercialização Florestal], na Europa, Lacey Act [estatuto legal que combate o tráfico de fauna e flora silvestre], nos Estados Unidos. Estamos fora dessas discussões. Acho que há oportunidades muito interessantes quando pensamos nesses mecanismos novos que estão fora da discussão.

Outro elemento que considero importante é a sinalização que damos como país de investidores pesados no mundo da economia da floresta tropical. De certa forma, esse processo está ocorrendo, porque a Noruega optou por fazer a alocação de recursos no Brasil.

Os investimentos do Banco da Amazônia no mundo da floresta tropical é quase nulo. A maior parte é destinada à transformação da floresta tropical em *commodities* agrícolas. Por isso, acho importantíssimo que o país continue demonstrando comprometimento próprio no investimento desse ativo de altíssimo risco. Sabemos que é uma área de alto risco, mas há oportunidades muito interessantes. Precisamos, de alguma forma, sinalizar nosso comprometimento com esse jogo.

Infelizmente, boa parte dos investimentos na área de floresta na Amazônia é realizada por organizações estrangeiras, sérias – não tenho nada contra organizações estrangeiras. Por isso, tal iniciativa de nossa parte é fundamental na sinalização da confiança que nós, brasileiros, temos com esse patrimônio incrivelmente rico que é a Amazônia. Em resumo, precisamos trabalhar melhor não só a realização do investimento, mas também a comunicação desse jogo.

Paulo Faveret

Ou seja, alinhar o objetivo estratégico de preservar a Amazônia, aumentar a sustentabilidade, com os investimentos.

Roberto Waack

Nós efetivamente até hoje não participamos. Onde está o dinheiro do Brasil como nação apostando em metade do seu território, e não é só na questão de educação, mas também na geração de uma economia, de negócios?

Adalberto Luis Val

Na minha percepção, o povo da Amazônia não quer viver eternamente de serviços ambientais. Precisamos desenvolver mecanismos imediatos para gerar novas alternativas de ocupação e inclusão social na região. É a mesma preocupação que se tinha com os indivíduos que vivem do algodão nos Estados Unidos. A população quer uma alternativa razoável para o futuro.

Há necessidade de se buscar um reinvestimento desses recursos muito rapidamente em atividades que sejam sustentáveis na Amazônia. O ecoturismo é, sem dúvida nenhuma, uma atividade de grande potencial; a contemplação da natureza é, de longa data, uma das atividades mais sustentáveis que temos.

Mas não podemos esquecer que a Amazônia é um vazio, com apenas dois aeroportos, de Belém e Manaus, pelos quais se acessa o resto da região. O ecoturista hoje quer ir além de Manaus, além de Belém. Eu comentava agora há pouco: pasmem, mas ainda não temos um aquário na Amazônia.

Sérgio Besserman

Nem no Rio de Janeiro.

Adalberto Luis Val

O maior pirarucu vivo que vi na minha vida foi em Vancouver, no Canadá. E trabalho com pirarucu há 20 anos. Isso me preocupa porque ainda estamos muito longe em termos da infraestrutura necessária para um ecoturismo de grande nível na região.

Por fim, um ponto que julgo da mais alta relevância: *timing*. O momento é este. Ou agimos ou perderemos o bonde da história. Em ciência e tecnologia, em economia, em inclusão social e aí por diante. A China, senhores, já está produzindo o tambaqui em suas fazendas de aquicultura. O tambaqui é um peixe endêmico da Amazônia e não ocorre naturalmente em nenhum outro lugar do mundo. No entanto, os chineses, com larga tradição em aquicultura e pesca, podem se tornar os maiores exportadores de tambaqui. Por quê? Porque perdemos o bonde da história.

Outro exemplo: começa a haver preocupação com a certificação para a importação de peixes ornamentais, uma atividade extrativista extremamente importante para a região do médio Rio Negro, que a ciência poderia ter desenvolvido. A estruturação econômica dessa área já poderia ter criado uma rede de negócios, no entanto, não avançamos.

Conclusão: há iniciativas em vários países, incluindo a China, para a reprodução de peixes ornamentais para exportação. Trata-se de um mercado de US\$ 15 milhões por ano, e estamos perdendo o bonde da história de novo. Portanto, *timing* para mim nessa questão toda é de vital importância.

Carlos Eduardo Young

Tentando ser breve e voltando à história dos mecanismos perversos, a Amazônia ainda é fortemente dependente de transferências – Zona Franca, FNOs [Fundo Constitucional de Financiamento do Norte] etc. Portanto, o problema não é simplesmente alocar mais recursos na Amazônia, porque é proporcionalmente a parte do Brasil que mais depende de transferência. É preciso criar uma economia própria. Mais importante do que alocar novos recursos é corrigir os que já estão sendo alocados.

Existe um documento assinado em 1995, chamado “Protocolo Verde”, que nunca foi implementado. Agora é a hora de fazer valer, ou então tudo isso aqui não servirá para nada. O

Protocolo Verde precisa funcionar, porque, com isso, poderemos, de fato, começar a discutir outro modelo de agricultura, outro modelo de pecuária ou mesmo outra indústria da madeira. Com a indústria de madeira predatória, as empresas que comercializam madeira certificada ficam a ver navios.

Energia e infraestrutura, de novo, sinal contraditório. O maior desafio na área de economia é definir o que queremos da Amazônia. Se queremos sustentabilidade, então devemos parar de incentivar investimentos predatórios.

Paulo Faveret

Algum comentário adicional? Em seguida, passaremos para as soluções.

Mário Ramos Ribeiro

Gostaria de abordar alguns dos pontos citados pelo Cadu [Carlos Eduardo Young] sobre os maiores desafios da Região Amazônica e voltar à questão levantada por Tasso [Azevedo] sobre serviços. James Buchanan, Nobel de Economia em 1986, disse que a única maneira de você vender uma ideia é contar a mesma história de formas diferentes. De forma que eu vou contar um pouco aqui a mesma história de um modo um pouquinho diferente, a questão da matriz insumo-produto verde e a relação disso com serviços ambientais e com o que o Cadu abordou: a definição da vocação econômica da Amazônia. Qual é a vocação econômica da Amazônia?

Em Marabá (PA), há oito siderúrgicas que dependem dos carvoeiros – que são aquelas pessoas que deveriam comprar carvão certificado, mas com o carvão certificado elas perdem oportunidades de negócio, o que induz a um crime ecológico. Pois bem, não vou entrar nesse mérito, por enquanto. É vocação da Amazônia ter oito siderúrgicas em Marabá?

Sobre a questão do turismo. Temos tido uma experiência extremamente negativa. O turista estrangeiro gosta da Amazônia, mas não quer mosquito, não quer se sujar, quer água quente no chuveiro e hotel com ar-condicionado.

O que estou querendo dizer? Que ecossistemas, ecosserviços são coisas idiossincráticas. O que dá na margem direita do Amazonas não necessariamente dará na margem esquerda. Isso

significa que a informação, talvez o insumo econômico mais importante hoje, começou a ser banalizada pelo volume de informação. Todos vocês certamente estão sempre com déficit de leitura, alguma coisa deixaram de ler hoje e todo dia deixam de ler alguma coisa.

O problema é que informação é o insumo econômico mais importante desde que se consiga capturar a chamada informação relevante. Qual é a informação relevante? Estou simplesmente voltando à mesma história de um modo diferente; a matriz insumo-produto verde permite algumas coisas interessantes. Em primeiro lugar, ela não é um experimento acadêmico, ela gera brigas acadêmicas enormes.

Já há uma em utilização, em Carajás, fruto do trabalho conjunto de uma empresa com o IBGE. Buscou-se a informação local, não sei com que objetivo e parou. Ela não serviu como matriz de impacto de políticas públicas, mas poderia ser aperfeiçoada com o estoque de informações de que dispomos hoje. Por exemplo, essa matriz insumo-produto de Carajás não faz o que Tasso [Azevedo] está levantando, que é a valoração da compensação do serviço ambiental.

A matriz insumo-produto que utilizamos nas contas nacionais do Brasil faz uma depreciação do estoque de capital produzido, mas não deprecia o estoque de recursos naturais, sob a alegação de que não vai ao mercado. Não adiciona os investimentos em educação, instituições, em governança, em capital intangível.

Então, para vender um pouco o peixe e ser breve, é o seguinte: acho que deveríamos aprofundar a possibilidade de o BNDES – estou falando o BNDES porque estamos aqui, mas é evidente que se trata de uma competência a ser avaliada pela diretoria –, a exemplo do que fez o Banco Mundial, quando calculou riqueza e a “taxa de poupança genuína” para 140 países do mundo, trabalhar alguma coisa desse tipo especificamente para a Amazônia para não ficarmos sem saber qual é a vocação econômica da região. Há, ali, por exemplo, uma discussão enorme sobre mineração.

Tasso Azevedo

Vou aproveitar um gancho importante, que é a questão da siderurgia em Marabá. O projeto tem tudo para ser uma grande oportunidade de investimento, basta que seja realizado a partir

do uso de uma fonte sustentável. Como virar oportunidade? Utilizando a demanda que se tem por biomassa para a siderurgia a fim de gerar um ativo florestal manejado. Dessa forma, quando a demanda siderúrgica acabar, restará um ativo que poderá ser utilizado em qualquer outra atividade florestal.

Curiosamente, o processo que está ocorrendo lá é o oposto disso. A decisão de uma das empresas, por mais absurda que pareça, foi: “Vamos resolver o problema da sustentabilidade. Vamos importar carvão.” A iniciativa aparentemente eliminaria o problema do desmatamento, mas mantém o passivo ambiental e não redireciona a economia para o caminho da sustentabilidade.

Paulo Faveret

Estamos nos aproximando do final. Portanto, vou pedir aos senhores para fazermos uma última rodada de intervenções.

Proponho uma questão: o que consideram a questão mais importante, a mãe de todas as batalhas? Em que concentrariam seus esforços? Não importa o critério, é estritamente pessoal. Quem começa?

Sérgio Leitão

Serei bem objetivo. O BNDES deve liderar o processo de reestruturação da cadeia produtiva de recursos naturais na Amazônia, usando como marcos iniciais a indústria madeireira e a pecuária.

Uma segunda recomendação: o BNDES deve estruturar o sistema de garantias socioambientais no processo de financiamento público das atividades econômicas na Amazônia brasileira. Só o Banco tem condições de fazê-lo.

Como sugestões específicas, Tasso [Azevedo] realizou muitas coisas, mas a sua obra ainda está inacabada, que é a estruturação do chamado sistema de cotas da reserva florestal. A recomendação é que o BNDES deve estruturar um mercado de títulos florestais ancorado na cota de reserva florestal prevista no Código Florestal, para iniciar um programa de recuperação

dos ativos florestais no Brasil, especialmente da Amazônia. É o que dará condição para a recuperação ser uma realidade em si, não um desejo por todos nós expressado.

Na verdade, trata-se de um critério já recomendado pelo Comitê Orientador do Fundo, mas gostaria de deixar ratificado que o Fundo só apoie o governo em situações de adicionalidade – e nesse caso o conceito da questão de carbono cai como uma luva no critério da adicionalidade orçamentária. Ou seja, não faz sentido o Fundo suprir a questão dos recursos, que são contingenciados periodicamente.

Sérgio Besserman

Primeiro, apoiar a integração de empresas modernas com fornecedores de bens e serviços locais, no conceito de cadeia integrada; orçamento do BNDES para as empresas; Fundo Amazônia alavancando onde houver necessidade.

Segundo, como política do governo federal, ressuscitar o Protocolo Verde.

Terceiro, criar um PMAT [programa do BNDES para modernização da arrecadação tributária] ambiental. Apoio à gestão de governos e municípios, no mesmo modelo do PMAT, só que não será voltado para a arrecadação tributária. Há um problema: o retorno do PMAT é financeiro, em forma de aumento de arrecadação, e o retorno de um programa similar seria na base da externalidade ou de algum mecanismo que o próprio Banco possa se apropriar, não integralmente.

Apoiar o Arpa, o maior programa de áreas protegidas do mundo. É uma marca já consolidada em termos globais.

Sobre o turismo, permitam-me, sem ser especialista na área, mas como economista, fazer a seguinte observação: o turista quer excelência nos serviços, o resto é secundário. Se ele vai ver peixe, Círio de Nazaré, Cristo Redentor, Empire State, Deserto de Atacama, isso é secundário. O que ele quer é ser recebido por um padrão de primeiríssimo mundo. Se ele vir uma garça branca, achará o máximo, desde que tudo funcione.

E, principalmente para o BNDES, transparência e credibilidade. Sim, o Banco vai errar, mas faz parte do jogo. Vocês me perdoem, mas vou contar uma historinha rápida. Um

sujeito está andando no mato e começa a ver um alvo com a seta sempre na mosca, então começa a procurar o melhor arqueiro do mundo que só acerta na mosca. Acha o homem e pergunta: “Desculpe te atrapalhar, mas você é o maior arqueiro do mundo, só acerta na mosca, como é que você faz?”, e ele responde: “Ah! Primeiro eu vou lá e jogo a seta, depois eu pinto o alvo.

Então, é óbvio que o Banco vai errar, vai acertar, vai errar, vai acertar. Meio ambiente é um tema muito sensível. Por isso, transparência total.

As questões centrais, na minha opinião, são: educação básica e avançada. Educação, educação, educação. Faço minhas as palavras do professor Adalberto [Luis Val]: conhecimento, apoio a centros de pesquisa e produção de conhecimento.

E a *Jihad*, a *Jihad* mesmo, é o dia em que conseguirmos, com uma miríade de ações, principalmente econômicas, transformar o arco do desmatamento no arco do desenvolvimento sustentável.

Sérgio Abranches

Quando você falou “a mãe de todas as batalhas”, mudei de ideia sobre o que iria apontar como primeira questão, porque fiz um breve retrospecto da minha relação com o BNDES. Ela começou quando eu era estudante, fiz a minha tese de doutorado sobre política industrial, e o BNDES foi um protagonista importante da tese.

Depois, fui chamado para uma reunião parecida com esta, talvez não tão criativa, mas com o mesmo espírito de consulta. Na época, trabalhava com pobreza e questões sociais e queria saber como é que o Banco poderia atuar na área social. Depois tive outra reunião desse tipo para discutir a competitividade da indústria brasileira, nos anos 1990, e agora esta, quando o Banco ganha o “S” de sustentável.

Nesse retrospecto, eu diria o seguinte: ao longo desse tempo, o Brasil ficou míope, não conseguiu enxergar o longo prazo, e essa sempre foi uma das grandes capacidades do BNDES. Não gostaria que o Banco perdesse essa capacidade na hora de pensar em sustentabilidade.

Sem dúvida, a obtenção de resultados imediatos é muito importante, mas o BNDES tem uma capacidade de alavancagem e de multiplicação importante e deve usar isso para ser o catalisador de mudanças que levem a uma transformação sustentável de longo prazo na Amazônia. E assim preparar a Amazônia para ser uma região contemporânea do século XXI, já que a região não conseguiu ser contemporânea do século XX, no Brasil.

Eu descartaria qualquer tipo de incentivo a atividades econômicas que estão condenadas ao longo do século XXI. Apostaria o meu *seed money* em atividades para o futuro, evidentemente dentro da vocação da Amazônia. Não adianta achar que a Amazônia vai ser integrada, repetindo o modelo do Sul e do Sudeste. São outras regras, e acho que o BNDES precisa começar a pensar sobre essas novas regras do jogo e voltar a ser o agente do futuro, de pensar os próximos 50, 60 anos.

Se olharmos o Brasil com a perspectiva de 2050, o país terá se transformado numa potência do século XXI se tiver conseguido converter sua economia em uma economia de baixo carbono. E este deve ser o objetivo central tanto do Fundo quanto do BNDES: formular uma política para o país, uma agenda de desenvolvimento que seja compatível com o fator determinante das mudanças, que é a mudança climática e o custo do carbono.

Alongar o olhar é absolutamente essencial para que o Banco passe a ter no futuro o papel histórico que sempre teve e de continuar sendo um protagonista da história do desenvolvimento brasileiro.

O segundo ponto é: tanto o “S” de social do BNDES, quanto o “E” de econômico e o “S” de sustentável dependem, em grande medida, de investimento em desenvolvimento institucional, em governança e em capital intelectual.

Não dá mais para pensar na possibilidade de desenvolvimento investindo apenas no que gera quantidade e retorno financeiro. Ou investimos na capacidade social, na capacidade coletiva de construção, de ação competitiva e de geração de renda, riqueza e de mudança cultural, ou continuaremos perseguindo o desenvolvimento por mais um século. Todos os países que se desenvolveram conseguiram dar o salto do quantitativo para o qualitativo. O nosso destino no século XXI está associado ao destino da Amazônia.

Carlos Eduardo Young

Em primeiro lugar, é preciso criar mecanismos seletivos para apoiar ações e projetos voltados para a sustentabilidade. Isso é fundamental: recuperar a seletividade. Para isso, é preciso criar, antes de mais nada, restrições para o financiamento das ações não sustentáveis. É um absurdo acharmos que cana-de-açúcar é solução de mão de obra, que pecuária é solução de desenvolvimento e que madeira predatória é qualquer coisa que não um garimpo de árvore.

Atualmente, não há seletividade na alocação de recursos, e é preciso parar com a farra dos incentivos perversos. Com a seletividade, poderemos criar condições efetivamente atraentes para projetos e ações identificadas como prioritárias. E gostaria de lembrar que nem o Fundo Amazônia nem o BNDES são ilhas.

Não adianta você resolver o problema aqui e abrir a porteira para o outro lado. É preciso dar consistência às ações das instituições financeiras federais, efetivando o Protocolo Verde, que hoje só existe no papel. O Ministério do Meio Ambiente pode e deve ser o parceiro técnico, e o BNDES deve liderar as ações de coordenação de recursos. A premissa, nesse caso, é que o maior problema reside na utilização dos recursos disponíveis em ações predatórias.

Em resumo, não adianta apagar um incêndio e ao mesmo tempo jogar gasolina. Só isso já seria, no curtíssimo prazo, a principal contribuição para o Banco, a fim de repensar a sustentabilidade.

Especificamente para o Fundo Amazônia, é preciso reconhecer que ele é um importante avanço, mas insuficiente para resolver o problema do desmatamento, ao qual ele se vinculou. O Fundo deve priorizar ações estruturantes para a captação de recursos no mercado, a criação de mecanismos de crédito de carbono para o REDD, o reflorestamento. Vamos colocar o reflorestamento no debate, não é só o REDD. Aliás, por que discutimos o mais complicado enquanto o mais óbvio fica esquecido, que é simplesmente permitir que a árvore cresça?

O Fundo deve priorizar ações voltadas para o fortalecimento de governança e programas de políticas públicas. Os projetos para o setor privado devem buscar soluções de mercado. Nesse sentido, o que se pode imaginar do Fundo Amazônia é que tenha a finalidade de incubar mercados, como o mercado de REDD e de reflorestamento, mas não sustentá-los a longo prazo.

Defendo, também, ampla discussão com os governos estaduais, o que é absolutamente crucial, porque no final de contas quem vai tomar conta do desmatamento são os governos estaduais. Crescentemente, e de modo acertado, nosso modelo tem buscado passar a ação de controle para o governo estadual.

Como sugestão de setores prioritários de ação, além obviamente dos já citados – governança, setor público, avicultura e pecuária sustentável com certificação –, ressalto a questão das políticas de compra e de crédito.

Em relação ao turismo, deve ser pensado incluindo unidades de conservação com potencial de visitação, senão é jogar dinheiro fora.

Adalberto Luis Val

Nesses meus 30 anos de Amazônia, aprendi uma coisa bem pontual: para uma questão complexa como é a Amazônia, não há uma solução única. Temos de pensar de forma grande e diversa, como diversa é a Amazônia.

O principal legado que podemos deixar para a região é a revitalização e a ampliação da cadeia de produção de informação sobre o ambiente amazônico. Sem essa informação, não se faz nada. Acho necessário iniciarmos pela educação básica e ir até a socialização da informação.

Este país comete um grave erro com a área de educação e ciência e tecnologia que é a falta da socialização da informação. O que sabemos de Amazônia hoje é basicamente o que vem pelas televisões americanas. A capacitação de pessoal para a região é vital. Não há como formar pessoal necessário para o futuro da Amazônia sem uma expansão quantitativa e qualitativa das estruturas de ensino da região.

Outro ponto é a questão da estruturação das cadeias de produtos regionais, inclusive o turismo, com vistas à geração de renda e à inclusão social como forma de diminuir os conflitos. Não adianta afirmarmos que precisamos manter a floresta em pé se não desenvolvermos alternativas para o processo de inclusão social. Também considero importante a implantação de institutos tecnológicos para a geração de novos produtos e o aproveitamento de potencialidades

regionais com a manutenção da floresta em pé. Oitenta por cento da água doce no Brasil está na Amazônia, mas quando precisarmos hoje de alguma informação sobre o assunto compraremos a informação de outros países. Portanto, precisamos nos apropriar rapidamente dessa questão.

Diria mais, além da água, há a questão da biodiversidade. Estamos muito longe, mas muito, muito longe de ter números definitivos para o tamanho dessa biodiversidade. Mas isso não significa que não podemos nos apropriar do que já sabemos. Podemos avançar, já há informações extremamente relevantes sobre isso.

Mais uma questão: a da inserção das características ambientais e culturais da região no processo educacional fundamental desenvolvido na Amazônia. Acho que sem isso continuaremos ensinando os meninos que o “E” é de elefante e que a água dos rios é azul. Não avançaremos dessa forma.

Um último ponto que eu gostaria de ressaltar é o seguinte: as ameaças para a Amazônia não são externas; as ameaças para a Amazônia estão aqui dentro, dentro do nosso país, e incluem principalmente dois aspectos: primeiro, a falta de informação e, segundo, as indefinições da sociedade com a região.

Fabio Feldmann

Para não ser repetitivo, darei ênfase a dois aspectos. O primeiro é deixar claro que o papel do BNDES é ser indutor de instrumentos econômicos para atividades econômicas com baixo impacto ambiental e geradoras de renda.

O outro aspecto é o apoio ao fortalecimento institucional para a regularização fundiária e a governança ambiental e para a geração de ativos ambientais.

Guilherme Dias

Vou me deter no aspecto micro. A curto prazo, obteremos muito mais resultado se mudarmos o sistema de formação de preço dos produtos do manejo florestal sustentável. Por exemplo, se criarmos um sistema de leilão desses produtos, unindo o agente produtor na Amazônia e o comprador fora do país. Chega de intermediários.

Isso é perfeitamente viável, hoje, com os sistemas digitais e sistemas de informação. Mas será preciso alterar a legislação. A transparência desse sistema é a essência. Saber quem está vendendo e quem está comprando e o preço desse leilão contaminará todo o mercado, inclusive o mercado doméstico desse tipo de produto.

Mário Ramos Ribeiro

Entre as ações que julgo importantes para a Amazônia, algumas sugeridas para o BNDES, outras ficam como sugestões gerais, está a implantação de uma matriz insumo-produto verde para a Amazônia, nos moldes já utilizados para o Banco Mundial. Por quê?

Primeiro, porque ela permite calcular a taxa de poupança genuína como indicador de sustentabilidade econômico-ambiental. Essa taxa de poupança está caindo, está diminuindo, é negativa. Qual sua tendência? Isso pode ser divulgado, como a FGV [Fundação Getulio Vargas] e a Fipe [Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas] anunciam seus índices de preços.

Segundo porque contribui para o cálculo do valor da compensação pelos serviços e funções dos ecossistemas. Gerar as informações que são de fato relevantes, o que Adalberto [Luis Val] chamou da “cadeia de informações relevantes”.

Uma matriz insumo-produto permite acessar muitas informações e, com isso, catalogar os ecossistemas a partir dos seus serviços e funções. Além disso, ela gera indicadores de estatísticas econômicas e ambientais, que passam a subsidiar a formulação de políticas públicas. Ação número dois: isso decorre da implantação da matriz insumo-produto verde.

Outra ação é a regularização fundiária. Concordo com o que foi dito aqui sobre a relação entre regularização fundiária e inclusão social.

A terceira ação importante seria a formulação de políticas públicas de integração física e tecnológica da Amazônia ao Brasil. Fiquei muito impressionado com o relatório que o Jeffrey Sachs publicou no *The Economist*, no qual ele dividia os países em inovadores, absorvedores de tecnologia e os excluídos. E entre os excluídos está toda a Região Amazônica, a África Subsaariana, a região da Ásia.

Para o BNDES, imagino que este momento seja extremamente importante. Acho que o Banco deveria liderar a implantação, o gerenciamento dessa matriz insumo-produto verde para a Amazônia. O Banco Mundial faz isso para o mundo, e vejo o nosso BNDES como o nosso grande *think tank* para a Região Amazônica.

Parece que estou assistindo a uma redefinição da vocação do BNDES, que é o desafio de mudança climática. É muito trabalho, mas tenho muita esperança.

Tasso Azevedo


Teremos de trabalhar muito com todas as ideias que foram expostas aqui. Uma sugestão para após a conclusão deste ciclo é que se faça uma consolidação dos debates e que o resultado seja, formalmente, entregue ao COFA, o Comitê Orientador do Fundo. A meu ver, é uma forma de valorização do papel do Comitê, cuja função é tomar decisões importantes, orientando o BNDES sobre a aplicação dos recursos.

Como surgiram muitas ideias de qualidade neste encontro, acho interessante que sejam expostas ao Comitê, e seria muito útil se fizéssemos isso de uma forma organizada. Foi uma oportunidade importante para o longo caminho que temos pela frente.

Sergio Weguelin

Vocês já vão embora e nos deixarão com a missão de refletir sobre todas essas questões. Pretendemos dar continuidade à conversa, faremos outros seminários. Acho que esses encontros vão gerar uma massa crítica que nos permitirá começar a focar nosso plano de trabalho. Certamente levantará mais questões e acho que esse é o caminho do Fundo.



A high-angle, close-up photograph of a dense tropical forest. The foliage is thick and vibrant green, with sunlight filtering through to create a dappled light effect. On the left side, a large, gnarled tree trunk is visible, appearing almost white due to the bright light. The overall scene is a lush, undisturbed natural environment.

Reunião II

Participantes



Adalberto Luis Val

Biólogo, pesquisador na área de biodiversidade e adaptações ao ambiente. Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), do Ministério da Ciência e Tecnologia, e membro titular da Academia Brasileira de Ciências.

Ana Lúcia Delgado Assad

Economista, doutora em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas, responsável pela Assessoria de Cooperação Nacional do CNPq, coordenou a área de Biotecnologia e Saúde do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Ângelo Augusto dos Santos

Mestre e doutor em Ecologia Geral e Aplicada, assessor institucional do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade, ex-coordenador científico do projeto Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais (acordo INPA-National Natural History Museum do Smithsonian Institution).

Antonio José Junqueira Botelho

Coordenador de pesquisa do Instituto Gênese (PUC-Rio), professor adjunto da PUC-Rio, mestre em Planejamento Urbano pela Universidade de Cornell e em Tecnologia e Sociedade pela Universidade de Paris IV e doutor em Ciência Política pelo Massachusetts Institute of Technology.

David Oren

Biólogo, mestre e doutor em Ciências Biológicas pela Universidade de Harvard, coordenador de Biodiversidade na Coordenação Geral de Gestão de Ecossistemas e Biodiversidade da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia e coordenador executivo da Rede Geoma.

Ciência e tecnologia na Região Amazônica: onde investir? Como atuar? Quais as soluções?



Ima Célia
Guimarães
Vieira

Ex-diretora do Museu Paraense Emílio Goeldi. Graduada em Agronomia pela UFRA, mestrado em Genética pela USP e doutorado em Ecologia pela Universidade de Stirling, na Escócia. Desenvolve pesquisas sobre economia, dinâmica florestal e restauração ecológica.

José Seixas
Lourenço

Ph.D. em Geofísica pela Universidade da Califórnia, presidente da Comissão de Implantação da Universidade Federal da Integração Amazônica, do Fórum Brasil-França e da Comissão de Implantação da primeira universidade federal no interior da Amazônia, a Universidade Federal do Oeste do Pará, em Santarém.

Marco Antonio
Raupp

Matemático, doutor pela Universidade de Chicago, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, coordenador do Núcleo do Parque Tecnológico de São José dos Campos, ex-diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e do Laboratório Nacional de Computação Científica.

Odenildo
Teixeira Sena

Mestre e doutor em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela PUC-SP, professor adjunto da Universidade Federal do Amazonas, presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas e presidente do Conselho Nacional das Fundações de Amparo à Pesquisa.

Tatiana Deane de
Abreu Sá

Agrônoma, especializada em Ecofisiologia Vegetal pelo Institute of Hydrology e em Agrometeorologia pelo International Institute of Tropical Agriculture, diretora executiva da Embrapa para a Amazônia, professora colaboradora da Universidade Federal do Pará e da Universidade Federal Rural da Amazônia.

Ennio Candotti

Físico, professor da Universidade Estadual do Amazonas, diretor-geral do Museu da Amazônia, ex-presidente da SBPC (1989-1993; 2003-2007), ex-editor da revista Ciência Hoje (1982-1996) e prêmio Kalinga/Unesco de Divulgação Científica, 1999.

O segundo encontro reuniu 11 especialistas ligados à área de ciência e tecnologia. Na abertura, os diretores Eduardo Rath Fingerl e João Carlos Ferraz agradeceram a presença a todos e falaram, resumidamente, sobre a atuação do Banco no setor ambiental e os objetivos do encontro. Rath Fingerl fez uma breve apresentação da atuação da nova Área de Meio Ambiente e explicou aos participantes os objetivos do painel.

“O que estamos buscando aqui é obter de vocês, especialistas, input para que possamos atingir a eficiência que buscamos na gestão do Fundo Amazônia”, disse. Ou seja, extrair conhecimento capaz de colaborar na construção de uma estratégia eficaz de administração, o que pressupõe uma visão integrada da região. A opção de convidar acadêmicos que trabalham na região foi para evitar um olhar estritamente exógeno sobre o tema ciência e tecnologia na Amazônia.

João Ferraz, um dos formuladores da nova área, que esteve à frente das negociações com a Noruega para a criação do Fundo Amazônia, deu ênfase a questão que fará toda a diferença. A presença do BNDES na cena ambiental ganhou envergadura com a criação da Área de Meio Ambiente, por seu caráter operacional, que ampliou a importância do tema nas políticas do Banco. Em outras palavras, o BNDES entrou no jogo da sustentabilidade.

“Quando iniciamos o processo de planejamento do BNDES, que desenhou cenários de longo prazo após 2020, um dos temas que surgiu sistematicamente e com destaque, para surpresa da própria direção, foi o ambiental. Isso é um sinal importante”, disse Ferraz.

Sergio Weguelin, superintendente da Área, enfatizou a importância de ouvir a sociedade civil na administração do Fundo, em um processo participativo que prevê a interlocução do Banco com instituições locais. A troca de ideias entre a equipe do BNDES e especialistas não se esgotará nas três primeiras rodadas de encontros. “Queremos continuar a conversar com cada um de vocês, com os órgãos que representam.”

Paulo Faveret, responsável pela condução dos debates, propôs aos participantes um modelo dinâmico para nortear as discussões. Inicialmente, cada participante deveria abordar duas ideias básicas, questões-chave ligadas ao setor de ciência e tecnologia na Amazônia, com o máximo de objetividade possível. Os convidados deveriam apontar soluções, não exatamente diagnósticos. Quais os contornos, os limites, os atores, os problemas que podem ser mapeados previamente?

Que desafios o país tem pela frente e como o investimento em pesquisas científicas pode contribuir para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Quais são as propostas? “Vamos procurar soluções do presente para o futuro e não do passado para o presente. O importante é trabalhar com o conhecimento desse grupo, com base em suas experiências, nos seus conhecimentos”, explicou Faveret.

A seguir, uma síntese dos principais pontos levantados.

Principais pontos

1. *Conhecimento* – A necessidade de geração de conhecimento sobre a região e a consolidação dessas informações. A questão emergiu como a primeira, e talvez a maior, de todas as preocupações. Conhecimento em seu sentido mais amplo, abrangendo desde a preparação da criança na escola básica até sua formação em pós-graduação, no mestrado e doutorado.
2. *Fixação* – A fixação de capital intelectual na região. Proteção ambiental exige seletividade, seletividade requer conhecimento e conhecimento requer capital intelectual no local. Tal eixo também surgiu como uma das questões centrais da Amazônia.
3. *Ação* – Necessidade de investimentos e de iniciativas para transformar conhecimento em iniciativas práticas.
4. *Valoração* – A agregação de valor nas cadeias produtivas e criação de processos para a utilização de tecnologias.
5. *Gestão* – Necessidade de resultados bem-sucedidos de curto e médio prazos do Fundo Amazônia, que contribuirão para legitimar a constituição do Fundo e garantir a continuidade das doações. Um dos instrumentos para o êxito dos projetos reside na capacitação e no fortalecimento de instituições e organizações existentes e no conhecimento das especificidades da região.

Além dos cinco itens mais enfatizados, houve, também, preocupações a respeito do tema integração. Mais especificamente, integração em bases científicas e socioprodutivas, de governança e de gestão do sistema de monitoramento das ações. Ou seja, um conjunto de questões relativas à integração ciência-tecnologia-produção, ciência-tecnologia-mundo real.

Os especialistas também ressaltaram a necessidade de criação de uma agenda para a Amazônia, o que inclui a delimitação de um arco do desmatamento abrangendo um círculo virtuoso de empreendimentos sustentáveis. Objetivamente, investir na criação de empresas em áreas desmatadas de modo a formar uma barreira à ampliação do desmatamento da floresta em pé.

E o princípio de tudo: oportunidades e desafios para a ciência e tecnologia demandam a formação de profissionais qualificados nas áreas de beneficiamento, ecologia, extração mineral, geologia, e de desenvolvimento da gestão urbana e regional.

► Informação é o foco

Adalberto Luis Val – Quero ressaltar dois aspectos: a necessidade de informação consolidada e abrangente sobre a região e a transformação dos conhecimentos existentes em ações efetivas.

Lamentavelmente, o que aprendemos durante muito tempo na Amazônia é que não é possível importar informação. Temos de produzir essa informação na região, para a região, de acordo com as necessidades.

Um aspecto importante é que, na maior parte das vezes, tendemos a pensar a Amazônia como uma floresta ou como uma área de diversidade biológica imensa e esquecemos que vivemos na região cerca de 25 milhões de brasileiros, que têm demanda por infraestrutura, por desenvolvimento. Evidentemente, esse desenvolvimento precisa considerar as características da região. É importante, também, ressaltar que a Amazônia é responsável por quase 10% do PIB brasileiro, quer seja oriundo de investimento do próprio governo na região, quer venha da produção na região.

O fato é que a ausência de um banco de dados robusto leva a ações atabalhoadas. É preciso corrigir esse aspecto. Não há uma agenda clara para a Amazônia como um todo, de tal forma que possamos planejar com segurança as ações nos diferentes níveis na região.

É preciso também ter em mente que não estamos partindo do nada. Há um conjunto bastante significativo de conhecimento que precisa ser transformado em ações imediatas. Tais ações precisam ser direcionadas à geração de renda e à inclusão social, sob pena de marginalizarmos grande número de pessoas.

► Informação + conhecimento = resultado

Ana Lúcia Assad – A primeira coisa que me veio como foco, como duas questões centrais e importantes para a região, é exatamente a necessidade de conhecimento dos recursos biológicos e dos recursos humanos, principalmente quando falamos de biodiversidade e de uso econômico da biodiversidade.

É preciso, acima de tudo, ampliar essa base de informação, de forma sistemática e organizada, sobre esses recursos biológicos e humanos. Quais são eles, como estão

distribuídos, como se reproduzem, entre outras questões que merecem e precisam ser respondidas. E transformar esse conhecimento científico e das tecnologias existentes em resultados econômicos e sociais, considerando as necessidades e as peculiaridades da região. Conhecer e respeitar as características da Região Amazônica, não somente nos aspectos dos diversos ecossistemas, mas também com relação às organizações humanas, sociais e culturais, pois são especiais e diferenciadas de outras regiões do país. Precisamos transformar esses conhecimentos em ciência e em tecnologia, com resultados econômicos e sociais para a região como um todo.

▶ Arco do desmatamento e investimento em biomassa e energia renovável

Ângelo Augusto dos Santos – O objetivo de controlar o desmatamento e reduzir os gases de efeito estufa – que é um grande desafio – poderia ser atingido se pensássemos em um arco do desmatamento onde seriam realizados investimentos na implantação de empresas que atuariam como um “muro”, uma barreira à ampliação do desmatamento da floresta em pé.

Poderíamos verificar o potencial de produção de biomassa das espécies nativas e de outras espécies agriculturáveis e as tecnologias de gaseificação que seriam interessantes para a produção dessa energia.

O Fundo Amazônia poderia investir nessas empresas de produção independente de energia na região do arco do desmatamento. As terras degradadas seriam recuperadas com sistemas agroflorestais voltados para a produção de biomassa para energia (biocombustíveis e energia elétrica). Em uma estratégia mais sofisticada, poderiam ser implantados nas terras degradadas sistemas agroflorestais voltados para a segurança alimentar e a segurança energética. Para mim, é falsa a dicotomia entre a produção de alimento e energia.

▶ Monitoramento é fundamental

Antonio José Junqueira Botelho – Gostaria de enfatizar dois pontos. O primeiro é em relação à necessidade da geração de conhecimento, informação, e, pela própria natureza e tempo de duração do Fundo, à importância de se realizar algum tipo de mapa de conhecimento, de experiências.

Isso leva ao segundo ponto, que é a carência de capacitações institucionais e locais na região. O tema do aprendizado pode levar a um monitoramento das ações permanentes, para que se possa, constantemente, revitalizar essa agenda.

O Fundo durará 20 anos, e a agenda evoluirá ao longo do tempo. Por essa razão, há a necessidade de um sistema de monitoramento e avaliação bastante crítico, que levará ao aprendizado, até pela carência de capacitação local.

► Ênfase nos serviços ambientais

David Oren – A meta do MCT [Ministério da Ciência e Tecnologia] é defender a biodiversidade da Amazônia por meio da agregação de valor, principalmente por meio da biotecnologia, embora se saiba que a biotecnologia é algo que demora. Não se produz uma substância contra o câncer do dia para a noite.

Outro aspecto importante para assegurar a biodiversidade na Amazônia são os serviços ambientais, que não são apenas carbono. Incluem um leque muito mais abrangente, como o ciclo hidrológico, a própria manutenção da biodiversidade, por meio de ações mais emergenciais para assegurar a biodiversidade.

Nossa visão de serviços ambientais talvez seja a maneira mais rápida e fácil em termos de *marketing* para atender às demandas da sociedade.

Há ainda que observar que, por mais que o Fundo esteja sendo administrado no Brasil, a Amazônia não termina nas fronteiras brasileiras. As Yungas, que são uma das partes mais produtivas e mais densamente habitadas na face leste dos Andes, são justamente a parte mais desmatada da Amazônia.

É bom saber que 20% dos recursos podem ser gastos fora do Brasil, no resto da Bacia Amazônica. Não adianta segurar o desmatamento na Amazônia brasileira se esse desmatamento é exportado para nossos vizinhos.

► Inovação é a questão

Ennio Candotti – Como estamos em um meio de economistas, vou procurar ser provocador, de modo a abalar, de certa forma, algumas certezas dos nossos organizadores ambientais.

Há, a meu ver, outros valores em jogo muito mais importantes relativos à região do que seu papel de absorção ou não do carbono. Por exemplo, não sabemos por que todas as tartarugas saem da água juntas quando vão desovar. É um fenômeno que os pesquisadores estão estudando e para o qual ainda não têm resposta clara. Trata-se de uma informação importante, estratégica para muitas áreas.

Digamos que não há nada de trivial na comunicação das borboletas. Mas quando se fala em inovação, vejo, sempre, todos pensando nas técnicas, na inovação do passado. Ou seja, daquilo que sabemos como melhorar um pouquinho. Mas nunca há investimentos de risco de longo prazo para promover a inovação em campos novos, como o da comunicação das borboletas.

Por que não aproveitamos esse imenso laboratório amazônico para buscar as inovações que vão de fato mudar a vida econômica do mundo nos próximos anos? Entender como as borboletas se comunicam é provavelmente tão importante quanto a descoberta das ondas eletromagnéticas no século XIX.

Fala-se em hidrelétricas. A Amazônia é uma grande máquina de transformação de energia que nós, em boa parte, desconhecemos. No máximo, utilizamos sua madeira, que transformamos em cinzas produzindo vapor que move uma turbina. Há um universo de informações e conhecimentos a ser explorado e devemos pensar em como fazê-lo.

Em física, quando se procura entender as forças fundamentais, constroem-se grandes máquinas, de bilhões de dólares. Nosso grande acelerador [de partículas] é a própria Amazônia. Temos esses desafios, só que se investe muito pouco na utilização dessa máquina, desse laboratório para produzir conhecimentos e inovações.

Pouco se sabe sobre como transmitir ondas eletromagnéticas em áreas de grande umidade e com isso não conseguimos estabelecer linhas de comunicação confiáveis na região. Resolver isso é uma inovação de grande porte do mundo do desenvolvimento.

Aguardamos que venha de fora alguma sugestão sobre o que pesquisar aqui. Mas sugestões consistentes do que pesquisar na Amazônia nunca virão do exterior, porque a Amazônia pertence a nós. Então, ou aproveitamos a possibilidade de abrir essa janela de desafios e oportunidades ou continuaremos sempre a discutir a melhor forma de conservar florestas e distribuir recursos para que não se cortem as árvores. Nesse caso, será melhor chamar a polícia e entregar a ela a questão da proteção ambiental. A proteção ambiental não existe sem conhecimento, ela é seletiva. E se ela é necessariamente seletiva, é preciso desenvolver conhecimento para poder ser eficaz.

► Investir em capital intelectual

Odenildo Teixeira Sena – Eu diria que, do ponto de vista mais geral, e tenho sido atento observador disso, se não caminhamos com alguma rapidez – e essa oportunidade aberta pelo BNDES é um caminho –, chegaremos a uma situação tal em que a Amazônia estará inteiramente banalizada.

Estou cansado de ouvir que a região é estratégica para o país e para o mundo, mas, efetivamente, não vislumbro, a não ser o esforço local muito grande para dar respostas a essa área, ações que se coadunem com a visão estratégica. Há todo um *marketing* em relação à região, daí minha preocupação com essa banalização.

Se o tema principal é preservação, não dá para imaginar preservação sem geração de conhecimento. E para gerar conhecimento é preciso capital intelectual.

A Amazônia é extremamente pobre em capital intelectual. Efetivamente nunca houve e continua não havendo ações fortes para superar essa dificuldade. Como é que se pode querer que uma região tão estratégica como essa dê respostas e se fortaleça quando reúne apenas 4% dos pesquisadores do país?

Por outro lado, não há por que partir do zero. Nós sabemos exatamente o que queremos da Amazônia, pois, a despeito dessa dificuldade, dessa carência de pesquisadores, há um grupo pequeno no local que tem produzido conhecimentos importantes para entender e

dominar a região. Há ações encaminhadas, muitas delas com resultados já visíveis, que precisam ser fortalecidas.

► Importância da cadeia do conhecimento

Ima Célia Vieira – Três aspectos têm caracterizado a ocupação da Amazônia: total falta de planejamento, total ilegalidade do processo de ocupação e desperdício de recursos naturais.

Essas três questões têm levado ao desmatamento, que eu associo à questão da degradação, que são os principais problemas ambientais da Amazônia. Mas é importante saber quais são os vetores de desmatamento e quais os de degradação, as atividades econômicas que estão por trás, que movem a economia regional. São elas, principalmente, a pecuária, no caso do desmatamento, e a atividade madeireira, no caso da degradação.

Esses vetores são pouco entendidos. Como os pecuaristas vêm atuando na região? Qual a infraestrutura utilizada, a disponibilidade de crédito agrícola, a forma como ocupam a terra, a questão da grilagem, a questão fundiária, muito séria na Amazônia?

No Pará, 49% das áreas são protegidas e 49% de áreas estaduais e federais precisam ser regularizadas do ponto de vista fundiário. O estado do Pará é o espelho do que acontecerá no resto da Amazônia, é o estado mais complexo do ponto de vista da ocupação da terra, e, portanto, da ilegalidade. Acho que é onde as ações integradas do governo devem ter um foco maior.

Não percebo um planejamento de ações do Estado. Os *timings* entre as ações federais e estaduais são muito diferentes, e isso tem causado dificuldades enormes para a resolução de problemas ambientais da Amazônia.

O que me preocupa, além dessa pouca representatividade acadêmico-científica da Amazônia, comparada ao resto do país, é a falta de integração das bases científicas com as bases socioprodutivas. Acho que essa é uma questão importantíssima que deve fazer parte da agenda do BNDES.

Uma das ideias consistia na associação das cadeias de conhecimento com as cadeias produtivas. Acho importante podermos avançar nas agendas científicas, em que teríamos as cadeias de conhecimento florestal, por exemplo, associadas à cadeia produtiva florestal.

Quanto ao monitoramento, a saída seria a implementação de observatórios – que eu chamo de “observatórios de uso da terra e desmatamento” – em nível municipal. No nível federal há falhas de controle. Não funciona.

Com relação à degradação, existem programas de restauração florestal e base científica na Amazônia relacionada à questão. Faltam dinamização e fortalecimento de laboratórios de restauração florestal, principalmente no Pará, onde há maior degradação.

▶ Capacitação

José Seixas Lourenço – Minha preocupação nos últimos 35 anos tem sido a atração e fixação de recursos humanos na região, sobretudo quando se está falando de ciência, tecnologia e inovação.

A Amazônia é hoje a maior produtora mineral do Brasil. O estado do Pará em poucos anos ultrapassará a produção mineral de Minas Gerais. Ali se encontram algumas das maiores minas do mundo e há grande escassez de pessoal capacitado na área ambiental relacionado à questão mineral.

Esse assunto tem forte articulação com diferentes setores, como o de infraestrutura. As únicas ferrovias da região foram fruto da atuação mineral, e algumas das hidrelétricas construídas visavam ao atendimento dos projetos minerais.

Eu gostaria de recomendar fortemente que o Fundo tivesse uma preocupação em dar maior apoio à pesquisa na questão ambiental decorrente da exploração mineral, já que temos um cenário de, pelo menos, mais 100 anos de exploração.

▶ Organizar o conhecimento e transformá-lo em valor econômico

Marco Antonio Raupp – Não sou especialista em Amazônia, mas apenas um observador atento. Creio que a criação do Fundo Amazônia é uma oportunidade de organizar ações na região e de saber qual a contribuição que a ciência pode dar.

A resposta é conhecimento. Gerar conhecimento sobre todo esse sistema amazônico e relacioná-lo – aí entra a tecnologia – com a capacidade de utilizá-lo para gerar bens com valor

econômico. Temos a biodiversidade, as águas, as riquezas do subsolo. A ciência pode contribuir organizando esse conhecimento, apontando as formas adequadas de exploração e interação com as cadeias produtivas que se candidatem a investir na região. Ou seja, transformar todo esse potencial em valor econômico.

Esse é um programa de longo prazo e, como tal, precisa apresentar exemplos de sucessos intermediários, casos de exemplos de sucesso. Do contrário, o programa estará fadado ao fracasso.

Sucesso intermediário consiste em ter utilização efetiva, capacitação efetiva das instituições que já operam na Amazônia. Há estruturas, sistemas de ciência operando na região no âmbito federal, estadual e internacional, como os aportados por instituições de países vizinhos.

A oportunidade de atuação do Fundo é no sentido de potencializar a capacidade de estruturação desses sistemas. O Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia, construído no estado do Amazonas e que começa a ser construído também no Pará, precisa ser integrado.

O papel da ciência e da tecnologia é gerar informações sobre o que ocorre na Amazônia, sobre o sistema amazônico, sobre as águas, o subsolo, a biotecnologia. Não dispomos, atualmente, de um sistema com essas características. Portanto, ele precisa ser estruturado. Se quisermos viabilizar o Fundo, teremos de obter resultados imediatos na região. E isso significa corrigir as ações de instituições que operam no local. Se partirmos para novas propostas sem considerar o que existe lá, estaremos simplesmente gerando contraexemplos do que pretendemos.

► Foco no diferencial da Amazônia

Tatiana Deane de Abreu Sá – A questão da territorialidade é um ponto extremamente importante e que vai ao encontro de esforços para detectar e qualificar essa diversidade. Nesse sentido, o zoneamento surge como iniciativa fundamental.

Não podemos pensar que a construção urbana e rural da Amazônia possa ser igual às das outras regiões, porque há, por exemplo, a questão da navegação, das estradas, da mineração e da agricultura.

O grande diferencial da região em termos de agricultura, e que não vem sendo explorado, está no fato de que temos vivos, ainda, testemunhos de agriculturas antigas: a arqueologia está mostrando que a agricultura e a aquicultura da Amazônia já eram realidade há muito tempo. Temos tribos que estão demonstrando isso para uma área pequena.

A agricultura na Amazônia não se conjuga apenas com dois verbos – plantar e criar. Deve ter, pelo menos, três: plantar, criar e manejar. Mas manejar o quê? A vegetação primária, secundária e os cursos de água. Enquanto não introduzirmos essas atividades no conjunto, na pesquisa, no ensino, nas políticas públicas e na indústria, vamos perder.

Uma antiga luta nossa é a da necessidade de uma cadeia de conhecimento. Que região, do ponto de vista agrícola, tem a possibilidade de, simultaneamente, assegurar produtos obtidos de reservas extrativistas e de reservas legais em propriedades e também já estar com esse mesmo produto domesticado, como açaí, castanha e outros mais?

Considero importante aproveitar a cadeia do conhecimento do extrativismo para o resto. Estamos perdendo essa conectividade, isolando políticas diferentes, ministérios diferentes para tratar a floresta. Ela deve ser parte do conjunto. Posso ter cadeias de produtos naturais abastecidas, pelo menos em parte, pela produção de um açaizal nativo ou plantado.

Essa questão traz embutida outro ponto levantado: ao trazermos soluções e tratarmos desse tema, estamos abordando um aspecto que transcende nossas fronteiras. Para começar, é um assunto da Panamazônia. Até bem recentemente, importávamos técnicas, a agricultura tropical não existia formalmente. Temos de evoluir, inclusive no perfil de nossos pesquisadores, nos centros de pesquisa, à medida que os paradigmas vão mudando.

Mas não se trata, exclusivamente, de contratar por contratar. Inicialmente, temos de organizar a informação e, a partir daí, definirmos questões bem claras. Por exemplo, não devemos pensar em agregação de valor, apenas, a produtos da floresta primária, à agricultura amazônica sustentável tangível. Precisamos ter uma indústria para essa agricultura sustentável, uma indústria regional e com potencial de mercado para a Panamazônia, Ásia, África e outras regiões.

Enfim, precisamos organizar, qualificar melhor essa diversidade. Não apenas repetir que somos diferentes, mas organizar a política com base nessas diferenças.

► Cursos melhores na região

Adalberto Luis Val – Não há dúvidas de que o monitoramento da Amazônia é extremamente importante e de que há leis fantásticas para o “*enforcement* desse monitoramento”, mas creio que estamos distanciando esse processo de monitoramento dos processos de geração de renda e inclusão social.

Recentemente, ouvimos a notícia acerca da contratação de dois mil guardas-florestais para a Amazônia. Penso que para cada guarda contratado, deveríamos ter contratado cinco cientistas. Acho que essas dicotomias precisam ser trabalhadas.

Há também outro ponto relevante. Temos apenas cerca de 3,5 mil doutores na região. Mas não adianta pensar no topo da pirâmide. Precisamos imediatamente trabalhar os ensinamentos fundamental e médio, caso contrário, não avançaremos na ampliação dessa base da pirâmide para podermos formar pessoal na própria região. Precisamos trabalhar essas dicotomias.

O professor Odenildo expôs isso muito bem. Por exemplo: há dois cursos de Botânica na Amazônia, um no Amazonas e outro no Pará. Se forem fechados, serão necessários mais 20 anos para formar outro curso, e adeus toda a informação.

Sem ações imediatas em algumas áreas, vamos continuar com um discurso muito forte, muito bonito, mas na realidade sem ações que possam ser revertidas em melhorias no processo de desenvolvimento da região.

Ao fim da primeira rodada de intervenções, na qual os especialistas apontaram os principais desafios da Região Amazônica, seguiu-se uma etapa de debates sobre as principais questões apontadas na primeira fase das discussões.

Paulo Faveret partiu para a segunda etapa do *brainstorming*, propondo a cada um dos participantes que, após a rodada inicial de apresentações, anotassem os principais desafios, necessidades e oportunidades da região e os colocassem em um quadro de modo a ficarem visíveis a todos. A partir desse mapeamento, na rodada seguinte os especialistas discutiram os temas mais destacados.

Foram os seguintes os temas abordados:

▶ *Integração*

Desafio da integração da ciência com o mundo produtivo; da base científica com a base socioprodutiva; oportunidade de atuação integrada.

▶ *Governança*

Gestão a partir da criação de instituições, programas e sistemas de monitoramento das ações.

▶ *Arco do desmatamento*

Criação de um círculo virtuoso de empreendimentos sustentáveis.

▶ *Criação de uma agenda do conhecimento*

Produção de conhecimento, fixação do conhecimento na região, consolidação das informações da Amazônia e tratamento dessas informações.

▶ *Fortalecimento das instituições de pesquisa*

Melhor qualificação das bases de formação, preocupação com orçamento, pessoal e formação de profissionais.

Na segunda etapa, foi solicitado aos acadêmicos que expusessem suas reflexões a respeito de cada um dos temas, com o objetivo de recolher ideias, não de fechar o foco. Ou seja, sem a preocupação de chegar a consensos. Abriu-se então nova rodada de discussões sobre alguns dos temas propostos. A seguir, um resumo das reflexões dos acadêmicos.

Ennio Candotti

Devemos começar por promover um entendimento do que se compreende por produtivo no universo econômico e no universo científico. Não entendemos as razões da economia, e a economia não entende as razões da ciência. Devemos promover o entendimento entre dois mundos, duas lógicas, dois valores.

Antonio José Junqueira Botelho

Podemos expandir a linha citada pelo Ennio [Candotti] – do significado das diferenças culturais – e ampliar o próprio contexto da integração para uma cadeia de inovação. As oportunidades estão em fomentar o crescimento do número de pesquisadores qualificados na região.

É preciso consolidar e gerar essa cadeia de informação para a Amazônia e propiciar a esses pesquisadores uma capacitação diferenciada na área de empreendedorismo e inovação, por exemplo. Essa é a oportunidade que identificamos nessa cadeia de inovação, do ponto de vista da capacitação de novos pesquisadores.

Marco Antonio Raupp

Além das questões conceituais citadas por Ennio [Candotti] e por [Antonio José Junqueira] Botelho na relação de entidades geradoras de conhecimento sobre a Amazônia e as entidades que transformarão esse conhecimento em bens com valor econômico, ou seja, empresas, há questões operacionais importantes, nesse sentido, que não estão resolvidas nem nos estados mais avançados, como São Paulo e Rio de Janeiro.

As instituições de pesquisa são basicamente públicas, e as empresas são instituições privadas. Temos, nos grandes centros urbanos, sérios problemas atualmente nesse relacionamento e, sem dúvida, enfrentaremos as mesmas questões na Amazônia.

O marco legal atual desestimula esse relacionamento, a partir de incompatibilidades específicas. Quando se faz uma nova lei, ela não é totalmente compatível com o arcabouço existente. E os operadores da lei são conservadores na sua interpretação. Essa questão impede o

avanço nessa linha. Existe uma demanda para levar o conhecimento científico para as empresas e, em paralelo, dificuldades do marco legal de tornar viável tal processo.

Tatiana Deane de Abreu Sá

Está faltando a integração de todos esses ingredientes em torno de temas com a peculiaridade da região.

Adalberto Luis Val

De fato, há a necessidade de pensar a questão de forma integrada, e sugiro implantar projetos demonstrativos nesse sentido. Há uma imensa série de produtos, na área de diagnósticos de doenças, com *kits* já patenteados, e várias iniciativas nas áreas de madeira e de alimentos que precisam de um processo de engenharia que possibilite a transferência para a iniciativa privada.

Outro ponto para a qual gostaria de chamar a atenção é a da ideia da manutenção da floresta em pé. Precisamos trabalhar rapidamente no sentido de desenvolver produtos que permitam atingir este propósito, manter a floresta em pé.

Há dois caminhos que me parecem prontos para podermos atuar com boas perspectivas. Um deles é a biotecnologia, utilizada como ferramenta extremamente importante dentro desse contexto. O outro, a nanotecnologia, que possibilitará trabalharmos mais rapidamente nessa direção. Precisamos desenvolver um conjunto de *commodities* locais que possam competir, em termos de custo, com aquelas *commodities* já consagradas no mercado, como soja, carne e etanol. Cabe a nós, na área de ciências, desenvolvermos alternativas para essa competição.

Ressalto, ainda, a importância de termos em vista o fato de não possuímos, hoje, nenhum produto na Amazônia com escala para atender ao mercado de maneira efetiva. Então, precisamos pensar em cadeias em que possamos manter um processo de produção de escala na região.

Há na Amazônia, atualmente, três mil espécies de peixes. Apesar disso, apenas cerca de 20 delas são utilizadas comercialmente. Mesmo assim, não há, em nenhum caso, uma produção efetiva capaz de atender a uma demanda de mercado sequer nacional.

José Seixas Lourenço

Precisamos resgatar a interação entre universidade, instituto de pesquisa e o setor empresarial, nos moldes da experiência tradicional e bem-sucedida das incubadoras. O tema relacionado à incubação merece forte apoio, sobretudo porque começa a avançar para a estruturação de parques tecnológicos.

A primeira experiência surgiu na Universidade Federal do Pará, em meados dos anos 1990, com foco na área de bionegócios, particularmente o mercado de cosméticos. Os núcleos de integração tecnológica são muito importantes porque fazem a interface do conhecimento gerado nas instituições com o segmento empresarial.

Outra questão relevante para o BNDES são os arranjos produtivos locais (APLs). Fizemos investimentos em todo o Brasil e particularmente na Amazônia, e podemos dizer que a experiência de APLs foi um êxito. Usamos a abordagem das plataformas tecnológicas, que é unir os empreendimentos à academia em um processo dinâmico. Com essa estratégia, foi possível identificar os problemas desses empreendimentos e as soluções.

Odenildo Teixeira Sena

Gostaria de insistir no fato de que não precisamos começar do zero. Há convergência na direção de que já há ações em andamento. Portanto, vamos trabalhar com as iniciativas existentes.

Durante dois meses, Amazonas, Pará, Maranhão e Tocantins costuraram a criação de uma rede de pesquisas e produtos em biocosméticos. Uma ação inovadora que não inclui recursos federais e que envolve pesquisadores dos quatro estados.

Outro campo inovador é a necessidade de integrar o setor produtivo à pesquisa. Depois de selecionar os projetos, apresentaremos os escolhidos aos empresários, com a seguinte proposta: temos esses projetos que foram selecionados e receberão financiamento, de que modo vocês querem se envolver?

O propósito é financiar com parceria entre os estados projetos que venham a gerar produtos a partir de quatro insumos selecionados com a ajuda de pesquisadores da área: andiroba, copaíba, babaçu e castanha.

Ima Célia Vieira

Não há avanços em tecnologia no Pará por conta de gargalos e da ausência de uma agenda específica para esses setores.

Concordo com [José Seixas] Lourenço sobre a necessidade da consolidação de plataformas tecnológicas e da importância desses portfólios para o BNDES. Mas enfatizo que a identificação dos gargalos e a criação de uma agenda são fundamentais para esse avanço.

Marco Aurélio Raupp

Quando se fala em capacidade de gerar conhecimento sobre o complexo amazônico, estamos falando em incrementar o número de universidades, capacitar instituições de pesquisa que estão lá e que devem estar capacitadas para interagir com o setor produtivo. Essa é uma visão moderna do processo de conhecimento.

A industrialização do país ocorreu sem ciência nenhuma. Hoje percebemos que, para uma nova etapa de desenvolvimento, há necessidade da participação do conhecimento científico. Portanto, temos de estimular a transmissão desse conhecimento para o universo econômico e precisamos ter a preocupação de que essa passagem ocorra no momento de criação de novos produtores.

Ennio Candotti

Defendo que cerca de 30% dos investimentos devam ser destinados à produção de conhecimento, sem alocação previamente definida. Se dependesse do mercado, da demanda, da oferta, não teríamos internet, porque os economistas que deveriam financiá-la consideravam que ela não tinha futuro.

Na Amazônia, há muitos produtos ainda desconhecidos, como as famosas ervas comestíveis, os alfaces novos. Portanto, há uma questão intermediária que deve ser colocada na nossa pauta, que são os produtos novos que a Amazônia pode oferecer. E para os quais, por serem desconhecidos, não há demanda.

Adalberto Luis Val

Quero chamar a atenção para dois aspectos. Primeiro, a questão da infraestrutura, da necessidade de investimentos não só nos meios de transporte, mas também em energia elétrica. O Brasil está iluminado do lado português e escuro do lado espanhol. Também é fundamental a questão de aporte de recursos em projetos de transmissão de dados. O país se comunica a uma velocidade de 1 *gigabyte* por segundo, e a Amazônia a 20 *megabytes*.

Tatiana Deane de Abreu Sá

Manaus, Adalberto. Belém já superou esse limite.

Adalberto Luis Val

A questão do acesso à internet e a instrumentos de comunicação é extremamente importante e essa ferramenta está disponível de forma frágil na região. Há, evidentemente, exceções, em decorrência da configuração geográfica.

O segundo ponto é que temos habilidade em pensar novos projetos, novas ações, novos processos que tornem viável a pesquisa científica na Amazônia. Mas, cada vez que ouço falar em ações novas, fico desesperado com a questão de falta de pessoal capacitado na região. Ou seja, o gargalo fundamental nesse processo é o de falta de pessoal. Precisamos resolver esse problema.

Paulo Faveret

Acho que é um bom tema para nos concentrarmos agora, porque emergiu com muita força.

Ennio Candotti

Sobre essa última questão, sinto parecer arcaico, mas são 30 anos que estamos discutindo. O tema está mal formulado para aqueles que devem decidir. Esta é uma boa oportunidade. Estamos em um local que abre as portas para discutir ciência e tecnologia.

Até agora, o BNDES tem privilegiado cimento e ferro, ou seja, investimento sólido. Se o Banco incorporou a informação entre os projetos básicos que deve apoiar, financiar, fomentar, isso significa uma revolução no nosso sistema de ciência e tecnologia.

Digo isso porque essa questão de recursos humanos faz parte da filosofia de que é o mercado que oferece pessoal e se os pesquisadores não vão para a Amazônia é porque falta demanda ou meios para remunerá-los. Essa questão puramente econométrica é uma das causas do desastre que hoje devemos corrigir.

Outra questão que precisamos corrigir é a seguinte: quais as exigências feitas hoje pelos institutos de financiamento de grandes empreendimentos para as empresas envolvidas em projetos de mineração na Amazônia, para que algumas das riquezas produzidas na região promovam o desenvolvimento local?

Ou seja, o que fazer para que não se vejam mais imensos navios transportando bauxita ao lado da miséria crescente e do desespero da juventude na região. O que se deve solicitar para compensação ambiental está mal equacionado. É pífia a exigência de se colocarem as plantinhas no lugar de onde foram tiradas. Esse é o grande desafio que temos na mesa, além do crescimento do crédito, da credibilidade da ciência e tecnologia e da redução de seus níveis de risco. Como investir em ciência e tecnologia é atividade de alto risco, não se investe.

Com esse foco, de não investir por causa do risco, não vamos resolver o problema na Amazônia. Por quê? Porque lá o risco é alto, sim. Se queremos chegar a níveis de desenvolvimento com inovação, não podemos nos limitar a financiar apenas a maquiagem inovativa, aquilo que estamos acostumados a financiar com baixo risco.

Paulo Faveret

Falou-se de recursos humanos, de escassez de pesquisadores. Alguma ideia do que fazer a respeito?

Ennio Candotti

Substituir a contratação de dois mil policiais por dois mil pesquisadores.

Marco Antonio Raupp

Quando se fala em ampliação da capacidade das instituições de pesquisas existentes e da criação de outras, a isso está acoplada uma proposta de contratação de professores, de pesquisadores. O Fundo Amazônia pode ser uma oportunidade para contribuir com o crescimento de pessoal qualificado na região.

Ennio [Candotti] enfatizou uma questão muito importante, a de chamar as empresas que atuam na Amazônia para contribuir no esforço de desenvolvimento regional. Por exemplo, fala-se da necessidade de investimentos em infraestrutura de comunicação de dados. Há várias empresas de energia na Amazônia que utilizam linhas de transmissão. Essas linhas podem ser usadas para transmissão de dados também. Há estruturas que estão disponíveis e que podem ser muito mais bem utilizadas.

Paulo Faveret

Ainda com relação à questão de pessoal, não basta aumentar o número de pesquisadores. Suponho que seria preciso fazer com que eles se espalhassem pela região.

Ana Lúcia Assad

O que estamos discutindo em relação à escassez de pessoal é uma questão mais ampla de política pública. A atuação do Fundo Amazônia – com propostas de fortalecer ações na região, de expandir o conhecimento, de gerar e aplicar tecnologias – pode ser um fator de negociação com as demais instâncias públicas.

Odenildo Teixeira Sena

A Amazônia não é estratégica? Por que então não se leva em conta o diferencial aqui ressaltado? Por que, em lugar de financiar 80 pesquisadores para a região, não se financiam 300? Por isso eu ratifico: é uma questão de política pública, mas também é de falácia.

Tatiana Deane de Abreu Sá

Acho que está faltando integração. O problema relativo à fixação de pesquisadores na região está ligado a uma questão de concentração de estruturas laboratoriais. É crucial termos uma cartografia, uma radiografia dos laboratórios, com o objetivo de modernizá-los, porque hoje em dia a questão dos laboratórios integrados, de referências, de multiusuários, é uma realidade. Não temos de contratar por contratar, mas de fazer a cartografia, de identificar necessidades. Esse é o processo.

Outro tipo de aposta é a interação público-privada, fundamental. Muitas das questões levantadas aqui estão fora da academia, fora das instituições de pesquisa. Uma boa ideia para o Fundo Amazônia – para não fazer o mesmo que está sendo feito – é a de criar espaços de interação dentro desses *clusters*, uma ligação com a realidade.

Há uma série de ações governamentais nas esferas federal e estadual, incluindo o grande foco do Fundo Amazônia, que é o problema do desmatamento, cujo riquíssimo material, tangível e intangível, certamente será importante para se detectar o que é relevante.

Ennio Candotti

Gostaria de retomar a questão da fixação de pesquisadores na região. Como chegar aos 10 mil doutores na Amazônia. Uma das questões que deveria estar no universo do Fundo é a preocupação em formar e investir na formação de jovens que possam realizar aquilo que o Fundo gostaria de ver hoje realizado. Podemos investir para que daqui a 10, 15, 20 anos possamos vir a ter 50 mil, 100 mil pesquisadores de formação e origem local.

Os programas de fixação serão sempre bem-vindos. Da mesma forma que se investe na determinação de não desmatar, deveríamos investir na determinação de criar jovens interessados em não desmatar e tudo o que vem junto com isso.

Adalberto Luis Val

Gostaria de fazer uma análise do processo de fixação de recursos humanos na Amazônia. O caminho adotado nos últimos anos mostrou-se inviável, porque está baseado na concessão

de bolsas de estudos, que não é o instrumento adequado. Quando a bolsa chega ao fim, os pesquisadores vão embora. Precisamos, portanto, mudar esse paradigma, e o Fundo pode ajudar nesse sentido.

Como? Há uma relação direta entre a produção de bens e o número de doutores de uma determinada região. A própria atividade produtora de bens baseados na ciência acaba gerando as condições para a fixação de recursos humanos. Portanto, imagino que ao investir em cadeias produtivas na região, vamos alavancar o processo de fixação de forma razoável. Hoje formamos, na melhor das hipóteses, 70 doutores por ano na região, enquanto o Brasil forma cerca de 11 mil.

Concomitantemente, teríamos outras ações, e aí entra a questão do Fundo, por exemplo, no caso da construção de cadeias produtivas. Evidentemente, a cartografia é fundamental nesse processo. A ciência é uma atividade social e, quando não conseguimos formar grupos de pesquisa, a iniciativa se desfaz em pouco tempo. A única coisa que perdurou na Amazônia foram os grupos de pesquisa.

A Academia Brasileira de Ciências fez uma reflexão sobre esse assunto. É dramática a questão. Se houvesse a decisão de investir na Amazônia proporcionalmente o mesmo que se investe em ciência e tecnologia no resto do país, passaríamos de 0,2% para 1% do PIB regional, ou seja, multiplicaríamos o investimento na região por cinco.

Contudo, se decidíssemos fazer isso amanhã, não teríamos como investir os recursos de forma adequada na região por falta, basicamente, de pessoal. Não dá para pensar ciência e tecnologia apenas com essas 15, 16 instituições que temos na área. Não dá para continuarmos com esse discurso de que a Amazônia é importante do ponto de vista da biodiversidade sem uma contrapartida adequada.

Ima Célia Vieira

Concordo com Adalberto [Luis Val] que o tema “fixação” é totalmente equivocado, mas tem trazido aporte importante de recursos na execução das pesquisas na Amazônia.

Fizemos uma avaliação da situação da Botânica na Amazônia e alguns dados são estarrecedores. Há talvez cinco sistematistas (especialistas que realizam inventário da

biodiversidade) profissionais em Botânica ativos nas instituições regionais. “Ativos” significa aqueles que publicam pelo menos um trabalho sobre taxonomia ou florística por ano.

Isso corresponde a um sistemata para cada um milhão de quilômetros quadrados, e aproximadamente para cada 10 mil spp. da flora amazônica. Só na Grã-Bretanha encontram-se 383 sistematas, ou seja, um para cada 630 quilômetros quadrados e para cada três espécies de plantas nativas. Existe apenas um programa de doutorado e dois de mestrado em Botânica em toda a região. Mesmo assim, encontram-se em situação precária com relação ao seu *status* na Capes [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior] e podem fechar, se não houver um plano emergencial.

Preparei um *wishlist* das necessidades para salvar a Botânica no Pará, e o recurso de que se precisa, entre contratações, inventário, formação de guias e elaboração de flora regionais, é de R\$ 3 milhões a R\$ 4 milhões por ano para contratar cerca de 15 ou 20 professores, pesquisadores doutores para o estado. Qualquer agência de fomento interessada em resolver um problema sério, muito sério para a Amazônia, poderia aportar esses recursos. O Amazonas, por sua extensão, provavelmente necessitaria de mais cerca de R\$ 10 milhões para salvar a Botânica nesse estado.

Antonio José Junqueira Botelho

Além de aumentar a fixação e a contratação de pessoal, poderíamos adicionar a necessidade de melhorarmos a seletividade. Há áreas com buracos de ignorância, outras com problemas funcionais. A questão geral é de política pública, e o Fundo Amazônia pode contribuir identificando os gargalos e os problemas específicos.

Estamos falando de gerar conhecimento sobre a Amazônia. A fixação local é importante, mas temos de pensar na cooperação em nível nacional e internacional, a fim de melhorarmos a capacitação e fixação da pesquisa sobre a área, mesmo que seja em outras áreas fora da Amazônia.

Paulo Faveret

Vamos explorar um pouco mais o tema informação? Acho que é um pouco distinto do tema conhecimento.

Ennio Candotti

Há dois aspectos ligados à informação: a circulação da informação, o que é importantíssimo e que alimenta todo o sistema de geração de conhecimento e novas informações, e pode-se dizer que a quantidade de falta de informação na região é maior do que a de informação circulando.

Ela é um insumo essencial para todas as outras políticas públicas, de assentamento, de distribuição fundiária e, sobretudo, na discussão de serviços ambientais ou na inserção da questão amazônica numa negociação global.

Hoje faltam a toda a política de conservação fundamentos sólidos. Saber o que queremos conservar, o que não queremos, o que é prioritário, o que vem antes e depois.

Toda área de botânica, de biologia insiste em dizer que o desconhecimento é muito grande e isso é quase uma questão de segurança nacional, muito mais do que de proteger os conhecimentos existentes, que concentram hoje a atenção da segurança nacional.

Adalberto Luis Val

Há necessidade de centros de informação, mas quero situar a questão em dois aspectos. Primeiro, em relação a que tipo de informação precisamos ter sobre a Amazônia. Estamos muito longe de conhecer o que há na região. Mesmo de conhecimento básico, como, por exemplo, quais são as espécies de plantas e espécies de peixes.

Darei dois exemplos. Semana passada, um colega que trabalha na área de sistemática de peixes me disse que o conhecimento atual é de, apenas, 10% das espécies da Região Amazônica. Recentemente, foram descobertas duas espécies de macaco no interflúvio (divisor de águas de uma bacia hidrográfica) do Rio Madeira. Não estamos falando de bactérias, do que não se vê, mas de macacos!

Precisamos de ciência e tecnologia para uso dessa diversidade, do pouco do que já se conhece. O que temos hoje, com raríssimas exceções, são rudimentos de tecnologia. Precisamos avançar muito e recuperar o tempo perdido, no sentido do domínio de novas tecnologias.

Nossa incapacidade é tanta na região que cerca de 70% de toda a informação sobre a Amazônia não é de domínio de brasileiros. Então, precisamos nos apropriar dela. E aí vem a questão que eu abordei anteriormente, sobre a necessidade de um centro de informação.

Atualmente, não dispomos de um centro que reúna todas as informações sistematizadas, que tenha documentação disponível para subsidiar as intervenções na região. Sempre que precisamos levantar informações, elas estão fragmentadas.

Portanto, precisamos trabalhar na recuperação do tempo perdido para se apropriar de informações modernas que permitam intervenções na região e, ao mesmo tempo, construir uma base, um centro que possa proporcionar essa memória sobre o que já se conhece da Amazônia.

Paulo Faveret

Ou seja, o Google não resolve?

Adalberto Luis Val

Não.

Tatiana Deane de Abreu Sá

Concordo com Adalberto [Luis Val]. Não sabemos o que temos, nem onde temos. Outra coisa, cada vez que nos pedem alguma coisa, temos de partir do zero. É muito estranho, na era da informação, estarmos aqui discutindo uma coisa que está tão rudimentar.

Marco Antonio Raupp

Ter um centro de informação é fundamental. É a base até para se desenvolverem pesquisas na Amazônia e fora dela. Através de uma rede de dados, podem-se acessar essas informações e fazer pesquisa em todas as universidades brasileiras, por exemplo.

Ima Célia Vieira

A questão de gestão e organização da informação é muito precária. Já tive muitos contatos com outras instituições e governos sobre a necessidade de iniciativas de formulação desse grande banco de dados da Amazônia. Mas, de novo, ações isoladas que não interagem constituem preocupação tanto no nível institucional quanto interinstitucional.

Ana Lúcia Assad

O grande gargalo nessa questão da informação e geração de conhecimentos é a integração de ações, e estamos falando de coisas um pouco distintas, mais uma vez. Um ponto é o acesso às informações científicas, que, bem ou mal, hoje se consegue e estão disponíveis por diversos meios. Agora, principalmente no tocante ao tratamento da informação, temos ausência de integração, de gestão da informação e descontinuidade de ações.

Os acervos são importantes e necessários, mas como integrá-los e tratar as informações lá depositadas? Qual é a instituição amazônica que terá infraestrutura para ser depositária desses acervos e com condições de tratar com inteligência esses dados? O que devemos fazer é tratar com inteligência essa informação, integrar, usar as tecnologias de organização e disseminação de bancos de dados hoje existentes. E, logicamente, vamos cair de novo em questões já abordadas como pessoal qualificado, infraestrutura física continuamente atualizada, integração de competências e gestão da informação.

Antonio José Junqueira Botelho

Gostaria de retomar meu primeiro ponto, o da importância de ter mapas de conhecimento com metodologia capaz de assegurar a capacitação analítica de informações estratégicas. Ou seja, não se trata, simplesmente, de coleta de informações científicas, mas de instrumentos que possibilitem uma análise para programação, planejamento e operacionalização, até mesmo para tornar possível a composição de um programa complexo e do porte do Fundo para a Amazônia.

É preciso, por exemplo, pensar em uma metodologia para ajudar o Fundo a consolidar um estoque de informações sobre a região, uma capacidade analítica para identificar gargalos,

diagnósticos, experiências de sucesso, fracassos e, logicamente, alimentar esse banco de dados a cada dois anos e realizar análises de progresso.

Paulo Faveret

Falamos de desafios, mas acabamos avançando no tema “soluções”, embora sem muito detalhamento. Agora, vamos tentar uma dinâmica mais focada. Sugiro a divisão das senhoras e dos senhores em dois grupos para pensarmos no maior número de soluções possíveis.

Vocês terão tempo de conversar, e depois cada grupo escolherá um interlocutor para apresentar o resultado dos debates para a seguinte questão: como transformar produtos da região em oportunidades de negócios ou, de maneira geral, transformar conhecimento em valor?

Valor tem vários significados, para o pesquisador, para a sociedade, para o empregado, para o empregador, para quem vai vender, para o governo, que receberá impostos. Valor que seja sustentável em termos econômicos.

Não se preocupem com a origem dos recursos, nem com a implementação, mas em formar o conceito de um projeto e quais seriam suas etapas iniciais. Cada grupo deve chegar a um consenso em torno de uma proposta. Depois, o representante do grupo expõe para o outro e vice-versa. O grupo que ouve faz o comentário, e o grupo que expôs tem direito à réplica.

Peço, então, dicas, roteiros, caminhos críticos, pedras no caminho, coisas a contornar, coisas a lidar. Os especialistas estão com a palavra.

Adalberto Luis Val

Seria muito difícil definir uma única ação para o Fundo. Pensar isso seria ter uma orientação reducionista para a Amazônia, acho que esse não é o caminho. Como corolário de ação, precisamos tratar pelo menos três dimensões – a diversidade, a complexidade e a escala.

Pensamos em uma conexão da ciência e da tecnologia com produtos da Amazônia e acho que poderíamos ter respostas relativamente rápidas com algumas das tecnologias existentes.

Fizemos uma lista de tecnologias com as quais poderíamos trabalhar. Entre elas, a de peixes e toda sua cadeia de produção, com a formação de cooperativas, trabalhando não só a produção de proteína, mas também a de seus subprodutos, a exemplo do couro.

Relacionamos outras, como o turismo especializado, possibilitando a recuperação de áreas degradadas, para qual já há tecnologia. Precisamos definir o que queremos com essas áreas, se vão continuar sendo usadas para a produção de soja, gado, assentamentos.

A produção de biojoias também é uma cadeia relativamente estruturada. Podemos avançar em biomassa, em energia. Apesar da discussão que há a respeito, existe tecnologia disponível.

Em relação aos biocosméticos e fitofármacos, já temos uma série de ações nesse sentido, mas poderíamos trabalhá-las melhor. Na área de alimentos, já há *expertise* relevante, principalmente no setor de frutos.

Outra tecnologia também disponível na região, sempre colocada em segundo plano, é a de construção de sistemas para transporte naval local. Trata-se de uma indústria que tem funcionado à margem de todo o processo, mas que poderia ser alavancada de forma efetiva com a formação de pessoal especializado.

A questão mineral é fundamental, já temos *expertise* que permitiria ação rápida na região.

E, por fim, a questão da gestão da informação sobre o sistema. Hoje a informação está disponível no sistema a custo zero. No entanto, temos gasto verdadeira fortuna para isso. Estamos gerindo mal esse processo todo da disponibilização dessa informação.

Não dá para pensar em uma coisa só, mas em várias vertentes. As que listamos aqui permitem a utilização do pessoal que já está na região, da informação existente, mas também da capacitação de pessoal em todos os níveis, desde o nível fundamental aos mais especializados. E permite ações de curto prazo, em vários desses casos, e de médio e longo prazos em outros.

Ennio Candotti

Só para acrescentar, há duas leituras para esse desenvolvimento e para essas possibilidades.

A primeira, o modelo de desenvolvimento do Norte Fluminense. O que faríamos com todo esse elenco de insumos ou de serviços poderia servir para o desenvolvimento de uma região próxima ao Rio de Janeiro. A segunda é se perguntar se o desenvolvimento característico dos nossos centros metropolitanos ou urbanos é adequado para a Amazônia ou se devemos pensá-lo de outra forma.

Deve-se considerar que a Região Amazônica, onde todo esse desenvolvimento tende a ocorrer, tem características muito particulares, onde as comunicações são por via fluvial, onde há muita chuva. Isso marca e define outro padrão de desenvolvimento. Queremos o mesmo padrão de desenvolvimento? Gerar riqueza para promover o bem-estar social? Funcionará?

Ângelo Augusto dos Santos

Já que se deve pensar na perpetuidade do Fundo Amazônia, como se poderia garantir que seus recursos iriam além desses 20, 30 anos que estão sendo pensados?

Caso o fundo fosse dividido em múltiplas carteiras, o BNDES poderia especializar a execução. Determinadas carteiras teriam diferentes estratégias de gestão. Conforme a atividade a ser financiada, é possível estabelecer formas de retorno ao BNDES ou a seus parceiros financeiros.

Considerando não só o Fundo Amazônia, mas toda a estrutura do BNDES, vale a reflexão de que em alguns processos de implantação dessas empresas de desenvolvimento no arco do desmatamento, o Banco poderia participar como acionista ou por meio de um sistema de *equity*, que garantiria que o retorno do capital investido viesse para algo semelhante a um Fundo da Amazônia e que, posteriormente, fosse internalizado no BNDES. Ou a constituição de fundos de *venture* privados capitalizados (com *seed money*) do BNDES.

Essa iniciativa garantiria que um processo de desenvolvimento realizado agora pelo Fundo continuaria por vários e vários anos, assegurando sua perpetuidade.

Vocês poderiam pensar como esses mecanismos são feitos, quando se incentivam proteções sustentáveis na Amazônia.

Paulo Faveret

Ou seja, essa iniciativa – que não é uma solução, mas um caminho, um roteiro – tem alguns conceitos e atende a alguns requisitos do ponto de vista da ciência e tecnologia. Ela se conecta às tecnologias existentes e, portanto, lida com as organizações tal como são, não como deveriam ser. Isso produz efeitos de curto prazo e permite a captação de todos os níveis. Acho um critério extremamente importante não só para o pesquisador, mas também para quem constrói o barco. [E dirigindo-se ao outro grupo:] Vocês teriam algum comentário?

José Seixas Lourenço

Uma primeira contribuição foi sobre a questão do ambiente favorável para transformar produtos da região em oportunidades de negócio, trazida pelo [Marco Antonio] Raupp.

Primeiro, boas universidades – ensino, pesquisa e extensão –, estimulando entre professores e alunos atitudes de empreendedorismo e incubação de empresas. Já há uma rede amazônica razoável nessa área de incubação, como falamos anteriormente. São dezenas de empresas incubadas e outras em processo de incubação. Além disso, há bons institutos de P&D focados tematicamente e com capacidade de interagir com as empresas.

Outro componente são os parques tecnológicos, entendidos como locais onde ocorrem projetos cooperativos das instituições de ciência e tecnologia com as empresas para o desenvolvimento de novos produtos e processos. Eu acrescentaria algo que já falei, que é a questão de resgatar a experiência com os arranjos produtivos locais, por meio daquela abordagem de plataformas tecnológicas.

Ao longo desses últimos anos foram apoiados pelo menos 25 arranjos produtivos locais nos nove estados da Amazônia, experiência apropriada pela Finep, na qual o Banco da Amazônia participou ativamente.

Discutimos uma contribuição trazida pela Tatiana [Deane de Abreu Sá] e pela Ima [Célia Vieira] no sentido de eleger alguns temas, como o da pecuária sustentável, e pensar como transformar essa pecuária extensiva, em grande parte predatória e ilegal, em uma pecuária mais sustentável, intensiva, aproveitando a tecnologia desenvolvida na região.

Paulo Faveret

Com relação à pecuária, com quem podemos interagir para produzir resultados positivos? Porque as tecnologias estão aí, disponíveis, havendo, inclusive, certificação, mas os problemas persistem. O que poderá ser feito para reduzir o desmatamento provocado pela pecuária?

Tatiana Deane de Abreu Sá

A ideia é ter uma identificação de território onde seja possível convergir toda a questão da ciência e tecnologia para torná-la viável e onde entrariam processos de conscientização, de *marketing*, de capacitação, para viabilizar a atividade, com toda a cadeia produtiva. Temos alguns dados elucidativos sobre a diferença da emissão de metano na pecuária extensiva e na intensiva.

Mas um ponto importante é que a ideia deve ser a de não prosseguir com a pecuária na região. Qual é o grande vilão da imagem da Amazônia? A pecuária como agente de avanço de desmatamento, de ilegalidade de várias formas, tanto no aspecto social quanto no ambiental.

Uma das ideias para o BNDES seria incentivar atividades sustentáveis em áreas desmatadas. Com isso, a certificação, a imagem positiva da mudança de um cenário negativo para um positivo não seria só do produto, mas da região.

Por exemplo, uma castanha nativa colhida em um território que era de pecuária tem um valor intrínseco por ser nativa e por ser de uma área que mudou sua produção, mas respeitou a reserva legal. Ou seja, essa castanha pode ser vendida com um selo. Temos a possibilidade de substituir a pecuária e a recomposição dos espaços ambientais. A mudança de imagem seria do conjunto da região.

Paulo Faveret

Uma ONG levou o prefeito de Lucas do Rio Verde para a Alemanha para que ele visse a ação do Greenpeace numa rede de *fast-food* com a carne do boi ou do frango alimentado com a soja brasileira para entender por que a árvore cortada lá no Mato Grosso tem complicação nas lojas desse *fast-food* em Berlim. Acho que a ação de conscientização é realmente fundamental.

Ennio Candotti

Continuo perguntando se é sustentável o modelo de desenvolvimento para a região que está por trás dessas novas propostas. Ou seja, essa é a única maneira com que se pode desenvolver a região? Como seria possível o desenvolvimento nessa região? De que insumos ela precisaria para se viabilizar como região autossuficiente e não apenas como fornecedora de matéria-prima para o mercado externo?

Isso deveria ser ao menos pensado como uma utopia possível. Imagine a possibilidade de ocupar os pequenos povoados ao longo de toda a Amazônia de maneira civilizada, com pessoas que possam se alimentar, trocar informações, viajar, ter uma educação digna, assistência médica, que possam viver a vida fora do caos urbano. Como seria possível o desenvolvimento nessa região, de que insumos ela precisaria para se viabilizar, sem necessariamente fornecer insumos para outros mercados?

Como há meios para fazer isso, uma vez que há vantagens comparativas claras de matérias-primas e alimentos, de energia, de sol, acho que não precisamos necessariamente buscar a solução na pecuária ou na exploração mineral.

Há estudos da Embrapa, por exemplo, que mostram que se pode colher da floresta, por meio de folhas, óleos, venenos ou produtos naturais, uma quantidade de recursos superior à da madeira. Ou seja, pode-se extrair mais da árvore, por meio de suas folhas e frutos, do que da própria madeira. Isso mostra as reais condições da região. Parece-me que isso não foi desenvolvido aqui na última sequência de debates.

Estamos sempre vendo a Amazônia como um celeiro ou como uma região da qual se pode extrair riqueza, parte da qual, eventualmente, será deixada no local. No entanto, outro tipo de desenvolvimento que poderia também ser um dos objetivos do Fundo não está sendo devidamente dimensionado. E me parece que não deve ser descartado, particularmente em um momento em que vários economistas têm se manifestado a favor de modelos de desenvolvimento diferentes para a economia.

Os executivos empreendedores que trabalham em Manaus atuam como se estivessem em São Paulo. Eles querem montar uma fábrica de bicicletas, quando precisariam montar uma fábrica de barcos. Mas o objetivo deles é reproduzir aqui o que o mercado demanda.

Tatiana Deane de Abreu Sá

O produto mais citado aqui, o açaí, é o típico exemplo dos poucos que temos de um produto que dá a cara do nosso diferencial, de toda nossa diversidade.

Essa é uma questão extremamente importante. Temos várias espécies semelhantes, mas só teremos condições de garantir suprimento para o mercado se passarmos por um processo de associar a produção extrativa, o manejo e alguns procedimentos de ampliação de produção primária e secundária ao processo de domesticação e plantio de sistemas sustentáveis, que podem ser sistemas agroflorestais. Este é o ponto importante: saber que produto temos e tratar a cadeia dessa realidade.

José Seixas Lourenço

Entendo que a contribuição que vimos reiterando durante o dia em relação ao papel das universidades e institutos de pesquisa de incubação, de empresas de base tecnológica, está baseada em uma experiência de 15 anos. Nesse período, já foram incubadas cerca de cem empresas, empreendimentos muito pequenos, muitas delas ligadas a bionegócios.

Já existe um número razoável de empreendimentos que estão agregando valor à nossa biodiversidade e nas áreas mais diversificadas. Bombons, por exemplo, são comercializados no Brasil inteiro com nossos frutos, como o cupuaçu, o bacuri...

O que estou imaginando é multiplicar essa escala. Isso será possível se houver estímulo, e o Fundo Amazônia é um bom instrumento para estimular esse tipo de iniciativa.

Hoje já se vendem muitos produtos como cosméticos, como a andiroba e a copaíba. Entretanto, sabemos que esses produtos têm outros efeitos também, efeitos medicinais, como cicatrizantes, rejuvenescedores da pele. Com um pouco mais de pesquisa, chegaríamos lá, mas trata-se de uma área que não está sendo devidamente explorada. É mais fácil e mais prático ganhar dinheiro como cosmético. Estou pensando muito na questão do pequeno empreendedor. Pequenos empreendimentos que deveriam ser multiplicados por dez.

Ana Lúcia Assad

Na linha do [José] Seixas, temos alguns outros exemplos de agregação de valor em produtos nativos que geraram empresas e que estão atuando em nichos, por exemplo, na extração do óleo de castanha do Brasil, produzindo azeite da castanha do Brasil e outros subprodutos, atendendo ao mercado de especiarias para *gourmet*.

Há um aspecto muito interessante quando falamos em cadeias que utilizam matéria-prima da floresta que é a qualidade dessa matéria-prima. Existe uma variabilidade grande na qualidade da origem do produto. Quando falamos do óleo de andiroba, da copaíba, estamos nos referindo a um produto que se encontra quase no início da cadeia, no manejo, na seleção de espécies, e isso implica também conhecimento das espécies e subespécies. Há tecnologias que precisam ser estudadas e adequadas e que muitas vezes envolvem o conhecimento popular. O potencial existe para “n” empresas e é um mercado a se conquistar.

Paulo Faveret

Vou fazer uma leitura otimista do que foi dito. Há um conjunto robusto de tecnologias que, tomadas em seu conjunto, teriam uma abrangência, em termos de escala, muito significativa, mas que precisam ser desenvolvidas.

Se conseguíssemos fazer uma conexão com o mercado, com os empreendedores de capacitação para o mercado, já seria possível um salto no curto e médio prazo?

Ana Lúcia Assad

Sim, principalmente nessa linha de cosméticos e fitoterápicos.

Ima Célia Vieira

Estamos vendo hoje na Amazônia a pequena produção confinada. Uma é a população tradicional confinada em reservas extrativistas, e seus modelos de reserva e desenvolvimento sustentável ou unidades de conservação, e outra confinada em assentamentos. Esses modelos carecem de ciência e tecnologia.

Que tipo de assentamento queremos para a Amazônia? Não são esses que estão aí, porque são um desastre. Simplesmente as pessoas são colocadas lá, e depois não há política pública completa, integrada, voltada para as pessoas dos assentamentos. Em função disso, uma das contribuições ao desmatamento provém deles. Eles têm de plantar, e onde tem floresta primária ou secundária, eles queimam para produzir alimentos e cultura de subsistência.

Não há interação de esforços em relação às prioridades estaduais e federais, e as práticas são muito diferentes de um estado para outro. É preciso ter integração regional em termos de políticas públicas.

Ennio Candotti

O Fundo deve decidir em sua política de que lado está. Vivemos um momento do governo em que a preocupação com a inclusão social é alta, quando já vivemos outros momentos em que essa preocupação era média ou baixa. Havendo preocupação alta com a inclusão social, todas essas nossas propostas devem levar em consideração que podem resultar em propostas que excluem ou incluem.

Em particular, vamos pegar o exemplo da andiroba, que é comprada por um preço e vendida por um valor dez vezes superior nos grandes centros urbanos, já purificada e processada. A tecnologia que devemos incentivar é a que dê a essas comunidades a possibilidade de vender seu óleo de andiroba com grau de pureza elevado e não médio. Isso custa pouco.

Estamos negando às populações locais a possibilidade de beneficiar seu óleo de andiroba. É possível ter nos centros da Região Norte instituições de controle de qualidade que permitam que a população ganhe cinco vezes mais. Essa é a escolha de Sofia que vai marcar a trajetória do Fundo. Esse desenvolvimento poderá ser feito de várias maneiras, com vários cenários.

Sergio Weguelin

Vou pedir para romper o voto de silêncio e expor uma dúvida: apesar de se afirmar que existe uma problemática muito grande para se fazer bioprospecção organizada, já estamos falando em desenvolver andiroba, castanhas etc. Esses entraves são tão fundamentais assim ou não? Essas

restrições são tão draconianas assim? São reais? É possível resolvê-las rapidamente e trabalharmos em paralelo? Caso contrário, teremos de resolvê-los antes de começar a enfrentar a questão.

Ennio Candotti

A realidade mostra o que dá e não dá. É uma batalha constante. Todas as discussões devem levar em consideração que há a pressão para se obterem resultados de curto prazo, mas há a perspectiva de longo prazo, que incorporamos na nossa discussão. É obrigatório para nós pensar em 20 anos. Foi levantado também que precisamos ser realistas e pensar nos passos do dia a dia. Então há uma batalha de longo prazo e outra de curto prazo.

Paulo Faveret

A título de conclusão, sugiro uma última rodada. Se cada um de vocês tivesse de colocar R\$ 100 milhões em um único projeto, numa única área, qual seria esse projeto e por quê? Ou qual seria a condicionante? Ou seja, não aloco R\$ 100 milhões sem considerar determinadas questões. Em outras palavras, qual é a mãe de todas as batalhas? Qual é a preocupação central de cada um de vocês em relação ao Fundo?

Tatiane Deane de Abreu Sá

Investiria em um arranjo que conectasse uma grande questão ou grandes questões não de forma isolada, mas convergindo, também, com a sustentabilidade. Não se deve desvincular a formação de pessoal, a instituição de pesquisa, das questões de política ou da reformulação dos marcos legais. Investiria na integração de todos esses itens, extraíndo aprendizados e repassando-os para outros segmentos. Ou seja, a consolidação não apenas nos segmentos-alvo, mas nos segmentos de formação.

Marco Antonio Raupp

Eu faria investimento no sistema de informações, *datagrid*. Estamos falando de um *pool* de instituições em que seriam depositados esses dados, conectados a uma boa velocidade de

comunicação. É o mais básico, até para estruturar um sistema de pesquisa. Sem isso, continuará essa desarticulação completa, com as informações sendo levadas para o exterior.

Há coisas paralelas, como um satélite especializado em Amazônia para levantar dados, monitorar a Amazônia. Isso está associado ao sistema de informação. Mas não adianta ter satélite se não há um sistema de informação disponível em rede.

José Seixas Lourenço

Um bom investimento seria o de partir para o detalhamento do zoneamento econômico-ecológico. Se queremos trabalhar as questões meio ambiente e território, é absolutamente fundamental que se tenha um zoneamento.

Fora isso, reitero a interação do conhecimento, da informação e dos produtos e esses mecanismos que mencionamos, de incubação, de parques tecnológicos, do resgate dos arranjos produtivos locais, com a experiência bem-sucedida na região.

Ima Célia Vieira

Eu investiria uma parte dos recursos no monitoramento e no que eu chamo de observatórios de uso da terra, com laboratórios de ponta para monitoramento e identificação dos vetores de desmatamento. Por outro lado, investiria também em modelos de assentamento e de reservas, não em unidades de conservação como um todo, mas naquelas nas quais as comunidades seriam autossustentáveis. Se ainda sobrar dinheiro, colocaria um monte de pesquisadores lá dentro.

Ennio Candotti

Eu partiria da caracterização do objeto da nossa observação como um sistema vivo, pouco conhecido por nós. Procuraria saber como as comunidades vivem nesse mundo e como esse universo sobrevive. Isso porque ele me parece muito pouco conhecido pela comunidade nacional e internacional. Ele é um universo no qual a maioria das informações chega ao público e à opinião pública por caminhos difusos.

A maioria das informações da opinião pública sobre a Amazônia vem do exterior. Portanto, temos uma tarefa fundamental: fortalecer as instituições de ensino e pesquisa da região, mas também multiplicá-las e torná-las mais presentes nas comunidades menores, que são ricas em olhares diferentes sobre essa realidade.

Nesse sentido, como diretor do Museu da Amazônia [Musa], digo que investiria os R\$ 100 milhões nele, no Musa, sem dúvida. Em troca, formaríamos com as outras instituições da Amazônia uma rede capaz de fornecer melhores informações, inclusive para o Fundo, de modo que não seja influenciado pelas modas ou olhares estereotipados com que tem sido caracterizada a região. O Musa é capaz de estudar a floresta viva.

David Oren

O nome de tudo isso é cérebro. A massa de competência da Amazônia está envelhecendo. Há, certamente, 25 especialidades nas quais precisamos urgentemente injetar recursos, como a antropologia, a microbiologia, a geologia, a entomologia, até mesmo para poder fazer um zoneamento com competência e conforme todas as outras prioridades que discutimos, como a da biotecnologia, dos arranjos produtivos etc.

Eu investiria os R\$ 100 milhões, facilmente, em cérebros direcionados para áreas estratégicas.

Ângelo Augusto dos Santos

Investiria em diferentes arranjos produtivos voltados para a segurança alimentar e energética, nas áreas degradadas.

Ana Lúcia Assad

Eu faria um investimento no fortalecimento da infraestrutura local de pesquisa e no desenvolvimento das instituições, principalmente aquelas voltadas à capacitação e formação de recursos humanos em todos os níveis. Por quê? Porque o segundo passo seria implantar um projeto integrado para o desenvolvimento de um fitoterápico, a fim de provar

que é possível fazê-lo no Brasil. O importante é criar a oportunidade de colocar as pessoas certas nos lugares certos, montando toda uma estrutura de escalonamento de produção, que é um gargalo.

Como Ana Lúcia, e se fosse investidora, faria um projeto integral de um fitoterápico com aplicações antiinflamatórias ou analgésicas, ou ambas, de toda a cadeia produtiva desenvolvida e executada na região, com matéria-prima local, pois já existem conhecimentos científicos para tal.

Adalberto Luis Val

Temos hoje na Amazônia, trabalhando nas instituições, 3,3 mil professores só com título de graduação, 9,5 mil professores com título de especialização e 7,6 mil professores com título de mestre. Esse grupo já está fixado na região. Se fizerem o doutorado, teremos investimentos muito melhores na região. Acho que não dá para avançar em nada sem mexer na parte cerebral.

E um segundo ponto: concordo em gênero, número e grau com o [Marco Antonio] Raupp em relação à necessidade de criação de um centro de informação. Sem esse centro consolidado na região, não iremos a lugar algum.

Incluiria ainda um terceiro ponto: montaria um dos institutos tecnológicos propostos pela Academia Brasileira de Ciências e fixaria 100 tecnólogos para trabalhar nesse instituto.

Eu colocaria os R\$ 100 milhões nessas três atividades. É claro, Ennio, que todas iriam colaborar com o Musa...

Sergio Weguelin

O encontro foi muito proveitoso, sairemos com rico material. O desafio é enorme. Começamos um processo hoje e não vamos parar.





Reunião III

Participantes



Adriana Ramos

Membro do COFA, e sócia efetiva do Instituto Socioambiental (ISA), trabalha como assessora de Políticas Públicas. Fundado em 1994, o ISA tem por finalidade propor soluções para questões sociais e ambientais.



Bertha
Koiffmann
Becker

Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com pós-doutorado no Massachusetts Institute of Technology, professora emérita da UFRJ.



Caetano
Scannavino

Coordenador do Projeto Saúde e Alegria, instituição sem fins lucrativos fundada em 1985. Partindo da realidade local, busca soluções simples e adaptadas que tragam benefícios à população.



Ennio Candotti

Físico, professor da Universidade Estadual do Amazonas, diretor-geral do Museu da Amazônia, ex-presidente da SBPC (1989-1993; 2003-2007), ex-editor da revista *Ciência Hoje* (1982-1996) e prêmio Kalinga/Unesco de Divulgação Científica, 1999.



Eugenio
Scannavino

Médico infectologista, desenvolveu ações para reduzir os altos índices de mortalidade infantil e desnutrição na Amazônia, coordenador do projeto Saúde Alegria, em Santarém (PA).

Um novo olhar sobre a Amazônia. Carro ou canoa? Índios ou operários? Qual o valor da floresta?



João Augusto Fortes

Engenheiro civil, coordenador da ONG Rede Povos da Floresta, responsável pela instalação de 30 Pontos de Cultura Indígena na Amazônia. Fundador da Associação de Cultura e Meio Ambiente. Em 2008 iniciou os trabalhos de reflorestamento e colocação de SAFs (sistemas agroflorestais) na Reserva Extrativista Alto Juruá.

Gersem dos Santos Luciano Baniwa

Líder baniwa do Alto Solimões e antropólogo. Autor do livro *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*, resultado do projeto Trilhas de Conhecimentos.

Jorge Viana

Engenheiro florestal, ex-prefeito de Rio Branco, ex-governador do Acre e ex-diretor da Fundação de Tecnologia do Estado do Acre, na qual atuou com Chico Mendes na defesa de um modelo de desenvolvimento sustentável para a Amazônia.

Joseluis Samaniego

Diretor da Divisão de Desenvolvimento Sustentável e Assentamentos Humanos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, das Nações Unidas. Economista, com mestrado em Economia Política Internacional.

Kristian Bengtson

Mestre em Ciências Políticas pela Universidade de Uppsala, na Suécia, e responsável na embaixada da Noruega pelo programa de apoio aos povos indígenas. O programa completará 27 anos em 2010.

Marilene Correa da Silva Freitas

Reitora da Universidade Estadual do Amazonas (UEA), mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP, doutora em Ciências Sociais pela Unicamp, com pós-doutorado na Unesco/Université de Caen, na França.

O presidente do BNDES, Luciano Coutinho, abriu a terceira reunião em torno da estruturação do Fundo Amazônia. Nesse último encontro da série de brainstormings, organizada pela Área de Meio Ambiente do BNDES e realizada em 2009, o assunto escolhido para discussão com 11 especialistas do setor foi um dos mais controvertidos, por reunir contrastes, adversidades, paradoxos: a questão socioambiental na Amazônia.

Luciano Coutinho enfatizou a importância do debate para a identificação de oportunidades e desafios e, sobretudo, para o desenho de um panorama social e econômico da região capaz de gerar resultados efetivos. As contribuições dos participantes – estudiosos e representantes de povos e comunidades das florestas com amplo conhecimento e vivência do assunto proposto – servirão para fornecer ao BNDES elementos para a administração do Fundo Amazônia.

O diretor das Áreas de Capital Empreendedor, Meio Ambiente e Mercado de Capitais, Eduardo Rath Fingerl, fez um breve histórico dos brainstormings anteriores, explicou os objetivos da Área de Meio Ambiente e apresentou o superintendente Sergio Weguelin, que ressaltou a importância do processo de interlocução com a sociedade civil para a gestão do Fundo, por administrar recursos originários de doações. “Temos a obrigação de ouvir a sociedade sobre o que ela entende que a Amazônia precisa, mas também precisamos ouvir o que a própria Amazônia acha que precisa. E a questão social é fundamental para a sustentabilidade da região”, disse.

Weguelin ressaltou, ainda, que um dos objetivos do BNDES é estabelecer contatos locais com cada um dos estados da Amazônia Legal, uma espécie de institucionalidade regional, para que contribuam na organização dos projetos, além de manter fóruns de discussão em vários formatos a fim de aprimorar o processo de desenvolvimento do Fundo. “Se conseguirmos aproveitar o potencial da Amazônia, daremos um grande salto”, concluiu.

O moderador Paulo Faveret explicou aos participantes que a dinâmica do encontro, a exemplo dos anteriores, previa foco nas soluções, evitando debates em torno dos motivos que resultaram nos problemas atuais da região. Ou seja, era permitido explicitar premissas, desde que tais premissas apontassem resultados. De novo, frisou que os debates deveriam contemplar a Amazônia, não especificamente o Fundo, por se tratar de um instrumento em construção e, portanto, sujeito a mudanças.

“Certas coisas que hoje não são passíveis de apoio do Fundo amanhã poderão ser”, explicou. “Portanto, não gostaria de perder a oportunidade de recolher o maior número de sugestões sobre os grandes desafios da região, as janelas para a ação da sociedade com ou sem apoio do BNDES.”

A reunião começou com uma rodada inicial, de cerca de cinco minutos, na qual os participantes apresentaram ideias consideradas fundamentais – preocupações, soluções, desafios. E prosseguiu, ao longo do dia, com discussões em torno dos temas mais enfatizados.

Antes de dar início às exposições, Faveret deixou uma provocação. Citou uma experiência ocorrida em uma cidade do Mato Grosso, Lucas do Rio Verde, na qual um agricultor diz que ao chegar ao município, na década de 1970, a ordem, não a recomendação, mas a ordem era desmatar. E foi o que ocorreu.

Trinta anos depois, ele declarava que, pela primeira vez, entendia que a floresta era importante para o seu negócio. E, a partir de então, ficou à frente de um processo de reflorestamento, porque compreendeu que a soja produzida naquela terra alimentará o gado na Europa, e os europeus já não compram carne de gado alimentado com soja cultivada em área desmatada.

Como é que o Brasil consegue reconciliar essa imagem de desbravador da Amazônia com algo que seja positivo, e não negativo? A imagem do Brasil, com relação à Amazônia, hoje é muito negativa. De um lado, estão os conservacionistas e, de outro, supostamente, os homens do progresso. Em várias sociedades não há essa divisão. Os americanos não têm a menor dúvida sobre o papel civilizatório positivo dos caubóis. Para nós, os pioneiros são essencialmente negativos, são agentes, vetores de destruição. Como é possível reconciliar a sociedade brasileira em termos da imagem dos seus arquétipos, das suas figuras ideais? Como é possível, portanto, construir uma imagem, um sonho de uma Amazônia sustentável?

A seguir, uma síntese dos principais temas abordados.

Principais pontos

1. *Nova mentalidade* – A necessidade de um novo olhar sobre a Amazônia que leve a uma nova mentalidade, a novas tecnologias, a novo modelo de desenvolvimento. Essencialmente, uma questão social, por ser uma interpretação da sociedade a respeito da região e do que é desejável para a região.
2. *Valorização da floresta* – A agregação de valor aos produtos da e à floresta. Esse foi um tema recorrente nos encontros anteriores e absolutamente central. Um tema com eixo econômico, mas com implicações e requerimentos sociais. Agregação de valor implica conhecimento profundo da realidade das comunidades e, a partir daí, a capacitação e o incentivo para a organização produtiva. Quais são as preferências da população? Carro ou canoa?
3. *Governança* – Foi outro tema presente nos encontros anteriores, mas visto com novo enfoque. Governança envolvendo os povos tradicionais e o saber local e a integração entre eles e o mundo da ciência e da tecnologia. Integração também entre governos, com fortalecimento institucional, e entre todos os atores com ONGs locais e internacionais. Como levar essa torre de Babel a falar um só idioma?
4. *Transição entre modelos* – A necessidade de um plano de transição entre o modelo antigo e o novo olhar proposto por vários dos participantes, o que requer acordo político. Em pauta, o tema da reconciliação ou pacificação em relação à Amazônia. Temas novos para povos tradicionais.
5. *Infraestrutura* – Demanda por investimentos na área de forma a facilitar a integração, mas respeitando a diversidade da Amazônia. Possibilidade de que um novo modelo de infraestrutura permita a produção em escala, contribuindo para que novas atividades possam competir com as atividades ligadas às *commodities*.
6. *Pecuária extensiva* – Necessidade de encontrar soluções para interromper o crescimento da pecuária extensiva e o desmatamento na região, agravada pela ação da população local em busca de renda para sobrevivência.

► Necessidade de políticas alternativas e o papel do BNDES

Ennio Candotti – Quero aproveitar a presença do presidente Luciano Coutinho para falar sobre o tema das alternativas econômicas para a região, que me parece essencial.

Quando o BNDES foi criado nos anos 1950, surgiu com a proposta de apresentar alternativas econômicas para o Brasil, entre as quais, a substituição de importações. Hoje, trata de encontrar alternativas econômicas para substituir os atuais vetores – soja, gado e madeira – de expansão da fronteira agrícola em relação à Amazônia.

Não é fácil, obviamente, senão já estaria resolvido e não precisaríamos estar aqui. O próprio BNDES deve se reformular. De quais instrumentos dispomos para, de fato, intervir com a mesma capacidade de intervenção para desenhar políticas alternativas?

Poderíamos sugerir que o Banco não financiasse mais a agropecuária, a soja, a siderúrgica que usa carvão – e isso não é uma provocação. Existem alternativas de intervenção na floresta, na região, que não são devastadoras. Nós as temos. Estão nas nossas gavetas. Só que não temos um BNDES para implementá-las.

Como pensar juntos a atuação do BNDES com esses novos vetores? Que possibilidades teríamos para equacionar isso? Dependendo da resposta, vamos discutir programas de bilhões ou programas de dezenas de milhões. Acho que podemos fazer as duas coisas, mas seria muito importante aproveitar a presença do presidente Luciano Coutinho para ouvir o que vocês pensam a respeito.

► Transformação de atividades predatórias em sustentáveis

Luciano Coutinho – Vou transgredir a regra, porque eu não deveria falar, apenas ouvir. Infelizmente, não poderei permanecer por muito tempo, mas gostaria de ressaltar o seguinte: estamos 100% empenhados na busca de uma política eficaz. Como o Banco é dono de um grande orçamento, e tornou-se gestor do Fundo Amazônia, passa a impressão de que detém amplos poderes com relação à Amazônia, sendo cobrado como se tudo pudesse.

Na realidade, dispomos de relativo poder de realização. Citarei, por exemplo, a atividade pecuária. Os recentes financiamentos do BNDES ao setor transformaram essas empresas, obrigando-as a ter um mínimo de governança e a prestar contas à sociedade. Elas se tornaram visíveis. São empresas das quais podemos cobrar e das quais estamos cobrando fortemente compromissos ambientais.

Duas delas têm ações em bolsa. Nosso objetivo é fazer com que todas abram seu capital e tenham governança. Essas empresas já fazem algum tipo de controle, mas o problema está na cadeia produtiva antecedente. Ou seja, da origem do gado. Para isso, estamos desenvolvendo um sistema de rastreabilidade que abrange toda a cadeia de fornecedores.

Os frigoríficos precisarão comprovar a adesão a um sistema de rastreabilidade, a partir de 2010, e, para isso, poderão contar com o apoio do BNDES no desenvolvimento e na implementação desses sistemas no país, que já possui várias soluções de *hardware* e *software* disponíveis.

Contudo, essas empresas financiadas pelo Banco representam apenas 20% a 25% da atividade pecuária. A informalidade do setor atinge 70% a 75% das companhias, que estão totalmente fora do nosso controle. Nós não as financiamos, nem temos acesso a suas atividades. Como se vê, existe uma grande quantidade de abate ilegal, clandestino, não só na Amazônia, mas no Brasil inteiro. É um problema dramático – abate ilegal, matadouro clandestino etc. É um problema sistêmico no país.

Quanto à soja, o BNDES não financia *commodity*, não consta das políticas operacionais do Banco. Quem financia a soja? As grandes *tradings*. Então, gostaria de desmitificar a ideia de que o BNDES é todo-poderoso e pode resolver tudo. Não é verdade. Gostaríamos que fosse verdade, porque estaria ao nosso alcance dizer “não, não financio e você terá de se curvar às nossas exigências”.

Mas como podemos intervir usando instrumentos positivos para transformar? Gostaríamos, por exemplo, de formalizar e modernizar toda a pecuária, mas, para tanto, precisaríamos desenhar uma política que incentivasse uma pecuária menos extensiva, que financiasse a recuperação de pastagem etc. É uma outra política. Como desenhar essa política, como criar os incentivos? Estamos dispostos a aprofundar essa questão.

Para levar adiante uma reestruturação, precisaríamos fazer uma política de entendimento com o agronegócio, a fim de criar incentivos econômicos corretos para que ele se engaje em uma política diferente. Qual é essa política? Ela faz sentido? É preciso que tenha consistência econômica e microeconômica, que gere lucro. Só assim desviará o interesse privado para outra direção.

O que fazer com as madeiras? Como reprimir, de um lado, e, de outro, criar incentivos? A agenda vai além. Deveria dar conta do fato de que grande parcela da população não possui ocupação econômica. Portanto, essas atividades, por si só, não são suficientes para sustentá-la. As que existem, atualmente, são predatórias e incapazes de garantir o desenvolvimento sustentável da região. O que fazer?

Precisamos pesquisar alternativas de atividades passíveis de desenvolvimento e fomento por parte do BNDES. Estamos colecionando, aqui, ideias e modelos de negócios sustentáveis, como o uso da piscicultura e da aquicultura na região, que é intensivo.

Que modelos seriam ideais para realizar essas atividades? Como se desenha um modelo? Seria um modelo de grande empresa integradora com grande cadeia de fornecedores? Seria um modelo de pequenas unidades familiares? Como se faz, como se constrói isso? Como se constrói um tipo de manejo florestal mais rentável e não restrito à exploração da madeira em si? Como a biodiversidade pode ser explorada sustentavelmente em várias atividades novas? O que fazer em relação à mineração? Como promover ou criar incentivos para o reflorestamento?

Como os senhores veem, temos muitas perguntas. A situação é mais complexa do que parece à primeira vista. Então, devolvo as perguntas para os senhores. Queremos ouvir quem entende do assunto. Nossa disposição é total para nos engajar na questão. Há uma agenda de reflexão significativa, e o resultado desse processo é essencial para que possamos dar conta do recado.

[Eduardo Rath Fingerl](#) – Em adição ao que o presidente Luciano Coutinho falou, a primeira atividade totalmente operacional da Área de Meio Ambiente, coordenada pelo Otávio Lobão, foi o lançamento de um fundo de florestas. Seu objetivo, à semelhança do que ocorre no mundo,

é apoiar, por meio de *private equity*, a formação florestal. Faz parte do regulamento desse fundo não só a formação de florestas nativas, como também a recuperação de áreas degradadas. É um primeiro produto do BNDES a envolver também nativos e a recuperação de áreas degradadas.

Paulo Faveret – Bem, vamos recomeçar com Gersem Baniwa, voltando à pergunta: o que há de mais importante, se os senhores pudessem dar apenas um tiro, qual seria o alvo?

► **Novas demandas das comunidades indígenas**

Gersem Baniwa – Sou do povo baniua, do Rio Negro. Atualmente, estou coordenando uma rede de pesquisadores, profissionais e acadêmicos indígenas em um centro de estudos e pesquisas – Centro Indígena de Estudos e Pesquisas (Cinep). Também trabalho coordenando a educação escolar indígena no Ministério da Educação. Junto os dois desafios, ou seja, de um lado, na ponta, nas aldeias, nas terras indígenas e, de outro, o desafio das políticas públicas necessárias para habilitar quadros indígenas a pensar o futuro de seus povos, suas sociedades e suas terras.

Temos hoje no Brasil uma grande responsabilidade perante a própria sociedade brasileira. Treze por cento do território nacional é gerenciado por esses povos, correspondendo a aproximadamente 23% da Amazônia. No campo das políticas públicas, poucas vezes nos damos conta disso. Quando fazemos um cálculo *per capita* dos índios, os números tornam-se insignificantes, equivalendo, apenas, a 0,4%. Mas nos esquecemos dos 13% do território nacional que está sob a responsabilidade indígena.

O papel desse centro de estudos e pesquisas é promover a capacidade de resolução dos problemas indígenas e contribuir para o desenvolvimento local e regional. É um grande desafio, porque são séculos de contato com a sociedade tecnológica moderna, vivendo pressões econômicas sobre seus territórios.

Esse centro tem como missão habilitar os povos indígenas para enfrentar esse desafio. Partimos do pressuposto de que, para um bom gerenciamento, para uma boa gestão desses territórios por parte dos indígenas, é necessário habilitá-los.

Em segundo, obviamente em consequência disso, buscamos encontrar alternativas econômicas. Ou seja, os povos indígenas, ao longo de séculos de contato com o mundo não indígena, com o mundo nacional e global, criaram novas necessidades, novas demandas – inclusive tecnológicas – que precisam ser levadas em conta.

Os indígenas precisam se habilitar e encontrar os melhores caminhos para que não sigam o caminho predatório. Acho que esse é o grande desafio. Por outro lado, deixá-los como estão, com as dificuldades – eu diria até com a tradicionalidade –, não é o caminho, porque todos também anseiam por melhores condições de vida e pela apropriação da tecnologia, dos conhecimentos da ciência.

Evidentemente, essa apropriação não pode ter uma perspectiva predatória. É preciso articular essa capacidade tecnológica e científica com a grande lição histórica, milenar, dos índios, que é a absoluta harmonia e o equilíbrio com a natureza, com os recursos naturais. Essa é a grande missão e o grande desafio do Cinep.

► Agregação de valor aos produtos da floresta

Ennio Candotti – Há duas perguntas importantes, é possível agregar valor aos produtos da região no quadro da economia de mercado assim como ela é pensada hoje? Esse é o desafio, que exigirá uma reflexão sobre os próprios paradigmas que orientam a intervenção econômica na Amazônia.

Outra pergunta é: os arranjos produtivos imaginados para outros ambientes econômicos são aplicáveis à região? Digamos que seriam aplicáveis com alguns ajustes. Ou seja, um arranjo produtivo no estado de São Paulo conta com estradas, comunicação, insumos, assistência técnica ao alcance em 30 minutos. Já na Amazônia, a questão da infraestrutura ou é inexistente ou qualquer assistência técnica exige semanas para ser mobilizada, e isso traz um problema fundamental: quem paga a conta da infraestrutura?

Em outras palavras, estaria nossa economia, nosso desenho político estrutural, em condições de equacionar uma conta dessas, ou a questão ainda está fora do nosso alcance? Devemos deixar o capitalismo selvagem realizar essa intervenção?

Então, se eu tivesse só uma bala na agulha, iria ao caixa do banco e diria: “Pague a conta da infraestrutura.” Se eu for preso antes, perdoem-me, deixarei a militância ativa; se for preso depois, ganharei uma chance de ver as coisas melhorarem.

► **Palavras-chave: fiscalização e governança**

Eugênio Scannavino – Sou coordenador do projeto Saúde e Alegria, que atua na Amazônia, em Santarém, com as comunidades de extrativismo do Rio Tapajós. Iniciamos o projeto com o apoio do BNDES, há mais de 20 anos. Estou aqui também pela iniciativa Amazônia Brasil, que procura apresentar a Amazônia lá fora, a Amazônia real, para que as pessoas a conheçam.

A questão da Amazônia é uma batalha. Ou melhor, são várias batalhas, em vários níveis. Quando falamos em Amazônia, pensa-se em floresta, mas a Amazônia tem mais de 23 milhões de habitantes, 70% dos quais morando em área urbana, com um tecido institucional muito frágil. Temos, também, uma população de cerca de cinco milhões em comunidades extrativistas, a grande maioria fora das unidades de conservação.

Ou seja, as comunidades que vivem em reservas extrativistas, em florestas nacionais, ainda têm algum tipo de defesa da sua unidade territorial, mas as demais não. Vivem abandonadas, frente a frente com uma colonização que se aproxima, que é a da soja, a do madeireiro (sim, ainda há madeireiros entrando em áreas primárias), a da pecuária.

Quando se pergunta como mudar a imagem do migrante, do novo colono, a resposta é: “Não sei.” Poderíamos armar uma forte barreira nas estradas, mas a expansão vai continuar.

É preciso considerar, também, que há populações indígenas em níveis diferentes de contato, de integração e de situações sociais. Ainda temos 70 tribos não contactadas, que conhecemos somente de avião. A Amazônia é um universo supercomplexo, com várias frentes demandantes de cuidado, várias iniciativas que precisam estar conectadas e articuladas.

Quanto à questão territorial, as palavras-chave são “fiscalização” e “governança”, incluindo o fortalecimento das instituições locais, estaduais e nacionais atuantes na Amazônia, e a integração das instituições e da área social, que é básica. A estratégia para preservar a floresta

não é uma estratégia de floresta, de meio ambiente, mas uma estratégia social, porque a questão social gera todas as destruições, com exceção da invasão externa econômica.

A expansão econômica é fruto da fragilidade social das comunidades, que permite sua entrada desordenada. Por essa razão, o fortalecimento das comunidades da floresta aumentará a noção de cidadania da população local, de modo que ela possa viver sustentavelmente em seus territórios, com suas culturas tradicionais, mas integradas ao mundo globalizado de maneira digna, competitiva e socialmente cidadã. A meu ver, essas são as bases para a construção do desenvolvimento na Amazônia.

▶ É preciso mudar a mentalidade sobre a Amazônia

Caetano Scannavino – Também trabalho no projeto Saúde e Alegria, que começou, como já foi dito, com o apoio do BNDES em 1987, e hoje retomamos uma parceria com o Banco na área de saneamento, premiada pela Cepal, em Santiago do Chile.

O tiro que eu daria seria na mudança de mentalidade. O Brasil começaria a entender a Amazônia não como um ônus, mas como um bônus. Vivemos neste exato momento duas crises. Uma econômica internacional, outra ambiental. Apesar de serem duas, a solução para a saída de ambas é uma só: pensar um novo modelo de desenvolvimento que una a questão ambiental à econômica. Sobretudo, que traga alegria, saúde, felicidade, com base não apenas no consumo desenfreado.

A questão liga a Amazônia ao mundo não apenas pelo aspecto da regulação climática, mas também pela motivação na busca de uma solução para aquelas duas crises. Temos uma oportunidade única – principalmente por ser o Brasil um país que agrega a maioria do território amazônico – de construir, a partir da Amazônia, um modelo de desenvolvimento “2.0” capaz de oferecer respostas em um sentido inverso ao atual. Em lugar de importar um modelo de desenvolvimento do Sul, construído em outras bases, deveríamos levar adiante algumas iniciativas que podem ser, até mesmo, replicadas em cidades como Rio de Janeiro ou São Paulo.

Esse seria o tiro ligado à mudança de mentalidade. Às vezes, pensamos na Amazônia como um problema, como o escândalo do desmatamento. Raramente chegam às regiões Sul e Sudeste ou a Brasília notícias boas da Amazônia.

O novo modelo de desenvolvimento – se fosse reduzido a alguns pilares – incluiria, obviamente, zerar o desmatamento (já há programas para isso) e combater a pobreza, entendendo-se que a solução para o meio ambiente passa, necessariamente, pela questão social. Se analisarmos as áreas que mais desmatam hoje no mundo, constataremos que são áreas com menor Índice de Desenvolvimento Humano [IDH].

Portanto, há uma necessidade premente de se criar um ambiente de negócios sustentáveis, com uma economia ligada ao meio ambiente. O investidor precisa ter segurança de investir, de gerar emprego com o mínimo de governança, para que esses negócios se perpetuem ao longo do tempo.

Destaco outros pontos, como a política de proteção e fiscalização. É preciso sair da cultura do ilegalismo e entrar no legalismo. O normal lá é o ilegal. Vamos imaginar que sou do Rio Grande do Sul, sou um cara do bem, quero investir em produção madeireira na Amazônia. Faço tudo corretamente, plano de manejo, obtenho as licenças necessárias, pago encargos trabalhistas etc. Vou enfrentar uma concorrência desleal, e minha empresa fechará no vermelho.

Como posso concorrer com 99% dos empreendimentos, que são ilegais? Ou volto para o Rio Grande do Sul ou mudo de lado. Essa é a prática na Amazônia. E essa prática precisa acabar. Além da necessidade de governança, de gestão pública, há a necessidade de políticas que atendam ao fator amazônico.

Às vezes, acho que o Brasil desconhece a Amazônia. Lido com políticos municipais, principalmente nas áreas de saúde e educação. Evidentemente, não podemos trabalhar com a mesma política de municípios como Campinas ou Santarém, equivalente ao tamanho da Bélgica. Na Amazônia, há comunidades que ficam distantes 20 horas de barco e são responsabilidade do gestor municipal. Imaginem um secretário de Saúde tentando cumprir a Constituição, o direito do cidadão, com o orçamento limitado, numa situação amazônica, com as distâncias amazônicas.

Outro ponto a ser levado em consideração é o ordenamento territorial. Também destaco os aspectos social e de infraestrutura, as cadeias produtivas, o crédito, o fomento e a construção de uma nova economia sobre REDD (do inglês Reducing Emissions from Deforestation and Degradation, que significa reduzir emissões provenientes de desflorestamento e degradação) e o pagamento de serviços ambientais.

Em resumo, se começarmos a pensar na Amazônia como uma oportunidade, acho que conseguiremos efetivar soluções em curto espaço de tempo.

Paulo Faveret – Como esta é uma sessão com foco especial na questão social, sugiro voltar ao tema governança, enfocando governança como um acordo. Não só a questão de Estado, mas a questão da sociedade também. Ou seja, instituições no sentido amplo do termo.

► Definir novo padrão de desenvolvimento para a região

Bertha Becker – Parabens o BNDES pela iniciativa de realizar este *brainstorming*. É uma iniciativa importante para ouvir pessoas que lidam com a região. Quanto ao pedido para dar um único tiro, acho difícil atendê-lo, porque há muitos alvos. Por exemplo, transporte e comunicação. Concordo com meu antecessor em que a grande questão é definir um novo padrão de desenvolvimento para a região. Dentro desse novo padrão, inserem-se logística, educação e regulação fundiária.

Fica difícil separar os segmentos para atuação, porque cairemos na desarticulação das políticas, que é um dos graves problemas na região. Precisamos de uma política articulada, com vários ministérios e vários atores.

Gostaria de frisar que até hoje, apesar de ser riquíssima em termos de recursos naturais e culturais, a Amazônia não tem um padrão adequado às suas particularidades. Historicamente, não há compreensão da sofisticada natureza regional da Amazônia.

Nunca houve um esforço real para olhar as necessidades da região. A Amazônia sempre foi vista através de uma ótica externa. Como nunca se construiu um padrão de desenvolvimento adequado para a região, até hoje ela não se encontra plenamente integrada – nem dentro dela

mesma e nem ao país. A história da Amazônia é totalmente diferente da história do Brasil e encontra-se muito mais ligada à do Caribe.

O novo padrão é crucial porque, além de sustar a perda de riqueza da região, também supera riscos relativos ao exercício da soberania. Está tudo interligado. Se a Amazônia não se desenvolve, não se integra; se não se integra, não se desenvolve. É um círculo vicioso que precisa ser rompido. Ou seja, precisamos gerar riqueza, emprego e renda. Não adianta falar de desenvolvimento simplesmente, há necessidade de geração de emprego e renda. A população, obviamente incluindo os índios, demanda isso, demanda cidadania.

O consumo faz parte da cidadania, hoje. Por essa razão, necessitamos de um novo padrão que gere riqueza, emprego e renda, que seja capaz de utilizar os recursos regionais sem destruí-los. Acho que esse é o grande desafio da Amazônia. É preciso um novo olhar para o território. Um olhar próximo às situações vividas pela população.

Isso nos levará a reconhecer a enorme diversidade da região. Acho fundamental deter-me nesse ponto, porque ainda perdura no imaginário nacional e internacional a imagem de uma Amazônia homogênea, mas que não corresponde, absolutamente, à realidade atual. O reconhecimento da diversidade é crucial para termos um projeto de desenvolvimento articulado. Talvez o zoneamento ecológico econômico – com o qual estou agora desafiada a colaborar – possa servir a esse propósito.

Vou dizer algo que pode ser um choque para os colegas: grande parte da Amazônia, uns 18%, já foi desmatada. É uma realidade. E isso mostra a importância enorme do que chamo de “coração florestal”, que é a floresta ombrófila densa, ainda relativamente íntegra, uma imensa extensão florestal que exige medidas urgentes para seu uso não destrutivo. Precisamos privilegiar uma ação de proteção nesse coração florestal.

Evidentemente, isso não significa abandonar as áreas que têm potencialidades e vão requerer ações diversificadas e complementares. Tal diferenciação para mim é fundamental. Não faz o menor sentido o Serviço Florestal parar a exploração do coração da floresta. Portanto, defendo medidas urgentes para o seu uso não destrutivo, porque ele pode representar uma grande oportunidade de desenvolvimento de novo padrão produtivo e tecnologicamente avançado, verdadeiro modelo para regiões tropicais florestais.

Gostaria de lembrar, também, a importância de se reconhecerem – por ser fundamental – as novas territorialidades que estão ocorrendo na Amazônia. Ou seja, novos atores que passaram a ter voz na região de um tempo para cá. Como os grupos indígenas, que possuíam território, mas não tinham ação política; os seringueiros, que moravam nas reservas, mas não tinham ação política; os produtores familiares; enfim, vários outros grupos que mudaram um pouco essa visão de uma Amazônia homogênea. Nunca foi homogênea, nem fisicamente, nem muito menos socialmente.

Dentro dessa perspectiva estão ligados todos esses aspectos. Como a questão da logística, que o professor Ennio [Candotti] citou, é crucial. Uma logística específica, na qual a circulação fluvial teria, finalmente, o papel que deveria ter, mas nunca foi efetivado. E também a organização das cadeias produtivas completas para determinados produtos, porque, como dizem alguns sociólogos e antropólogos, o maior problema da Amazônia é o monopólio de acesso ao mercado. Os grupos menores não têm condição de acesso. Para tanto, é essencial o equipamento das cidades. Estou batendo firme nessa tecla porque sem a cidade sequer haverá cadeia produtiva. Elas precisam ser equipadas para prestar os serviços sociais à população, como educação, saúde.

Quando se analisa a Amazônia, em geral, esquece-se da existência das cidades. Os próprios zoneamentos estaduais são todos baseados no uso da terra sem considerar a cidade, e 70% da população vive nos núcleos urbanos. Ou seja, as cidades serão as sedes da industrialização, que é fundamental para agregar valor aos produtos. As cidades, e não só Manaus, têm condições de desenvolver muito mais indústrias articuladas aos recursos florestais, inclusive da madeira. Acho um absurdo a madeira exportada em estado bruto. Ninguém pensou em uma indústria madeireira decente e em uma indústria da bioprodução, dos óleos e essências.

E há uma outra questão muito importante: as cidades devem ser equipadas porque, por meio delas, pode-se melhor qualificar a ação do Estado no território. As ações não podem vir só de Brasília. Na Europa, no mundo, há uma tendência de descentralização. Mas não é aquela mera descentralização. É uma nova forma de atuação do Estado por meio da política urbana e das cidades.

Manaus, por exemplo, teria toda a condição de se transformar em uma cidade mundial com base na prestação de serviços ambientais. Não há nenhuma cidade no mundo, estruturada em serviços avançados, que tenha esses serviços da natureza à sua frente como Manaus tem. Ela

teria de ser essa cidade mundial. E poderia ser um polo industrial também. Acho que a Zona Franca foi fundamental para a cidade, mas acho que ela pode fazer muito mais na articulação com a floresta e com os serviços ambientais.

Já passei dos cinco minutos, mas o pior é que esqueci uma coisa importante: a questão institucional ligada à questão do Estado. Mudanças são necessárias também na questão institucional. Temos um quadro de dependência institucional desde os tempos da Colônia. Se não rompermos definitivamente com esse *dependency path*, não haverá desenvolvimento. Desculpe, era mais meio segundo.

Paulo Faveret – É muito difícil darmos um tiro só.

Bertha Becker – (sonoplastia de metralhadora).

Paulo Faveret – Mas a senhora, Bertha Becker, tocou num ponto muito importante, quando destacou a questão do olhar. Se a própria região não consegue olhar para si, o que dirão os outros, que naturalmente terão um olhar externo. Então, como construir um olhar próprio da região para a região? Isso já envolve uma série de soluções. O que remete ao centro do nosso debate, que é a questão social, dos atores, e como é possível incorporar esses atores de maneira pacífica. Pacífica na convivência e na imagem.

► Valorização do uso múltiplo da floresta

Adriana Ramos – Sou representante das organizações não governamentais no Comitê do Fundo Amazônia e queria ressaltar que a ideia de um tiro só é totalmente antagônica em relação ao que precisamos para a Amazônia. Uma região diversa como essa – com os lavrados de Roraima, o planalto de Santarém, a situação do estado do Amazonas – requer um conjunto múltiplo de soluções que reconheçam o principal valor que tornou a Amazônia uma região de relevância nacional e internacional, que é a manutenção da maior área de floresta tropical contínua do planeta.

Isso ocorre porque ela vem sendo milenarmente utilizada de modos múltiplos pelas populações que nela vivem. Precisamos valorizar esse uso múltiplo da floresta, porque, em uma perspectiva de desenvolvimento sustentável, o significado de competitividade, escala,

infraestrutura será totalmente diferente do que o Brasil historicamente fez no seu território. Sem uma noção clara de que precisamos rever esses parâmetros, não sairemos do lugar. Com os parâmetros atuais de desenvolvimento, não chegaremos a uma solução para a Amazônia que faça com que ela continue sendo, no futuro, a área relevante que é hoje.

Estamos sempre tentando inventar – com base na experiência do que fizemos na Mata Atlântica e do que estamos fazendo no Cerrado e no resto do país – uma solução para a Amazônia. A ideia de produção em escala, por exemplo, pode acabar com a floresta. Se tivermos de dar escala à produção extrativista, acabamos com a floresta. Se tivermos de escolher um produto, como está originariamente na proposta da Secretaria de Assuntos Estratégicos para criar polos por produtos, mataremos a lógica da produção extrativista.

Ou seja, precisamos reinventar nossas formas de desenvolvimento a partir do que a Amazônia tem hoje. A Amazônia deve ser uma área vista da mesma forma por todos os setores do governo. Tivemos, no início do governo Lula, um plano de prevenção e combate ao desmatamento, um plano de desenvolvimento sustentável com a perspectiva de substituir as atividades predatórias por outras abordagens. Mas essa visão não foi incorporada, nem executada, por todos os ministérios, mas apenas pelo Ministério do Meio Ambiente.

É preciso que a perspectiva do que se vai fazer para a Amazônia passe a ser, de fato, reconhecida pelas outras áreas como importante. Nós só estamos aqui hoje, porque o Ministério do Meio Ambiente rompeu uma barreira dentro do governo que impedia a inclusão de florestas na discussão em torno das mudanças climáticas. Com isso, conseguiu alavancar a ideia de se criar um fundo para a Amazônia. Vivemos em uma situação de conflito político entre as diferentes áreas de governo, sem perspectiva de solução. Transpor essas barreiras da área ambiental para outras áreas é fundamental.

Nesse sentido, precisamos ver as áreas da Amazônia, mesmo as do agronegócio, como áreas consolidadas. A questão do equilíbrio ecológico é fundamental. Não avançaremos na questão da produção, de sustentar a produção e a exportação das *commodities* produzidas em território amazônico, se não pensarmos que essas áreas precisam ter certo equilíbrio. Hoje existe uma discussão intensa sobre o funcionamento do modelo das reservas extrativistas, mas nunca tivemos investimento real nessas reservas.

Devemos pensar na consolidação dessas áreas e das áreas de uso da agropecuária em uma perspectiva de equilíbrio ecológico e social, porque é importante termos uma perspectiva de desenvolvimento para a Amazônia. Até o momento, a lógica desse desenvolvimento não resultou em benefício social. Há regiões com alto IDH por terem sedes urbanas com saúde e educação, mas isso não significa que toda a população do município seja beneficiada.

Esse futuro da Amazônia espelha uma perspectiva de mudança necessária em todo o mundo. Nesse sentido, o Brasil tem um compromisso muito importante em função do Fundo Amazônia, um dos únicos mecanismos financeiros adequados para essa mudança. Não há, atualmente, na nossa economia instrumentos que garantam valor maior à floresta em pé do que às atividades que pressupõem a retirada da floresta.

Por essa razão, a ideia de um mecanismo financeiro que reconheça o papel das florestas no âmbito da convenção das mudanças climáticas e remunere os países pela manutenção dessa floresta é uma das perspectivas de solução. O Brasil pode se tornar um país que pautará modelos. E nós temos essa responsabilidade de o Brasil ser um dos poucos países com floresta que têm uma legislação que reconhece os direitos territoriais e econômicos das populações locais.

► **Novas tecnologias salvarão a Floresta**

Marilene Correa – Tentarei fazer o exercício de dar pelo menos de três tiros, em vez de apenas um. Estou reitora de uma universidade do Estado que é a sexta maior em termos de matrícula no Brasil.

Geralmente todos os comentários e todas as iniciativas que pleiteiam algo inovador em relação à Amazônia valem-se de dois parâmetros recorrentes. De um lado, deixar tudo como está; de outro, aproveitar as experiências já consolidadas no Brasil.

As intervenções anteriores apontaram no sentido de que essa mudança de mentalidade passe a olhar a Amazônia como um território experimental de todas as tecnologias do século XXI para salvar a floresta, para integrar a cidadania, para ampliar o lugar da Amazônia dentro do BNDES, que é uma metáfora do Brasil, e assim sucessivamente.

Pensar em soluções da Amazônia com tecnologias, engenharias e processos do século XXI é um equívoco do ponto de vista de quem mira o desenvolvimento científico para melhor

dimensionar os serviços ambientais, melhorar a contabilidade dos produtos da floresta e promover uma nova engenharia institucional.

O outro seria admitir a hipótese de que a Amazônia ou a problemática da Amazônia ou as novas ações de desenvolvimento da Amazônia devam ultrapassar a geografia e a história. Sem pensar nisso não faremos nada na região. Se estamos, atualmente, no patamar científico ou tecnológico de conhecimento da floresta, é porque a superação da história e da geografia não se deteve no extrativismo e nem na economia da borracha. Passou a ter interlocução mundial e nacional.

O que salvará a floresta não é a tecnologia de uma engenharia ultrapassada, mas as tecnologias da biotecnologia, da nanotecnologia, dos modelos científicos de mudança climática. São as tecnologias de aferição da química da atmosfera, de aferição das novas perspectivas para a hidrologia. Quando pensamos a Amazônia locomovendo-se com canoas, esquecemos a possibilidade de utilizar o setor aeroviário brasileiro ou de pensar em novas tecnologias de transporte. Essa é uma hipótese que tem a ver com o primeiro tiro.

Qual a visão brasileira para um compromisso público de dar o primeiro passo na criação de novas oportunidades na Amazônia? Com os resíduos do presente e com as experiências bem-sucedidas, que são mínimas, não vamos muito longe. A questão da escala é importante do ponto de vista de estratégia de convencimento de que os cenários de oportunidade abertos no Brasil passam, necessariamente, por uma economia que tem a floresta, a hidrologia e a cultura como foco.

Esse novo olhar sobre a Amazônia passaria, de certo modo, a induzir as instituições de fomento, as ações ministeriais, os processos institucionais. De certo modo, é possível concretizar esse processo a partir de um inventário de experiências bem-sucedidas associadas a uma decisão de compromisso público do Estado brasileiro de indução dessas novas oportunidades.

Precisamos mudar o enfoque de que podemos aproveitar na Amazônia aquilo que não tem mais lugar no resto do Brasil. Caso contrário, não ultrapassaremos o limite da história e o limite da geografia.

Mesmo diante da complexidade da situação da Amazônia – tudo tem a ver com o primeiro tiro –, o inventário dos diagnósticos não pode tomar como parâmetro a situação pré-constitucional de 1988. Por isso Gersem Baniwa fala sobre a tradição. E quem está falando é

um líder indígena importante de povos milenares que sobreviveram à sociedade colonial e à sociedade nacional – sobreviveram até mesmo ao Brasil.

Esse ponto de vista, com certeza, trará uma metamorfose na relação entre Estado e sociedade, mas especialmente na relação do Brasil com a Amazônia, que passará a ter novos parâmetros, apelidados por alguns de paradigmas. Mas é muito mais do que isso, é uma nova disposição e uma nova atmosfera intelectual de realização.

► Proposta de transição para um novo modelo de desenvolvimento

Joséluis Samaniego – No Brasil, como em outros países, há problemas relacionados às vantagens do paradigma ainda predominante, que atribui custo zero ao meio ambiente e aos serviços ambientais, e, portanto, leva à degradação. Essas vantagens estão na escala dos mercados, relacionados em custos fixos industriais e tecnológicos já amortizados, agentes produtivos já estabelecidos, instituições governamentais estabelecidas para apoiá-los e disponibilidade de crédito, tanto público como privado. O novo modelo não tem atores econômicos consolidados, nem apoio estatal comparável.

Para que um novo modelo seja viável, é preciso diminuir a rentabilidade dos empreendimentos “não sustentáveis” (entendidos, de maneira simplificada, como aqueles que não atribuem valor ao meio ambiente e aos serviços ambientais) e aumentar a rentabilidade de empreendimentos “sustentáveis” (entendidos como aqueles que atribuem tal valor).

Nesse sentido, há dois desafios. Em primeiro lugar, em alguns casos, os negócios sustentáveis não serão rentáveis se não forem internalizadas suas externalidades positivas por meio de iniciativas públicas. Um exemplo histórico de intervenção pública, embora num modelo velho, na internalização de externalidades é a construção do Boulder Dam, na Califórnia, que viabilizou empreendimentos no vale do Rio Colorado que, isoladamente, não teriam sido viáveis.

Em segundo lugar, não basta que os projetos sustentáveis sejam rentáveis de acordo com parâmetros usuais de rentabilidade. Precisam também ser mais rentáveis do que a alternativa relacionada ao uso do solo (a pecuária extensiva).

Passar do modelo predominante ao sustentável requer uma aceitação, pelo país, da importância do meio ambiente e, nesse contexto, da Amazônia. Esse processo requer um plano de transição entre o

atual e o desejável, por meio do qual se reduz a rentabilidade dos empreendimentos não sustentáveis, aumenta-se a dos sustentáveis e apoiam-se os agentes econômicos para que se adaptem aos novos determinantes de rentabilidade e passem a ter interesse na consolidação desses novos parâmetros. Evita-se, assim, uma competição entre dois modelos incompatíveis, inclusive dentro do Estado.

Entre as medidas para viabilizar essa transição entre modelos estão o incentivo a projetos de bens, serviços e infraestrutura alternativa – hidrovias, por exemplo –, menos intensos em carbono e com menores impactos sobre o uso da terra. Em paralelo ao apoio estatal a essa alternativa, seria necessário encarecer o modelo estabelecido, com menores investimentos na infraestrutura rodoviária, considerada não sustentável, impostos aos combustíveis fósseis que reflitam o custo de suas externalidades negativas, precificação do CO₂ nos cálculos de rentabilidade dos projetos a financiar e o fim do crédito às atividades não sustentáveis.

O quadro a seguir resume o que proponho:

	Modelo velho (Business as usual)	Transição	Modelo sustentável
Infraestrutura (predominantemente uma concertação dentro do setor público)	Transporte particular baseado em estradas e combustíveis fósseis, geração de eletricidade centralizada, apoio do crédito privado e estatal dessas atividades.	Prazos para medidas que reduzam a rentabilidade das medidas do modelo velho e aumentem a do modelo novo; volumes e porcentagens do orçamento; esforços de comunicação.	Transporte não motorizado; hidrovias; comunicação via satélite, sem fio; geração de energia descentralizada, em pequena escala, renovável, que não exija grandes investimentos em rede.
Atividades econômicas (predominantemente uma concertação com o setor privado)	Pecuária extensiva, que se beneficia de créditos/ subsídios, agricultura comercial de grande escala; mineração de grande escala.	Desenvolvimento ou adaptação de fornecedores; estabelecimento de incentivos econômicos para atividades sustentáveis e redução dos incentivos para atividades não sustentáveis; apoio ao desenho de novos modelos de negócio (as etapas na cadeia produtiva).	Piscicultura, caça e pesca controlada, pecuária sustentável, alternativa para a Zona Franca de Manaus; pecuária diversificada (espécies nativas ou de baixo impacto); cultivos do dossel florestal (cacau, café, frutas, criação de espécies locais); desenvolvimento biotecnológico e biomédico.

A transição envolve múltiplos atores. O BNDES é um ator chave. Pode contribuir diminuindo o apoio aos empreendimentos relacionados ao modelo velho e aumentando o apoio àqueles relacionados ao modelo novo, facilitando o desenho de negócios e fomentando a multiplicação de experiências exitosas. Na Região Amazônica, isso precisa ser feito em coordenação com os demais atores relevantes.

No entanto, o primeiro esforço de coordenação institucional é interno, entre as diferentes áreas do próprio Banco. Tem de haver um guichê único para o financiamento de projetos que considere os parâmetros do novo modelo, para evitar que na carteira de projetos financiados e de suas participações societárias sejam geradas incoerências e competição entre os dois modelos sobre a área geográfica acordada.

► **Brasil precisa valorizar floresta em pé**

João Fortes – Sou da Rede Povos da Floresta, uma iniciativa que junta líderes indígenas como Airton Krenac, Marcos Terena, Davi Yanomami, Francisco Ashaninka, Benki Ashaninka, e Almir Suruí, líderes seringueiros – principalmente do Alto Juruá, quilombolas e outras comunidades tradicionais locais. A Rede atua basicamente em terras de unidade de conservação.

Vou lembrar, talvez reforçar, algumas coisas que o Ennio [Candotti] comentou sobre a necessidade de agregação de valor aos produtos da floresta. Ouvi isso pela primeira vez, nos anos 1980, de Chico Mendes. Portanto, falamos de uma busca de mais de 20 anos. Realmente é um desafio. Bertha [Becker] abordou a necessidade de um novo padrão de desenvolvimento, Marilene [Correa] citou outros valores, a biodiversidade, biotecnologia, a hidrologia e a cultura. Lembrei-me da cultura tradicional, representada aqui pela presença do Gersem [Baniwa], e que são valores novos.

Nessa busca de valores dos produtos da floresta, percebemos que hoje existe uma busca da floresta em pé, que o Brasil não valoriza como deveria. Vivemos mudanças na economia mundial, não só financeiras, mas uma mudança partindo do princípio da escassez. Quanto menos se tem, mais se valoriza. Estamos chegando perto da economia de valor da água, por exemplo. Não valorizamos a água no Brasil.

Antônio Nobre, um cientista importante que realizou um trabalho sobre a relevância do sistema de águas da Amazônia para a América do Sul, demonstrou que o sistema de chuvas está sendo comandado pela Amazônia e retido pelos Andes. Ou seja, a chuva no Sul do país – e em Ribeirão Preto, por exemplo, necessária para a lavoura de laranja – vem da Amazônia. Isso não se mede, não se valoriza, mas é crescente a noção de que estamos lidando com um valor importante.

Foi lembrada aqui a questão da produção de óleos essenciais, da madeira, de remédios, sem falar na cultura tradicional e nos conhecimentos tradicionais, que, por falta de apoio, estão morrendo. Trata-se de uma comunidade inteira que não troca conhecimento. Portanto, essa biblioteca inteira morrerá. E é o que está acontecendo com várias comunidades indígenas e comunidades tradicionais na Amazônia.

Devemos ampliar o conceito de valor agregado e incluir, por exemplo, valores do ar, que é a questão do aquecimento e de mudanças climáticas. A doação da Noruega ocorreu, evidentemente, porque eles estão preocupados com a mudança climática. Temos de reforçar a importância desse valor.

A Rede Povos está atuando em uma área piloto, no Alto Juruá, com o objetivo de incentivar o reflorestamento e a preservação da floresta e estimular as comunidades que vivem em áreas indígenas – ou em reserva extrativista ou em floresta nacional – a voltarem a viver da floresta.

Por exemplo, a borracha da Amazônia não é valorizada, é cara. Ficou muito mais fácil comprar borracha em São Paulo, na Bahia ou no Espírito Santo, ou mesmo aquela proveniente do exterior, do que a produzida na Amazônia. Os seringueiros perderam essa renda. Começaram a caçar, caçar com cachorro. Cachorro mata a cria, cachorro espanta a caça. Logo, acabou a caça e, então, começaram a pescar com veneno.

Ora, quando se joga veneno em um rio, todos os peixes emergem, porque a substância retira oxigênio da água. A pesca torna-se abundante, só que em cerca de um ano não haverá mais peixes nos rios. A piracema [fenômeno que ocorre quando os peixes sobem até as cabeceiras dos rios, nadando contra a correnteza para realizar a desova e a reprodução] praticamente não existe mais, porque os peixes são cercados nos rios e pescados lá embaixo. Ou seja, não chegam às cabeceiras.

Existe uma experiência no povo ashaninka, na fronteira com o Peru, que recuperou sua própria terra com conhecimentos tradicionais, milenares. A partir daí, esse povo propôs compartilhar as experiências de recuperação de cultura, do retorno à floresta, com outras comunidades de índios e não índios, inclusive a dos seringueiros do Alto Juruá, uma população de oito mil pessoas, que está desmatando para a entrada do gado. Não tem pesca, não tem caça, não tem seringa.

E por que isso ocorre? Eles ouvem falar daquelas festas fantásticas em Rio Branco, no Acre, como a da feira agropecuária, repleta de celebridades, de carrões, sempre com muitos *shows* etc., e comparam com a sua feira de produtos florestais, numa praça no centro de Rio Branco, e pensam: “Quero ser fazendeiro.”

Os fazendeiros retirados das reservas extrativas, quando foram desapropriadas, nunca receberam nada. Permaneceram por lá, e, como não há mais a borracha, ampliaram suas atividades. Os seringueiros tornaram-se meeiros, dando ao proprietário da terra metade da produção obtida com o gado.

Nas reservas extrativas, onde é proibido ter gado, hoje toda família já tem um pasto, pode ser até que não tenha boi, mas já desmatou à espera de que algum fazendeiro apareça com um casal de bovinos, o que lhes garantiria alguma renda. Mas, quando o fazendeiro aparece, é uma desgraça. O boi come o roçado, porque o meeiro não tem condição de construir cercas, e a questão acaba se transformando em conflito. O boi não tem veterinário, não tem vacina, come aquela lama na beira do rio...

Algumas comunidades já estão estimulando a interrupção desse processo e retornando à floresta. Essas comunidades decidiram pelo reflorestamento, utilizando o sistema agroflorestal, porque mistura plantas nativas, mogno, cedro, cerejeira com frutas. Nos próximos dois ou três anos, essa população começará a viver das frutas. A fruta chama a caça e algumas delas podem alimentar um lago, um açude para piscicultura.

Por fim, a questão da renda local é importantíssima. Estamos diante do seguinte cenário: emprego só se consegue se for funcionário da prefeitura. Até o ano passado, a merenda das escolas da prefeitura vinha do Sul, e a comida resumia-se a apesuntada, biscoito e mandioca do Paraná. Um contrassenso, porque a Amazônia é rica em mandioca, frutas e em batatas. Hoje, já se percebe um movimento para que a merenda escolar seja fornecida pelos próprios produtores locais, estimulando a safra agroflorestal.

Quando eles restabelecem a vegetação nativa, surge a possibilidade de vender o mogno, o cedro, como crédito de carbono. Trabalho com produtos da floresta há mais de 20 anos é a primeira vez que vejo alguém querendo comprar um produto. Sempre tentávamos vender produtos, como castanha, couro vegetal, ervas etc. Pela primeira vez na vida, estou vendo quem queira comprar alguma coisa, que é o ar, que é o crédito de carbono. E isso é um valor.

► Utilizar a experiência norueguesa com índios no Fundo Amazônia

Kristian Bengston – Sou responsável, na Embaixada da Noruega, pelo Programa de Apoio aos Povos Indígenas, que atua há mais de 25 anos no Brasil para fortalecer o movimento indígena. A Noruega vê com muito bons olhos essa iniciativa de reunir pessoas envolvidas com a região para uma troca de ideias.

Estou aqui hoje para contribuir, principalmente, com nossa visão sobre os povos indígenas. Consideramos importantíssimo acrescentar esse aspecto aos trabalhos relacionados ao Fundo Amazônia dentro do BNDES.

O Fundo Amazônia é uma experiência nova, pois trabalha com projetos voltados para o combate ao desmatamento e ao desenvolvimento social para as cerca de 25 milhões de pessoas residentes na Amazônia. Já o nosso programa para povos indígenas está voltado ao fortalecimento do movimento indígena e dos direitos indígenas. Queremos, obviamente, encontrar sinergias entre nosso trabalho com a agenda positiva do Fundo Amazônia.

* * *

Ao final da primeira rodada de exposições, Paulo Faveret convidou os participantes a se concentrarem em dois temas: a necessidade de agregação de valor aos produtos da floresta e a questão da pecuária bovina interligada ao estilo de vida e cultura da população local.

Os debates deveriam versar sobre diagnósticos, iniciativas em curso que merecessem ser valorizadas ou iniciativas propostas mas ainda sem implementação. O objetivo era manter o foco em ações desejáveis para a região.

* * *

Ennio Candotti

Vou citar um exemplo que considero emblemático. Existe uma comunidade que vive colhendo cacau selvagem e o vende por R\$ 10 o quilo para uma empresa alemã, que o coloca no mercado europeu como um chocolate de alta qualidade por R\$ 500 o quilo.

Agregar valor significa que deveríamos pensar como essa comunidade produtora de cacau de muito boa qualidade pode colocar o chocolate pronto no mercado alemão. Como fazer isso é um desafio que está na nossa mesa. Produzir chocolate de alta qualidade já pronto para venda nos supermercados alemães pode parecer uma meta muito afastada, mas sem dúvida deve ser a meta de uma conversa como a nossa, senão não vale a pena nem discutir essa questão.

A questão do chocolate, obviamente, vale para a andiroba, para o palmito etc. Não há dificuldade em formar as pessoas para produzir esse chocolate. Também não há dificuldade para levar as máquinas até o local. Levar o chocolate em barras para a Alemanha, há uma dificuldade intermediária. A dificuldade maior é a manutenção dos equipamentos e um local que fica a dez dias de barco de Manaus, sem aeroporto.

Temos aqui, novamente, a questão da infraestrutura necessária para viabilizar programas ambiciosos de agregar valor. Não pode ser bancado pelo comprador do chocolate, não pode ser bancado pelo produtor do chocolate. É uma intervenção de Estado, que deve decidir se cria as rodovias necessárias para viabilizar o desenvolvimento econômico de uma região. Isso foi feito em outras, cabe agora perguntar se será feito nessa região.

Esse é o meu exemplo emblemático sobre o qual gostaria de debater, porque as definições de quais os meios necessários para viabilizar uma produção de elevado valor agregado em sítios de difícil acesso estão ao nosso alcance, bastaria criar linhas regulares de hidroaviões. Se isso não está no horizonte do BNDES ou da nossa grande indústria aeronáutica produzir hidroaviões, que passe a estar.

Se queremos intervir nessa área, um dos pontos que poderia ser examinado pelo Banco é viabilizar uma indústria e uma rede de comunicação na Amazônia por hidroaviões, com toda a complexidade que a operação exigirá. Fica por nossa conta formar as pessoas e

encontrar os mestres chocolateiros, necessários para adequar o nosso chocolate ao gosto suíço, francês, alemão, chinês.

Marilene Correa

Imaginemos que a pactuação da governança passasse necessariamente por três escolhas: achar o *chocolatier*, pagar o produtor do cacau – em vez dos R\$ 500, preço vendido pelo alemão, pagar R\$ 100 – e conseguir aprovação da rede da floresta para esse pagamento, sem intermediação. Nesse caso, falaríamos de governança propriamente.

O grande problema da governança na Amazônia é que muito dos interlocutores que falam pelos povos e pelas populações transformaram-se em enclaves políticos. Passam a substituir os sujeitos históricos por atores circunstanciais, com acesso, por exemplo, a um financiamento do BNDES e a um contato com o Ministério da Ciência e Tecnologia e com o Ministério do Meio Ambiente.

Essas pessoas que falam pelos outros sem terem sido eleitas passam a substituir as instituições, as universidades, a academia. Por quê? Porque é um novo padrão de governança que se diz porta-voz de quem não tinha voz. Creio que os índios já tocaram para fora aqueles que não os substituíam com a dignidade devida. Estou dando o exemplo dos índios porque se trata de uma realidade que conheço mais de perto.

Mas a grande questão seria a seguinte: como se manifestam nos temas e nas práticas as formas de governança na Amazônia? Na configuração de um grande território de utopias, onde cada um configura sua própria governança ou como expressão da sociedade civil. No processo, ela aparece muito mais como tema do que como fato. O fato aparece mais como um processo de recolonização dos sujeitos históricos, como enclave.

Um acordo, um diálogo de conciliação dar-se-ia na medida em que essas iniciativas deixassem de ser voluntaristas e reducionistas. As possibilidades da Amazônia frequentemente são reducionistas, pensam em microescala, pensam com parâmetros mínimos, com parâmetros que não acenam para o futuro, acenam, no máximo, para um retorno à vida tradicional, como se fosse possível retornar à vida tradicional como ela era na era mítica.

Joséluis Samaniego

Os governos são organizados para trabalhar setorialmente, não para trabalhar territorialmente. Os incentivos adotados sem uma integração horizontal (entre áreas setoriais do governo) e vertical (entre níveis de governo) em torno de objetivos comuns, e com incentivos e instrumentos comuns, geram contradições e distorções particularmente graves em regiões com a complexidade da Amazônia. Um exemplo é o incentivo à expansão agropecuária em paralelo às políticas de redução do desmatamento. Também em termos de política social, as soluções viáveis e desejáveis na Amazônia podem ser diferentes daquelas viáveis e desejáveis no Sul do país.

Nesse aspecto, pode-se buscar inspiração em exemplos de outros países. No México, merece atenção o programa Procampo, que contém um regime especial para certas áreas, permitindo que os órgãos que têm por missão fomentar a indústria agrícola tenham alternativas para fazê-lo de maneira sustentável em áreas críticas.

Hoje, há diretrizes para o Fundo, mas seria importante que os guias que definem a atuação do Banco em outras áreas fossem coerentes com estas e conhecidos e aprovados pelas instâncias mais altas da administração do Banco.

Experiências internacionais e exercícios de modelagem dos efeitos de diferentes instrumentos sobre variáveis consideradas na avaliação tradicional de projetos (multiplicadores de emprego, fiscais etc.) ajudarão a dar legitimidade às propostas de mudança de modelo dentro do Banco.

Entre as funções que o Banco pode realizar nesse processo estão: o BNDES pode dar um sinal importante de coerência internacional ao estabelecer um menu de atividades que se financiam (bionegócios, transporte fluvial, por hidroaviões, reorganização do transporte público, sistemas de denominação de origem, certificações), e outro de atividades que não se financiam (estradas, atividades relacionadas ao desmatamento). Seria necessário fazer o levantamento de informações a respeito dos serviços ambientais da Amazônia e outros, e de como diferentes setores da economia e da sociedade brasileiras (além das globais) se beneficiam deles.

Paulo Faveret

Essa é uma abordagem radical, porque coloca infraestrutura como o centro, o eixo desse novo modelo de desenvolvimento. Por meio de uma nova estrutura se viabilizam novas atividades.

Eugênio Scannavino

Tentarei ir um pouco mais para baixo, para a produção da comunidade e do processo de agregação de valor do produto comunitário.

Primeiro, acho que a vida de uma comunidade extrativista, da comunidade da floresta, é uma vida de múltiplas produtividades, múltiplas produções, múltiplos produtos. Um dia é a pesca, outro dia colhe-se castanha, outro dia açaí, outro dia tira-se palha. São atividades múltiplas, distribuídas numa vida harmônica em relação à floresta que abastece razoavelmente boa parte das necessidades dessa comunidade.

Quando chegamos a uma comunidade, queremos torná-la uma produtora segundo nossos critérios, ou seja, dotá-la de capacidade de produzir um único produto, de maneira industrializada ou de maneira que possa ser absorvido no mercado competitivo. Temos de saber duas coisas: se as comunidades querem fazer isso e se têm essa capacidade. Porque isso demanda uma carga de trabalho que muda completamente o sistema de vida delas.

Citarei um exemplo muito simples: para fazer xarope de fruta para ser vendido, ele tem de ser produzido dentro de uma casinha fechada, o produtor precisa usar uniforme e ter CIF, senão, não vende. Quem disse que a comunidade consegue produzir dessa forma? Alguém perguntou a essa comunidade se ela tinha disponibilidade de mão de obra, de horário de trabalho? Porque eles trabalham pesado, com produtividade baixa. Produzem a mandioca longe, carregam nas costas, põem na canoa.

Em função disso, é necessário, primeiro, um processo de transição. Por exemplo, a produção da farinha, que é manual, pode ser mecanizada. O que precisamos ter? Primeiro, conhecimento apurado da realidade; segundo, não chegar com ilusões e aventuras produtivas nas comunidades, porque eles não têm capacidade de enfrentar determinadas mudanças.

Muitas vezes, vejo órgãos do governo incentivando determinadas culturas, como a do açaí. “O açaí está dando dinheiro, vamos plantar açaí.” Conclusão, em pouco tempo a terra está cheia de açaí e não há dinheiro. Agora a moda é a andiroba. Todos vão plantar andiroba, mas a população come mandioca, ninguém come açaí, nem andiroba.

Conclusão: primeiro, aventuras produtivas, não; segundo, extremo conhecimento da realidade da comunidade. A partir daí, capacitar essa comunidade, incentivar a organização produtiva, organizar o associativismo. Será preciso, também, apoiar tecnologia e infraestrutura para a produção, apoiar *design*, para adequar esse produto ao mercado.

Assim estamos produzindo e agregando valor. Depois será necessário uma sensibilização do mercado externo para assegurar o pagamento do valor agregado, que não é só um valor ambiental, tem o valor social. Por quê? Porque, se produzirmos, por exemplo, cestaria ou polpa de fruta, a comunidade não poderá garantir regularidade, nem a qualidade mínima. Esse mercado tem de saber que comprou uma cestinha de uma comunidade. Essa cesta pode borrar o vestido da madame, com pintura indígena, pode quebrar a alça, até que ela seja adequada ao mercado, até que tenha adequação industrial. Não se pode esperar que uma comunidade seja competitiva fazendo uma cestinha.

Há, também, necessidade de fiscalização e combate radical a todos os produtos ilegais, porque não há condições de esses produtos da floresta terem valor agregado competindo com a produção ilegal. Precisamos ter pesquisa, inclusive de novas maneiras, novas fontes de produtos da biotecnologia. Acho que a Amazônia poderia ser, também, um grande ponto de alta tecnologia, como a Zona Franca de Manaus. Podemos ter outros tipos de tecnologias lá.

Paulo Faveret

Quanto isso cobre em termos de área da Amazônia?

Eugênio Scannavino

Isso cobre todas as áreas não devastadas pela grande agricultura, que representa em torno de 80%, 70% da Amazônia, que é área rural não devastada. A devastação atinge 17%. Temos

25% de área sob pressão imediata. E 50% de áreas originais, e nessas áreas estão incluídos rios e águas. As áreas que estão em unidade de conservação nem sempre permanecem preservadas. Há muitas unidades de conservação que são puro pasto.

Adriana Ramos

Há muito espaço para intermediação na Amazônia. Porque enfrentamos uma série de dificuldades em relação à questão da produção. Uma delas é a seguinte: as comunidades avançaram muito na sua organização política.

Os povos indígenas, as comunidades buscaram transformar suas formas tradicionais de organização social em modelos formais reconhecidos pelo Estado por meio de organizações indígenas. Só que essas organizações foram criadas numa perspectiva de atender ao seu papel de representação política. Elas não são organizações criadas para fazer associações comerciais e cooperativas. Mas vem recaindo sobre essas organizações indígenas o papel de dar solução a outras questões da comunidade.

Portanto, uma questão fundamental é pensar formas de associativismo adequadas, refletindo a organização social tradicional, para lidar com esse desafio da produção e da comercialização. Essa é uma questão central. A ausência disso se alia ao fato de que o governo não consegue federalizar suas políticas.

Hoje, o governo tem uma política de preços mínimos para produtos florestais, que é um avanço significativo. Contudo, só consegue isso quem bater na porta em Brasília. É difícil fazer essa política chegar no chão, o que abre espaço para a intermediação.

Outra questão central para garantir e possibilitar relações diretas, até com a ideia das empresas âncoras, como disse o presidente Luciano Coutinho no início, é a questão dos regulamentos. Hoje, se pensarmos em uma política de biotecnologia, superinovadora na Amazônia, para realizar o aproveitamento da biodiversidade, vamos esbarrar na questão da Lei de Patentes brasileira. Onde ficará o benefício dessa política de biotecnologia? Não há garantia de que esse benefício fique na Amazônia, nem no Brasil.

Não dispomos até hoje de uma lei definitiva de acesso a recursos genéticos, por exemplo, que garanta que, numa relação direta de uma comunidade com uma grande indústria farmacêutica ou de cosméticos, essa comunidade terá seu conhecimento tradicional devidamente reconhecido. Apesar de já existir uma medida provisória a esse respeito, essa MP não é cumprida.

Temos uma experiência bem-sucedida de apoio à Associação Terra Indígena Xingu, de produção de mel, atualmente vendido em redes de supermercados nas cidades. Quem acompanhou o processo sabe que para o mel sair de dentro de uma terra indígena e chegar ao supermercado, sem nenhum tipo de subsídio, foi um longo caminho. Os índios do Xingu só conseguiram porque tinham uma ONG ao lado, obtendo recursos internacionais para apoiá-los.

É preciso reconhecer essa dimensão da questão de regulamentos de crédito. Caso contrário, a atividade rentável na Amazônia será a de desmatar para produzir soja ou boi, que nem rentável é.

Bertha Becker

Existe uma questão crucial: a de reconhecermos a necessidade da capacitação das comunidades para competir. É educação, treinamento e capacitação. Sem isso, elas jamais poderão competir com os poderosos. O que vejo hoje na Europa e em outros lugares na questão do planejamento é o aprofundamento da competição, envolvendo os territórios, as comunidades, em várias escalas. Se quisermos implementar um processo produtivo adequado na Amazônia, temos de capacitar as comunidades.

Marilene Correa

Elas têm adaptabilidade, não têm é capacitação para esse tipo de circulação, mas têm para outras. Devemos unir essas duas coisas, capacitação com adaptabilidade. Porque são elas que sobreviveram, apesar de nós.

Paulo Faveret

Estamos negando o mercado aqui?

Bertha Becker

Ao contrário, porque senão elas ficam à margem, são mal incorporadas. Mal incorporadas e exploradas. Essa é a questão.

Gersem Baniwa

Muitas questões já foram levantadas na perspectiva das comunidades indígenas, Quando falamos de Amazônia, em referência específica às comunidades, estamos falando de um número significativo de pessoas, de povos e de terras extremamente distante das realidades urbanas. Ao citarmos uma terra indígena ianomâmi, precisamos ter em mente que se trata de 10 milhões de hectares! Para chegarmos ou sairmos de uma aldeia ianomâmi, temos de fretar um avião, viajar por duas, três horas, pagar R\$ 10 mil a R\$ 12 mil.

Essa realidade demanda alguns processos que deveriam ser seguidos. Sem isso, a chance de êxito em qualquer iniciativa nessa perspectiva é muito pequena, quase nula. Primeiro, passa pela necessidade de capacitação de líderes e recursos humanos para essa nova realidade deles, como a de aprenderem a fazer conta. Tudo o que queriam da escola, da educação, era aprender a fazer conta para evitar o roubo dos garimpeiros. Eles produziam um pouco de ouro e eram roubados. Capacitação é isso. E tem de ser adequada, respeitando a realidade sociocultural deles.

A perspectiva indígena, quando se fala de economia, não é a de uma economia separada das outras dimensões da vida. Fiquei quatro anos no Ministério do Meio Ambiente gerenciando um projeto de financiamento aos índios. Nossa administração pública é altamente esquizofrênica para essa realidade, porque se financiam projetos, mas a comunidade interpreta aquele valor monetário que acabou de receber de acordo com sua cultura.

Vou dar um exemplo para que todos compreendam o que estou dizendo. Uma determinada comunidade recebeu recursos destinados a um plano de trabalho, acordado e assinado. Eles fizeram uma grande festa, empolgaram-se culturalmente, e o cacique achou que a melhor maneira de aplicar aqueles recursos era comprar um motor e presentear o convidado, o visitante do lado venezuelano.

Passamos, exatamente, uma década para justificar esse ato. Como a administração pública iria aceitar isso? Para o governo, o cacique roubou, desviou, cometeu um ato ilegal. Mas o cacique entende que fez o que deveria ser feito de acordo com sua cultura, tradição. O gesto foi de um valor social incalculável.

Diante disso, como é que se repassam recursos da merenda escolar? Para isso, é preciso que aquela comunidade crie uma associação, com CNPJ, conta bancária. Imagina conta bancária para ianomâmi, que está a 10 horas de voo. Minha conclusão é a de que não são os índios que têm de se adaptar. Deve haver alguma maneira, um certo esforço de adaptação por parte do Estado, da administração pública para atender a essa adversidade.

E ainda temos para a questão indígena outro desafio muito complicado, já lembrado aqui pela Adriana [Ramos], que são as nossas leis, os nossos regulamentos. Para a questão indígena, é muito complicado. Falo como indígena. Sentimos que não podemos fazer nada com os nossos recursos, porque aparentemente é tudo proibido. Só nos dizem “não”. Nunca nos dizem “sim”. Não sabemos o que podemos fazer com os recursos de que dispomos nas terras indígenas.

Temos de organizar essa situação, estabelecer parâmetros que respeitem essa sociodiversidade. Por outro lado tem de ficar claro – e para as políticas públicas um investimento dessa natureza é muito importante – que os povos indígenas, por mais que muitos antropólogos tentem insistir em explicar, não são naturalmente conservacionistas. Os povos indígenas diante da pressão, da precariedade, da dificuldade para sobreviver, desmatam sim, matam peixe, caçam e vendem para sobreviver. O que manda, como dizem os índios, é o estômago. Se você está com fome, faz qualquer negócio para sobreviver. Pelo que vejo, é da condição humana, é a luta pela sobrevivência.

Caetano Scannavino

Concordo com tudo o que foi falado, mas gostaria de lançar uma provocação também de cunho cultural. Nós, que estamos lá no dia a dia, temos de entender que, sem uma solução para aquela demanda social reprimida na base, não dá para repetir um discurso do tipo “Oh, preserve a natureza, a árvore é bonitinha”. Também volto àquela frase: “Não basta a mulher de César ser casta, ela tem de parecer casta.”

Ou seja, não basta acharmos ou termos certeza de que a floresta em pé tem mais valor do que desmatada. Ela tem de parecer para o governo brasileiro, para a população brasileira. Para a população que vive na Amazônia, não é essa a visão. Desenvolvimento é dinheiro, é estrada, é agronegócio. Essa é uma realidade hoje.

Paulo Faveret

Há uma questão simbólica nisso tudo, não é?

Caetano Scannavino

Há. Existe um trabalho de resgate da identidade dessa população com a própria floresta. Isso está perdido, mas precisa ser feito. Só que não se vai resgatar para que eles voltem a ser o que eram há 200 anos. É preciso ter um trabalho de busca desse conhecimento perdido, de como é possível recuperá-lo e da forma como se aproveita tudo isso para o mundo. Nos valores do mundo de hoje, como é que se adéqua a essa realidade para uma oportunidade de negócios da população?

Esse é um desafio. Quando os comunitários começarem a ter clareza da importância desse conhecimento que jogavam fora, que achavam que não era deles, as coisas, de fato, começarão a acontecer, porque haverá a percepção de aquela era a melhor realidade para a qualidade de vida deles. Até então, para essas comunidades, o relevante é o conhecimento do povo estudado, transmitido pela televisão e que resultou em mudança de comportamento, de cultura.

João Fortes

Gostaria de reforçar o que o Gersem [Baniwa] citou e até lembrar uma questão no mercado de produto agregado à floresta. Os baniuas também têm uma relação com uma grande empresa, com lojas no Rio de Janeiro, de venda de cestarias, com relativo sucesso, mas também com dificuldades. A empresa queria, inicialmente, milhares de cestos, e na floresta não há milhares nem de palha e nem de pessoas. Para atender à demanda, teriam de fazer só isso, nem índios seriam mais, e, sim, operários.

Essa relação é uma questão crucial. Se houver estímulo para que as pessoas da floresta comecem a usar dinheiro, a virarem brancos e migrarem para os centros urbanos, irão para as cidades e se tornarão indigentes. No nosso caso, ocorreria o mesmo. Se fôssemos viver na floresta, como não sabemos viver na floresta, morreríamos. A riqueza existente na floresta é imensa, aliada ao conhecimento deles, de valor incalculável. É muito delicado estimular que pessoas da floresta virem operários urbanos.

Outro dado importante, abordado pelo Gersem, é a questão do dinheiro. Os povos da Amazônia costumam dizer que dinheiro é feitiçaria de branco, porque acentua o risco de deturpar todo o processo. Existe uma diferença grande entre a troca de presentes, citada por Gersem, que é um ritual, e a outra, que é comercial. O valor desta no simbolismo de cada um.

Tenho muita experiência pessoal de trabalhar com troca na floresta. A melhor possibilidade de se agregar valor hoje é o valor cultural. É o consumidor comprar um produto, seja o chocolate, a cestaria baniua ou o mel do Xingu, ciente de que a diferença está na origem de sua produção. Essa negociação deve ser valorizada para agregar ao produto. Já existe internacionalmente o mercado solidário, mas é muito pequeno.

O que vejo realmente com valor na Amazônia, principalmente para as comunidades que vivem lá, é poder preservar a floresta como está. Em vez de contribuirmos para oferecer às futuras gerações água, ar e biodiversidade, estamos, ao contrário, queimando tudo no processo de hoje, com a devastação que ocorre na Amazônia. Então, acho que o melhor produto agregado que temos é poder oferecer a essas comunidades que policiem as invasões de terras, que policiem o caçador.

Paulo Faveret

Uma questão de esclarecimento: o que estamos conversando aqui tem a ver com povos indígenas, população ribeirinha, pescadores, seringueiros, é esse o universo. O madeireiro está fora dessa conversa...

Marilene Correa

Não deveria estar?

Ennio Candotti

O paradoxo é que a Floresta Amazônica é famosa pelas emissões de CO₂, quando isso é o milésimo do seu valor. Ela vale muito mais. O enfoque está deformado.

Vou acrescentar mais alguns pontos para esse nosso caldo de novo olhar. Mesmo ouvindo as observações, tenho a impressão de que há certo conservadorismo na avaliação de quais são os produtos da floresta que poderiam ser explorados e que são explorados.

Darei dois exemplos. Retomando o caso do cacau, estou convencido de que muito mais valioso do que a barra de chocolate é a semente daquele cacau selvagem. Só que não a exploramos, nem temos legislação adequada, nem estruturas nas aldeias para fazer da semente uma mercadoria de troca e que implica a capacidade de melhoria, na capacidade de manejo. Incluir outros usos, outros produtos é uma discussão permanente que está fora das nossas discussões.

Vocês deram uma certa esperança para o desenvolvimento de centros de biotecnologia no Polo Industrial de Manaus, capazes de colaborar com o processo. Eles não ajudarão, atrapalharão e não permitirão que isso se desenvolva. Ou as comunidades desenvolvem os seus centros de pesquisa ou não haverá paz nesta terra. É claro que ouvirei o argumento de que isso não pode ser para 10 anos, mas será possível em 20 anos.

Um exemplo muito simples: a andiroba que sai das comunidades indígenas é vendida a uma empresa por R\$ 10 e revendida por essa mesma empresa por R\$ 500. Por quê? Porque falta alguma capacidade de purificação desse óleo no local, e isso não pode ser feito em Manaus ou em Tefé ou em qualquer centro que tenha o seu laboratório, porque seria uma nova exploração interna. Não seria mais a empresa em questão, mas seria o laboratório local que venderia isso caro.

Darei mais um exemplo semelhante. É pouquíssimo explorado o mundo dos venenos. Uma gota – 10 gramas de veneno de jararaca ou de aranha – vale 10 toneladas de madeira. É um navio de soja. Dez gramas no mercado suíço. Ora, não estamos conseguindo formar pessoas capazes de realizar o manejo de aranhas para retirar esse veneno. Em geral, as aranhas são queimadas e viram churrasquinho.

Essa pauta é muito mais vasta do que esses dois exemplos, mas está fora das nossas discussões. Esperando que venha dos laboratórios e dos centros... acho pouco provável. Ou nós formamos, como Bertha [Becker] muito bem insistiu e Marilene [Correa] também, a capacitação e a adaptabilidade no local, por meios que estão ao nosso alcance e que exigirão uma infraestrutura muito mais ágil, ou ficaremos sempre com aquela felicidade de poder colocar no mercado umas castanhas a mais, o que, obviamente, não nos permitirá ir muito longe.

Bertha Becker

Sobre isso, propus criar laboratórios na floresta, como em Juruá, onde já há comunidades avançadas para a bioprodução de óleos, em Jacareacanga, porque que tem um mínimo de infraestrutura que poderia ser utilizado. Evidentemente, fazendo parte de uma rede de pesquisa.

Eugênio Scannavino

É importante ressaltar a necessidade de apoio jurídico e a equanimidade nos contratos. Não conheço nenhum contrato na Amazônia que seja equânime. O sujeito é produtor-fornecedor de uma grande empresa, e essa grande empresa apresenta o produto como se ele fosse parceiro. Ora, ou é fornecedor ou é mão de obra ou é parceiro, que é sócio. A maioria dos contratos é de mão de obra, bem monopolista. Lá fora o produto é vendido como parceria e apoio social. Normalmente, o apoio jurídico é dado pelo advogado da empresa para a comunidade.

Vou relatar, brevemente, um caso que vivenciamos na questão da certificação. Demos apoio a um grupo de mulheres das comunidades na região do Arapium para a confecção de cestaria, a partir da palha do tucumã, que é uma palmeira. A comunidade fez toda essa lição de casa ligada ao trabalho de manejo florestal, demos assessoria para capacitação, a lição de casa da adequabilidade, o resgate da cultura, da identidade da floresta com a floresta. Por exemplo, antigamente, usavam anilina, voltaram a trabalhar com tintura natural. O botão, em vez de ser comprado na cidade, voltou a ser de semente. Enfim, temos o manejo da palha, o

manejo florestal, inventário, tudo foi feito. Elas pularam mais ou menos de R\$ 1 mil para R\$ 35 mil em termos de comercialização/ano. Um percentual do lucro do grupo de artesãs é repassado para as mulheres da comunidade a fim de que possam fazer pré-natal na cidade.

Entraram no mercado nacional e no mercado externo, tudo feito da maneira como se deve trabalhar no mercado formal. Tiveram certificação. Mas aí vem a pergunta: “Daqui, para onde elas vão?” Mesmo com todo esse sucesso – chegaram a sair na *Vogue*, na imprensa, ganharam prêmio –, temos muita dúvida em relação a esse empreendimento. Ou seja, a certificação tornou o produto insustentável.

Marilene Correa

Vou ilustrar também com três experiências pontuais da relação entre adaptabilidade, capacitação e a sobrevivência das sociedades urbanas ou do tipo de urbanização na floresta. Uma comunidade que se chama Belém dos Solimões, com seis mil pessoas, dois falantes de língua portuguesa, com quatro etnias, em que predominam os ticunas, com presença formal do Ministério da Justiça, da Funasa [Fundação Nacional de Saúde] e da Funai [Fundação Nacional do Índio], mas ausência física de todos eles.

Aparentemente, não há nenhuma capacidade de sobrevivência dessas seis mil pessoas. Não há nenhum esquelético, não há nenhum doente, não há nenhum famélico, porque são povos pescadores. Percebe-se que ainda sabem sobreviver da floresta. Esse é o exemplo um.

O exemplo dois é Humaitá, uma cidade que deixou de ser ribeirinha, para ser estrada, como uma cidade fantasma, perdida, sem a mínima possibilidade de evolução. Qual a oportunidade dada pelo modelo de urbanização e pelo modelo de pseudoindustrialização ou pseudoutopia de industrialização?

O exemplo três é o de Céu do Mapiá, que é um oásis em plena miséria, no Rio Purus. Nesse oásis, por motivos religiosos, reuniram-se mais de 400 indivíduos, todos de formação superior, profissionais que por vontade deixaram suas localidades, seus territórios urbanos, e foram sobreviver da floresta. Nada se estraga no Céu do Mapiá: a fruticultura da coleta tropical é transformada em produtos, que são geleias, com tecnologia apropriada.

Enfim, o Céu do Mapiá consegue ter internet, porque usa energia solar e, de certo modo, protegeu-se como oásis na miséria. Como conciliar essas três experiências, se não pela conciliação da adaptabilidade com o conhecimento?

Creio que aí teríamos um bom padrão. Há uma economia invisível na floresta que precisa ser mais bem inventariada. Não só para transformar a visão conservadora dos nossos produtos. Fala-se dos sinais, de determinados modos de comunicação de insetos e espécies, da diversidade biotecnológica e dos experimentos do INPA [Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia] com algumas espécies de peixes que têm proteção para o impacto solar. Isso ainda sequer foi inventariado pela ciência, muito menos colocado à disposição como novos produtos.

Falo de uma economia invisível, não só a do narcotráfico, mas a que passa por alguns experimentos pontuais de iniciativas institucionais ou não e que incorrem no aumento significativo da população da floresta. Isso é visível, às vezes, nas comunidades mais isoladas e naquelas menos atingidas pelas políticas usuais de desenvolvimento econômico. Esse inventário, só uma iniciativa em grande escala pode realizar.

João Fortes

Marilene [Correa] estava falando da atenção da assistência pública. A questão realmente é séria. O Saúde e Alegria está tentando colocar antenas para comunicação via internet nas comunidades. Para se ter uma ideia de como é o processo, lá em Brasília, a moça do Ministério da Comunicação, com muita boa vontade, falou assim: “Olha, é muito simples, é só preencher o formulário e nos enviar, pode mandar até por *e-mail*.” Ela não tem a menor noção da realidade da Amazônia.

Essa falta de assistência leva, por exemplo, os cintas-largas a serem acusados de permitir garimpeiros de diamante na região. Só que os garimpeiros dão assistência médica, suprem a necessidade demandada, que o governo não atende.

Os suruí, em Rondônia e Mato Grosso, estão num enclave na entrada do arco do desmatamento. As madeiras entram em terras indígenas à noite e com a complacência – ou a conivência – de famílias de índios vão direto nas árvores e desmatam. Ou seja, tiraram durante o dia e durante a noite saem com o caminhão.

Essa questão citada por Marilene [Correa], da adaptabilidade, é importantíssima. Não adianta forçar – como também disse o Gersem [Baniwa] – para que as comunidades entrem num processo burocrático que não entendem. É preciso fazer com que a burocracia se adapte à situação deles, para que eles possam ser o que são.

Kristian Bengtson

Trago uma experiência do povo sami, um povo indígena da Noruega. Eles têm experiência na proteção da propriedade intelectual, na fiscalização deles mesmos e na parceria com o governo sobre qualquer produto pirata, a fim de assegurar que o mercado tenha acesso a produtos genuinamente indígenas, altamente valorizados. O artesanato indígena sami é muito caro, é feito em pequena escala, mas tem um mercado muito específico.

Acho que o Brasil, com sua diversidade fantástica de povos e artesanatos lindíssimos, tem toda a possibilidade de criar mecanismos para valorizar esse artesanato e exportá-lo, com bom retorno para a comunidade, acrescentando muito valor a essa mercadoria.

* * *

Com o fim da segunda sessão de debates, a terceira rodada foi direcionada a reflexões sobre elementos para a implementação de um plano de transição. Ganhou força a ideia de que o país e o BNDES, por meio do Fundo Amazônia, deveriam ter uma estratégia de saída do modelo atual de desenvolvimento, com seus pontos negativos, e caminhar para um novo modelo que seja debatido com a sociedade e torne-se público.

O plano de transição proposto seria consolidado como um roteiro de ação ou de questões que merecessem reflexão nas ações do BNDES. Faveret solicitou aos participantes que o plano de transição fosse debatido em detalhes, mas no nível de levantamento de ideias, de desafios ou mesmo de algumas soluções.

Outro tema também recorrente foi o da pecuária bovina. “A questão do boi é fundamental no desmatamento. Vamos deixar o boi onde ele está e pedir que ele continue caminhando? O [Carlos] Drummond [de Andrade] falou que no meio do caminho tinha uma pedra, mas talvez

no meio do caminho tenha um boi também. O que fazemos com o boi? Onde fica a pecuária? A quem se destina: essa é uma pergunta importante, porque não vejo como discutir a Amazônia sem discutir a atividade pecuária bovina”, disse Faveret.

Ennio Candotti

A informação que tenho é que um boi ocupa dois hectares de terra. Como existe muita terra, dá para criar muito boi. No entanto, dois hectares de terra, para qualquer analista que tenha passado pelos cursos elementares, podem render muito mais do que aqueles R\$ 500 obtidos com a venda de um boi.

Portanto, do ponto de vista econômico, ele não é sustentável, não é economicamente competitivo. Mas há razões pelas quais ele pode ter suas vantagens do ponto de vista econômico.

No tocante à indústria madeireira, há estudos que revelam que se podem obter mais R\$ 1 mil por hectare de floresta derrubada. Mas é uma equação que precisaria encontrar alguma sustentação. Por isso, acho que é um falso problema, se for adequadamente equacionada. É um problema porque a equação não está montada corretamente.

Paulo Faveret

É como se os agentes econômicos não tivessem conhecimento da real rentabilidade.

Ennio Candotti

Não alcançaram os níveis de civilização requeridos para serem agentes econômicos. Estamos em um capitalismo pré-selvagem.

Caetano Scannavino

A pecuária na Amazônia é rentável, sim. E é rentável porque as terras são ocupadas de forma ilegal, sendo ou muito baratas ou griladas. Uma coisa está ligada à outra. No Paraná, por exemplo, as terras são muito mais caras e a rentabilidade da pecuária é menor.

A resolução da questão fundiária tem influência no motivador econômico para se manter a pecuária na Amazônia.

Eugênio Scannavino

Também não sou especialista, mas acho que os ruralistas estão assumindo o desmatamento zero. Se de fato isso está ocorrendo, a vantagem será deles porque há na Amazônia um reino unido de pastos abandonados, que não são usados, por exemplo, na agricultura extensiva. Acredito que eles assumiriam o desmatamento zero se obtivessem mais crédito do governo, crédito suficiente para investir em tecnologias. E então teriam de trabalhar com pecuária intensiva para conseguir mais crédito. O que não acho certo é anistiar as ilegalidades que eles cometeram.

Marilene Correa

É o caso das empresas madeireiras, que também pegam crédito para o reflorestamento.

Eugênio Scannavino

Temos de lembrar que a madeira sustentável não é devastadora; ela não altera a cobertura florestal. Assim, se a madeira pode ser uma atividade sustentável, deve ser implementada. Hoje em dia, pelos meus dados, são transportados 10 milhões de árvores por ano, dos quais sete milhões são ilegais, 2,5 milhões legais, e só 500 mil sustentáveis. Na hora em que conseguirmos inverter esse número, será uma grande vitória.

Em relação à pecuária, também não concordo com a prática de anistiar as ilegalidades para os fazendeiros obterem mais crédito. Concordo, sim, com o desmatamento zero.

Eugênio Scannavino

O problema é que a atividade pecuária é pouco fiscalizada, muito agressiva, ilegal. A soja, por exemplo, é mais mecanizada, mais controlável por ser *commodity*. Os pecuaristas também

não possuem boa formação cultural, ocuparam a área com ignorância. É a ocupação tradicional que mais gerou violência, mortes, assassinatos. Faz parte da cultura deles. Quero ver alguém reverter isso.

Paulo Faveret

Há uma política para lidar com a pecuária, mas não dá para ignorar que tem boi demais...

Marilene Correa

É preciso uma estratégia firme que obste a continuidade dessa pecuária extensiva. Por outro lado, se não dá para ignorar a cadeia geradora dessa pecuária, é preciso impor limites. Mas aí seria outra estratégia do plano de transição. Teríamos de combinar essas duas coisas. Uma decisão firme da não expansão da pecuária extensiva e outra de fazer um plano de transição para a pecuária intensiva. Tecnicamente não é difícil. Talvez seja econômica e politicamente.

Adriana Ramos

Acho que a primeira coisa que deveríamos fazer é uma separação da pecuária extensiva daquela que caracteriza a criação do boi como poupança dos extrativistas. Existe a questão do boi como estilo de vida, conforme o João [Fortes] lembrou, mas vejo muito mais como poupança. E essa é a relação mais forte que as comunidades locais têm com o boi.

Nesse sentido, é o atendimento das necessidades básicas dessa população, por meio de políticas sociais e econômicas que garantam a segurança com as suas atividades tradicionais que vão tirar essa dependência do boi nessa perspectiva da poupança.

Quanto ao desmatamento zero, se exigíssemos o cumprimento da lei, teríamos um limite mais do que suficiente. Toda essa discussão sobre o cumprimento do Código Florestal está se estendendo muito pela certeza de que a relação entre o setor produtivo e a sua representação política tende à mudança da lei. Logo, não é preciso fazer esforço.

Ou seja, não é preciso fazer um esforço pela adequação porque, quando a lei mudar, quem estiver ilegal ficará legal. Mas acho que chegamos a uma situação limite. Não dá para imaginar que ninguém em sã consciência, hoje, no Brasil, vá alterar a lei para permitir novos desmatamentos na Amazônia.

Atualmente, existe a perspectiva de que a pecuária tem de ser intensiva, da necessidade da utilização de sistemas que integrem a lavoura e a pecuária e de assumir as responsabilidades compartilhadas na cadeia. Esses já poderiam ser critérios nessa transição.

João Fortes

Os efeitos da pecuária extensiva são tão danosos quanto os do pequeno criador. Se você pegar as cabeceiras dos rios, que vêm lá da fronteira, da Venezuela, Colômbia, lá das terras do [Gersem] Baniwa, descendo pela fronteira do Peru e até a Bolívia, verá que essas cabeceiras têm área na época do verão, que são como nosso inverno no Sul.

Por que isso acontece? Porque eles desmatam até a boca do rio. E aí é pior. Para o grande fazendeiro, desmatar até aí ainda é proibido. Na reserva extrativista, não, desmatam até a margem, o que assoreia o rio. A atuação dos pequenos criadores é mais incontrollável. Faz parte do que o Luciano Coutinho disse no início, de que 80% não são controláveis.

Caetano Scannavino

O país começa a compreender que o agronegócio não é a vocação da Amazônia. Podem ser criados mecanismos para evitar a expansão. Aliás, creio que há mecanismos, sim, mas temos de usar um pouco a criatividade, inovar, a fim de excluir a pauta do agronegócio como o principal elemento na cultura das pessoas que vivem na Amazônia.

Eu vivo lá, da economia regional, e me deparo com algumas situações que não imaginava há 20, 30 anos, como a Zona Franca de Manaus. E, do ponto de vista ambiental, ela foi positiva. Se compararmos a situação no Amazonas com a situação onde eu moro, em Santarém, onde existe uma guerra da soja, a de Manaus é muito melhor.

Os produtores de soja estão pressionando por desmatamento em novas áreas, estão ocupando as áreas planas da pecuária, e o boi está abrindo novas áreas, porque ela não precisa de área plana como a soja, já que os bois podem ser criados em montanhas.

Conclusão: criou-se um processo de êxodo rural significativo, com unidades sendo dizimadas, vendendo suas terras por R\$ 1 mil, R\$ 2 mil reais. As pessoas achavam que indo para a cidade dariam educação aos filhos porque lá há escola. Esse movimento gerou um processo de favelização, um processo de desemprego.

Analisando a situação da população na fase do pré-desmatamento, quando aquela região ainda detinha recursos naturais, e na fase pós-desmatamento, quando os perdeu, observa-se que os IDHs são os mesmos. Ou seja, a mudança não trouxe riqueza, nem distribuição de renda. Então temos de repensar esse modelo.

Por exemplo, Santarém, no Pará, poderia ser um Vale do Silício, com a implantação de indústrias de biotecnologia, de tecnologia com baixo impacto ambiental, e a população de lá passaria a entender aquilo como desenvolvimento, como uma iniciativa geradora de emprego.

Essa experiência seria o oposto à da visão da soja como desenvolvimento, porque não gera tanto emprego, gera trator, agricultura mecanizada...

É preciso inovar também na questão do pagamento de serviços ambientais, partindo do pressuposto de que o agronegócio no bioma amazônico não é sustentável, mesmo se houver confinamento, com soja ao redor e ração. Você vai atenuar, mas tem de encontrar uma solução de meio termo para isso, pensando nos próximos 50 anos.

Não se vai transformar uma área de 100 mil hectares de plantação de soja em um polo industrial de biotecnologia. Mas oito ou nove mil hectares já seriam uma vitória. Construir polos produtivos em uma área urbana ou na periferia urbana é uma ideia.

Sergio Weguelin

O que essa região teria de institucionalidade para começar a pensar nisso em termos de universidades, conhecimentos?

Eugênio Scannavino

O mesmo que Las Vegas tinha quando era deserto.

Caetano Scannavino

Ou o Vale do Silício.

Marilene Correa

Não precisa citar Las Vegas, não; basta mencionar as regiões onde a Embraer e o Impe se instalaram. Aquilo antes não era nada.

Caetano Scannavino

Essa região simplesmente está à beira do Rio Amazonas, na iminência de ter uma rodovia asfaltada que vai ligar Santarém a Porto Alegre. Santarém, por exemplo, possui sete universidades formando mão de obra que não tem onde ser absorvida. Isso se repete em todas as outras regiões.

Bertha Becker

Santarém tem uma posição estratégica no meio do vale do Amazonas, e com a rodovia Cuiabá-Santarém há universidade e uma demanda nova.

Com toda essa frente de expansão pecuária e da soja, a população está precisando de serviços e de novas atividades que a cidade não está conseguindo assegurar. Há uma demanda que já está estimulando essa possibilidade de desenvolvimento.

Paulo Faveret

Santarém, como uma nova Stalingrado, resistiu ao avanço.

Bertha Becker

Também não exageremos, mas a capital do Oeste, oeste do Pará. Há uma grande tradição de luta de trabalhadores, uma tradição política importante. Não brinca, não.

Paulo Faveret

Estava falando da resistência aos alemães. Minha questão era mais militar do que política. Então, passemos ao tema de governança.

João Fortes

Quero fazer uma observação. Os efeitos do gado da pecuária extensiva são tão danosos quanto os do pequeno criador. Se você considerar as cabeceiras dos rios, que vêm lá da fronteira, da Venezuela, Colômbia, lá das terras do Baniwa, descendo pela fronteira do Peru e até a Bolívia, verá que essas cabeceiras têm área, na época do verão, que são como nosso inverno no Sul.

Por que isso acontece? Porque eles desmatam até à beira do rio. E aí é pior. Para o grande fazendeiro, desmatar até à beira do rio ainda é proibido. Lá não, na reserva extrativista desmatam até à margem, o que assoreia o rio. A atuação dos pequenos criadores é mais incontrolável. Faz parte do que o [presidente] Luciano Coutinho disse no início, 80% não são controláveis.

Paulo Faveret

Isso é muito interessante. Dramático, mas muito interessante. Podemos passar para governança?

Marilene Correa

Posso sugerir uma pauta para governança? Digamos que ela fosse aqui pensada como uma agenda da conciliação ou como uma agenda de pactuação. A partir daí, creio que seja possível

falar de uma governança concreta, uma interferência concreta do que pode ser chamado de sociedade civil, e não de enclave, nem de tutela.

Eugênio Scannavino

Também gostaria de pontuar a necessidade de separarmos a questão da governança: uma na governança territorial, na gestão ambiental, e outra na governança social, que é o acesso aos serviços, que também não existe. Serviços de saúde, educação e todos os outros serviços dos quais as populações são excluídas. Então, são dois tipos distintos de governança.

Paulo Faveret

Quando se fala em nível de qualidade de prestação de serviço, estamos falando de acesso a serviços que fazem parte da governança, que é uma decisão política. Outra coisa é a definição do modelo de gestão, que inclui os três níveis – municipal, estadual e federal – que têm de se articular.

Caetano Scannavino

A questão de governança é ampla, pode ser interpretada por estado de direito, impunidade, corrupção. Estamos falando de uma região que ainda está em processo de ocupação. É diferente da situação do estado de São Paulo ou do Rio de Janeiro. E mesmo nesses casos há desafios de governo. Mas existe uma contradição interna na gestão governamental, a agenda de meio ambiente e a agenda de infraestrutura.

A agenda de infraestrutura, que envolve melhoria das condições de comunicação, estrada, saneamento, obras, é uma demanda reprimida. A população clama por ela. Enfim, é uma demanda legítima, existe e garante voto. Por outro lado, igualmente legítima é a agenda ambiental, mas que demanda licença, está submetida a leis específicas e não dá muito voto.

Isso é uma contradição muito forte em se tratando de uma região em processo de ocupação como a Amazônia, que tem duas demandas legítimas e que gera duas agendas – a ambiental e a infraestrutural. Uma tenta ser muito ágil, e a outra exige audiência pública,

exige discussão, exige participação da sociedade. E nunca vi tão publicamente nesse governo essa contradição como agora.

Paulo Faveret

Acho que, se houver mais comentários nessa direção – da conciliação da agenda de infraestrutura com a agenda ambiental –, ajudará bastante porque concretiza o tema de governança.

Marilene Correa

No momento, governança está só na política de governo, mas a prática das experiências de governança na Amazônia está além das agendas governamentais. No limite, passa até pela sua substituição, especialmente em algumas áreas. Então, a pactuação teria de estabelecer alguns parâmetros de consenso em torno de regras de quem é quem.

Às vezes, a governança quer substituir a governabilidade e a governabilidade frequentemente não tem legitimização da governança. É um problema, inclusive, para a socioeconomia, assim como para a política. Aliás, a governança é um problema político.

Por outro lado, para concluir, dá para pensar numa agenda de conciliação que fizesse uma ampliação, uma revisão dessa governança temática do jeito em que se dá, espontaneamente à luz das necessidades e da ausência do Estado. Uma governança mais regional, mais comprometida com a finalidade coletiva, porque hoje a governança busca a sustentabilidade dela mesma por meio das suas instituições.

Bertha Becker

A governança foi um termo roubado da área da administração e incorporado à política com nova roupagem. Ela se propõe a uma mudança institucional. Mas tenho sérias restrições.

Na verdade, na Amazônia é exatamente o Estado que não assume com firmeza coisas que ele deve fazer do ponto de vista social. E muitas vezes a pressão do setor privado sobre os grandes agentes da governança é tão forte que eles realmente não conseguem enfrentar.

Acho necessária uma pressão justamente contrária. O controle social, sim, deve ser feito, mas com os três níveis de governos mais a sociedade civil e o setor privado, no contexto de uma agenda de conciliação.

Contudo, é preciso deixar claro, no caso do Brasil, particularmente da Amazônia, que essa governança aparentemente conciliatória não significará a redução da governabilidade. Não pode o Estado deixar de exercer determinadas funções, como as dos serviços fundamentais para a população, uma série de ações que o Estado tem de fazer e não faz.

Paulo Faveret

Há uma discussão de ciência política aí fascinante, que é a construção do Estado.

João Fortes

Bertha [Becker] comentou a questão de povos e gostaria de compartilhar o assunto dos povos tradicionais, dos povos indígenas. Dentro dessa governança, minha experiência é em cima dos 40% de terras de unidades de conservação. A definição das reservas extrativistas, uma demanda do Chico Mendes e do Conselho Nacional do Seringueiro da época, teve como modelo as terras indígenas e o sistema coletivo de organização indígena. O conselho de governança dos caiapós, do Raoni, no Xingu, tem regras que o país esqueceu.

A primeira delas, por exemplo, é que se vai lá para ouvir. Em uma roda de conversa, o básico é ouvir. Depois, a segunda, você só fala com base em sua experiência, no que for contribuir, e não para monopolizar a atenção. Esse é um grande aprendizado, todo baseado nas comunidades indígenas, no processo de organização deles, que acho muito mais forte que o nosso. Só que não valorizamos isso e acabamos impondo situações.

Adriana Ramos

O Brasil tem na sua legislação e nos seus instrumentos políticos, pelo menos na teoria, um conjunto de mecanismos democráticos de participação, de pactuação, que nunca foram levados

a sério. Têm sido utilizados pelos governos de forma *fake*, dando o direito às instituições, às empresas de o utilizarem da mesma forma. Ou seja, todo mundo finge que exerce um processo democrático, no qual todas as partes são chamadas a se manifestar, mas ninguém tem a menor obrigação de responder a essas partes. Portanto, em que medida as opiniões delas estão ou não sendo levadas em consideração?

Isso vai desde fóruns criados para gerir planos governamentais, como é o caso do plano da BR-163, do Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento, até o processo de audiência pública de licenciamento ambiental das obras de infraestrutura. Na verdade, todos nós abrimos mão de utilizar os mecanismos pelos quais se poderia ter uma participação formal que garantisse essa governança pactuada.

Então, volto ao óbvio. Acho que temos nessa agenda de transição uma etapa fundamental: rever que espaços são esses e em que medida vamos aprender a respeitar e valorizar a participação dos diferentes atores, evitando os oportunismos. No momento em que o governo chama a sociedade para participar, mas sem o comprometimento de encontrar e encaminhar as respostas, de incorporar as demandas, a iniciativa privada sente-se muito confortável para não respeitar esses espaços e usar seu poder de pressão econômico para angariar seus apoios por meio de cooptação.

É o que temos visto. E essa é uma questão fundamental. Não precisamos inventar nada de novo. Se olharmos para o que temos na lei hoje, do ponto de vista de mecanismos democráticos de participação, e começar a aplicá-los de verdade, não de forma *fake*, na Amazônia, já teremos dado um salto de qualidade de governança significativo.

Paulo Faveret

Ou seja, confiança é resultado da criação de um canal ou da viabilização desse canal e mais uma resposta efetiva.

Adriana Ramos

O canal tem de ter mecanismos claros pelos quais a tomada de decisão final reflita, em alguma medida, a participação de todos.

Eugênio Scannavino

Temos de lembrar que o tecido institucional na Amazônia é muito frágil; em linguagem médica, quase necrosado. As instituições locais, municipais, de governo são muito fracas. Por isso, quando falamos em dificuldade de acesso da população a serviços públicos, não podemos esquecer também da dificuldade de acesso dos governos locais aos serviços estaduais e federais.

Por exemplo, os municípios não têm PSF [Programa Saúde da Família, do governo federal], apesar de terem direito a médico, porque não sabem elaborar um projeto para conseguir ter direito ao programa; um projeto que nada mais é que um simples preenchimento de formulário, o que revela uma incapacidade dos gestores municipais. Os serviços têm uma capacidade instalada muito pequena que não consegue atender a uma demanda primária enorme.

Temos, portanto, primeiro, de pensar em fortalecimento institucional dos governos locais, dando-lhes assessoria. Esse fortalecimento também não pode ocorrer sem controle social, aproveitando suas estruturas democráticas.

É verdade que há o trabalho das ONGs, que mobilizam as populações, mas elas não devem substituir o governo. Devem participar do controle social, mas não devem fazer o controle social. Devem ser capazes de capacitar os cidadãos para que eles participem de seus governos nos serviços dos quais são beneficiários. É a própria população envolvida com a escola, com os postos de saúde, que tem de controlá-los.

Infelizmente, não temos sido capazes de organizar a sociedade civil. A estrutura de governo no Brasil é bonita, mas prevê uma sociedade civil que ainda não existe de forma estruturalmente organizada.

Outra coisa é a decisão política. Quantos milhões de reais foram para o sistema financeiro e quantos foram para o Ibama aparelhar seus fiscais? Eu gostaria que respondessem por que não há dinheiro? Por quê? Por que é a Noruega que tem de dar dinheiro para o Fundo Amazônia? Por que o Brasil não faz isso?

Eugênio Scannavino

Tem de haver fiscalização, tem de ter aparelhamento do Estado, tem de ter fiscais. Só para dar um exemplo bem simples, a superintendência do Ibama de Santarém é responsável por 58% do território do Pará; são 25 municípios, e ela não deve ter nem 10 fiscais. Se tiver três carros é muito, para fiscalizar toda aquela região, justamente a do sul do Pará. Onde está a decisão política de fiscalizar?

Gersem Baniwa

Queria contribuir acrescentando um aspecto importante que deve ser considerado. As comunidades tradicionais e particularmente as comunidades indígenas têm, em grande parte, uma fragilidade enorme – a quase ausência da institucionalidade –, mas têm uma forte governança local que faz a diferença para o bem ou para o mal. Não há como desconsiderar.

Acho que tudo se trata de um processo de mudança. Como diriam os antropólogos, mudanças culturais, socioculturais fortes. O que isso significa? Significa que temos de superar certas limitações, eu diria até certas culturas. Culturas no sentido de certos vícios que ao longo do processo de colonização, de dominação, foram se estabelecendo.

É importante observar que estamos falando de políticas de intervenção de Estado, políticas públicas. Eu gosto muito de citar exemplos para tornar mais claro o que estou dizendo. Existe em muitas culturas indígenas o paternalismo, a tutela, que ao longo de séculos foi se implantando. Aquela ideia de que o Estado é o paizão, mas o paizão no sentido paternalista, de que ele tem de dar tudo.

Em função disso, os povos indígenas acabaram, em muitas situações, acomodando-se. Mesmo aqueles com condições e potencialidades, movem-se muito pouco para buscar suas soluções, sempre à espera de ter um dia um excelente presidente da Funai, um excelente governador, um excelente prefeito para resolver os seus problemas.

Quando se inicia esse processo de mudança – eu acompanhei experiências no Ministério do Meio Ambiente que tentavam superar o problema para que se recuperasse aquela

autonomia de pensamento –, de discussão para se acharem soluções a partir dos recursos, das potencialidades locais, o que acontece? Às vezes – e essa é uma característica específica das terras indígenas –, as políticas governamentais não chegam como unidade; ao contrário, chegam dispersas, fragmentadas, desarticuladas e muitas vezes antagônicas. Enquanto o Ministério do Meio Ambiente tentava superar o problema a partir de ações concretas, outro ministério ia lá e fazia exatamente o contrário, distribuindo cesta básica, destruindo completamente aquele pequeno mas importante esforço para alterar a concepção de como se relacionar com as comunidades indígenas.

Portanto, há políticas do mesmo estado, do mesmo governo, atuando com metodologias, percepções e perspectivas totalmente diferentes. Um tentando ampliar ou recuperar, instalar a capacidade de autonomia de pensar, de fazer. Outro simplesmente distribuindo, acostumando mal a população. E essa prática entre os indígenas é muito forte. Ao ampliar políticas paternalistas de distribuição, o governo desestimula um processo em curso.

No Rio Negro há pobreza, mas não há miséria. Não é preciso distribuir comida. É preciso incentivar a melhora da produção, da distribuição, e assim por diante. O diagnóstico é importante. Muitas vezes as populações locais têm governantes, mas quem chega de fora não tem governança, chega totalmente desgovernado, desarticulado e muitas vezes com ações antagônicas. No âmbito de uma política de intervenção média, é importante levar essas questões em consideração e tentar superá-las.

Joséluis Samaniego

No que se refere ao Fundo Amazônia, embora o limite à captação, vinculado à redução efetiva do desmatamento, seja uma demonstração do compromisso com os resultados, não é incentivo suficiente para uma mudança no modelo de desenvolvimento. O Fundo pode ter uma função de demonstração de como fazer transição entre modelos de desenvolvimento, mas a opção por essa transição tem de ser definida pelo Banco para além de suas funções como gestor do fundo.

Na prática, o Banco precisa definir atividades e setores que não financiará mais e atividades que vai facilitar, como a pesquisa e o desenvolvimento, os empreendimentos de geração

localizada de energia elétrica, entre outras. Pela sua importância na execução de políticas públicas cruciais para o modelo de desenvolvimento, o Banco pode ter, através de sua atuação como gestor do Fundo e em seus procedimentos nas demais áreas de atuação, um papel chave como defensor, perante outros agentes da administração pública, de mudanças nos incentivos aos agentes econômicos, tais como os aspectos tributários, e nos incentivos burocráticos, compatibilizando os incentivos macro com os incentivos micro.

Algumas medidas específicas na gestão do Fundo contribuiriam para a sua eficácia e seu escopo. A avaliação e o apoio a famílias de projetos podem reduzir os custos de transação de projetos de pequena escala, tornando-os rentáveis. Diretrizes em forma de guia enviariam uma mensagem clara a outros países nos quais o Fundo poderia operar.

Na gestão do Fundo, é importante que se estabeleça uma data a partir da qual a terra será avaliada para defini-la como floresta ou como área desmatada.

Marilene Correa

Gostaria de deixar algumas considerações antes da conclusão. Não adianta apagar o tema da governança, porque ela vai ressurgir com ou sem os instrumentos existentes. Até porque aparecem sob novas formas de institucionalidade. Muitas vezes, os alijados de um determinado território são assentados em territórios que ainda não estão envolvidos nesse processo de governança.

Deveria haver para as políticas públicas e sociais uma exigência – mais do que uma urgência – de equalização de valores para a implementação das políticas públicas. A saúde é um exemplo, um exemplo dramático por sinal. Mas a ideia seria de uma repactuação.

Podemos citar o caso da substituição da produção de carne, introduzindo a indústria queijeira. A mudança acabaria com a criação extensiva, transformando-a em intensiva. Mas isso também precisa de muito investimento. A ideia é que essa agenda possa ser construída com distintos interlocutores.

Hoje estamos nesse campo, num campo mais solto, mas independente da sociedade civil. Se nos reunirmos aqui com empresários, comerciantes, diretores de agências de fomento, eles

também terão uma compreensão muito particular do que seja governança, mas que nem sempre está em desacordo com as que estão sendo postas aqui.

Caetano Scannavino

Em relação ao BNDES, ter em mãos a gestão do Fundo Amazônia pode ser, para além da ação e da administração do Fundo propriamente dito, uma oportunidade de revitalizar a política do Banco como um todo, a partir desse aprendizado, dessa experiência amazônica. O BNDES também tem uma oportunidade de mudar essa mentalidade amazônica, se caminhar em direção a esse desafio.

Acredito que incorporar à sua imagem de banco de apoio ao desenvolvimento econômico e social o apoio ao desenvolvimento ambiental pode ser bastante estratégico. Na prática, pode começar a criar mecanismos de sustentabilidade, incorporando esses mecanismos às demais práticas do Banco, e não só do Fundo Amazônia.

Os bancos ligados ao governo, em geral, seguem na área ambiental a prática do mínimo, do arroz com feijão, que é a legislação vigente. Creio que o BNDES vai agregar um valor positivo, a população fazendo com que a população veja nele uma referência também para as práticas ambientais. E isso significa parar totalmente de financiar agronegócio em área de desmatamento. Significa criar indicadores de sustentabilidade, para além da legislação, em todas as práticas, como no apoio a empreendimentos urbanos nas regiões Sul, Sudeste ou Norte.

Não consigo separar a Amazônia do mundo. Se o brasileiro continuar comprando 70% da madeira ilegal da Amazônia, vamos continuar produzindo madeira ilegal. É a lei, essa é a lei principal, ainda mais em uma área de difícil fiscalização. O Banco pode ser uma luz no túnel e começar a criar uma mentalidade brasileira de responsabilidade sobre a Amazônia. Se vai conseguir, não sei, mas, como todo corintiano, nunca deixamos de tentar. O Fundo Amazônia tem de ser financiado, também, pelo brasileiro, não só pela Noruega. São Paulo tem de financiar a Amazônia, é uma forma de compensar o que a Amazônia permite fazer e acontecer em termos de clima, biodiversidade ou potencial futuro, que não está sendo aproveitado agora.

Vejo a necessidade, ainda, de criação de uma lei de patentes ligada à biodiversidade, possibilitando a entrada de divisas que teriam impacto no PIB brasileiro a partir de um melhor

manejo da Amazônia. A título de exemplo, o PIB amazônico cresceu em torno de 8% nos últimos anos enquanto o PIB *per capita* amazônico só cresceu 1%. Não produzimos riqueza com distribuição de renda. Produzimos riqueza principalmente em áreas griladas, que foram esses 8%.

E só para dar outro exemplo: o gasto social *per capita* na Amazônia é 60% da média do resto do país. Estamos numa região onde se deveria gastar o dobro, pelas dificuldades geográficas, de comunicação. No entanto, gasta-se um pouco mais que a metade.

O BNDES é um ator que pode alavancar esse tipo de reflexão e de estudos. Por exemplo, um estudo de viabilidade sobre o que seria um polo de tecnologia no meio da Amazônia. Alguém tem de começar essa iniciativa. E não são as ONGs que têm de estar na linha de frente disso.

Bertha Becker

Não! É o Estado mesmo.

Paulo Faveret

Já que você é corintiano, tomara que o desempenho seja digno.

Adriana Ramos

Melhor não falarmos sobre essas coisas.

Bertha Becker

Já disse que é muito difícil dar um tiro só, tem que ser uma metralhadora. Mas vou repetir um pouco a questão do novo olhar, que coloquei logo no início e que é fundamental. É preciso romper com planejamento e ações para a região que venham sempre com olhares exteriores a ela.

Outra questão essencial: um novo padrão de desenvolvimento. Estou frisando isso porque deve ser um objetivo que carregue todos os outros. A logística, a regularização fundiária, tudo a serviço da necessidade de reverter o quadro atual. Não vou entrar em detalhes, mas

quero chamar a atenção para a importância do papel das cidades na Amazônia, historicamente fundamentais na região.

As cidades têm de ser equipadas também porque, por meio delas, o Estado conseguirá ser mais efetivo em suas ações. O papel do governo será exercido por meio da descentralização para determinados tipos de cidades. O Estado está se fortalecendo, requalificando-se através de si próprio. Os europeus têm mostrado isso claramente em estudos científicos. Ao contrário do encolhimento do Estado, o que está ocorrendo é uma nova forma de atuação do Estado.

São as cidades que vão articular interna e externamente a região. Estou dando ênfase à cidade porque é a coisa menos falada e está no centro da minha pesquisa atual. Tenho proposto um cinturão de blindagem flexível. Cinturão de blindagem flexível de cidades significa o contato da mata aberta com a mata densa.

Nesse caso, elas poderiam ser equipadas com laboratórios da floresta, para estimular a produção extrativista moderna, com tecnologia avançada, que é a da mata densa em serviços ambientais. Na área de mata aberta, é importante o desenvolvimento da indústria da madeira. Com isso, poderiam ser construídas cidades com casas de madeira.

Antes de encerrar, quero fazer uma provocação: devemos manter a Amazônia legal ou retirar o estado do Mato Grosso, que foi só uma construção geopolítica em um determinado momento. Ah, que bom que o governador [o ex-governador do Acre, Jorge Viana, acabava de chegar] está aqui. Ele vai poder responder a essa questão.

Ennio Candotti

Melhor seria dizer: por que não excluimos o resto do país e constituímos um novo Estado?

Bertha Becker

O Mato Grosso, o Centro-Oeste, é extremamente diferenciado da Região Amazônica. Até suas relações com os países vizinhos são diferenciadas também. Por que manter? Deve haver

razões para isso, pelo menos por enquanto. O governo não quer saber de mudar a constituição da Amazônia Legal, de dividir.

Adriana Ramos

O Fundo deve trabalhar na perspectiva de territórios sustentáveis, mas tenho um certo receio de tratá-lo como um fundo de políticas públicas, a exemplo dos demais que se mencionou. Acho que o Fundo Amazônia recebe recursos pelo reconhecimento de um desmatamento indevido. Não pode substituir políticas públicas. Portanto, tem de estar um pouco mais aberto para atender a diferentes atores sociais da região. Ele deve servir, sim, como um gatilho para outras iniciativas do próprio governo e do próprio BNDES.

Nesse sentido, vou resumir algumas coisas já ditas aqui. Por exemplo, a questão do planejamento da infraestrutura não deve fazer parte de uma agenda de transição. É preciso pensar em infraestrutura sob uma nova perspectiva de desenvolvimento e integração.

Vejo a necessidade, também, de ser ter um *checklist* de sustentabilidade – e aí vai uma provocação para o BNDES – para a Amazônia como um todo, não só a Amazônia brasileira. Os critérios de sustentabilidade das atividades produtivas também podem ser adotados imediatamente.

Sergio Weguelin

Gostaria de agradecer ao governador Jorge Viana pelo esforço de estar aqui. Discutimos hoje, durante o dia, a gestão do BNDES de um modo geral e sobre como o Fundo Amazônia deve atuar. Um dos aspectos mais abordados foi o da necessidade de um novo paradigma, um novo olhar sobre o território, e de mudanças no tratamento da questão social. Diante desse cenário, governador, seu tema é livre.

Jorge Viana

Antes de qualquer coisa, peço desculpas, tentando justificar o injustificável. Mas, como o assunto aqui é da maior importância, primeiro parabênizo o BNDES pela iniciativa de reunir

esse grupo de pessoas. Pessoas que têm números, estudam, têm uma vivência da Amazônia, um compromisso conosco que moramos lá. Vocês não poderiam reunir um grupo melhor.

Curiosamente, fui o primeiro a chegar ao Rio de Janeiro, por questão de logística. No Acre, não tem jeito, precisamos chegar um dia antes por causa do horário de voo. Mas, por conta da medida provisória que envolve diretamente a regularização fundiária na Amazônia (MP 458), encontrei o presidente [Lula] e participei da reunião da coordenação política do governo. De algum jeito, isso para mim já foi um gesto de respeito a esse tema tão importante.

Eu vim de ONG. Os movimentos sociais estão bastante à frente dos movimentos de Estado, seja de município, seja dos entes da Federação. Mesmo os movimentos sociais ainda têm muita carência, porque estamos formando conceitos e opções. Às vezes, até a leitura é certa, mas há divergência sobre as melhores saídas. Então o governo está levando adiante um tema de que eu discordo. Discordo do princípio desse tema: regularização fundiária.

Não regularizei áreas no Estado, a não ser aquelas sobre as quais tinha absoluto controle em relação ao resultado da regularização fundiária. Acho que a origem dos nossos problemas está na ocupação e no uso da terra. No caso da Amazônia, uma medida que crie uma regularização fundiária para toda a região, num padrão só, está equivocada. O risco de dar errado é alto, porque são cerca de 70 milhões de hectares.

É bastante precária a atividade produtiva rural florestal na Amazônia. Não tem sustentabilidade econômica e ambiental e tem problemas sociais. Com a regularização fundiária, podemos criar um movimento muito forte de uma economia de compra e venda de terra legal. Só que esse movimento pode vir acompanhado de um crescente desflorestamento, na contramão dos compromissos assumidos pelo Brasil de diminuir o desmatamento até 2017 e zerar até 2040. Por que isso? Por que legalmente? Se eu regularizei minha área, estou legal perante a lei e ela me permite desmatar 20%. É só calcular: 20% de 70 milhões de hectares resultam em uma soma bastante razoável. Equivale a um Acre inteiro.

É certo que uma parte dessas áreas já está desmatada. São regularizações de posse. Mas há uma parcela bastante significativa de novos desmatamentos que podem decorrer dessa iniciativa. Para mim, é a preocupação central.

Mas, voltando à questão da regularização, no fundo ela precisa ser feita porque a origem da violência, desse desajuste social que vivemos, está muito ligada à falta dela. É uma terra sem regras definidas. É um erro regularizar; mas, se é para fazer isso, deveríamos ter módulos pequenos. Temos centenas de milhares de assentados em áreas menores que um módulo rural [unidade de medida do Incra] e que estão numa situação precária.

A regularização de até quatro módulos soma 400 hectares. Quinze módulos equivalem à cidade de Brasília. Enfim, não é uma área qualquer. Mesmo na Amazônia, é muito grande. Esse é um tema complicado, porque o foco, na minha opinião, deveria estar em atividades econômicas vinculadas ao uso daquilo que a terra guarda. Ou seja, o que se encontra acima ou abaixo dela.

Não tenho nenhum problema em discutir o manejo de floresta com certificação ou o uso dos recursos para implantação de geração de energia – obviamente com as ressalvas, desde que esteja vinculado à certificação, no caso de produtos –, que não é uma solução para tudo, mas é um caminho para a substituição da fiscalização estatal por uma fiscalização que poderia vir do próprio mercado, das regras que a sociedade impõe para produtos da Amazônia.

Quando tivemos, no começo do século passado, uma economia que se apresentava como competitiva, enfrentávamos problemas sociais, mas não problema ambiental. Ou seja, das três variáveis – social, ambiental e econômica –, não havia problemas sociais nas outras duas. Era uma economia vinculada umbilicalmente à floresta, ao uso dos recursos.

De alguma maneira, essa nova economia, esse novo olhar, esse neoextrativismo que estamos buscando precisam estar atrelados à sustentabilidade, à certificação de produtos, para atender, inclusive, a esse reclamo dos países compradores, dos consumidores, mesmo brasileiros, o que é muito saudável.

Hoje, percebo a impossibilidade de se implementar uma política padrão para a região, e um fundo que cria expectativas tão grandes não pode incorrer no erro de estabelecer regras gerais. É preciso haver uma espécie de zoneamento que possa dar o norte da política, porque estamos vivendo a Amazônia em estágios diferentes em várias áreas.

O risco de o Fundo vir a ser a única alternativa de políticas públicas em alguns lugares é real. Há uma carência muito grande, seja das instituições financeiras, seja dos orçamentos estaduais e principalmente municipais e até do federal, para investimentos em atividades que atendam, minimamente, às propostas sugeridas por vocês. Propostas de atividades econômicas que tenham sustentabilidade, sejam competitivas, não com uma política piloto, mas adotadas em escala.

Para não dar muitas voltas, levantarei só um outro ponto. Quando se pensa na Amazônia como um todo, se é fato que temos um conjunto de unidades de conservação e preservação criadas – independentemente de estarem implementadas ou não –, talvez tenhamos de discutir o seguinte: quanto devemos pôr de energia em áreas já antropizadas [onde se exercem atividades sociais e econômicas sobre o ambiente] para que elas ganhem alguma competitividade, para que signifique melhoria da qualidade de vida das pessoas, para que se possa ter uma economia que efetivamente seja sustentável e que possamos fazer um melhor uso dessas áreas?

Posso falar do Acre. A metade da área desmatada no Acre hoje tem baixíssimo uso e não tem sustentabilidade nenhuma. Ou seja, um desperdício duplo. Passou pelo dano do desmatamento e enfrenta outro dano maior ainda, o de não realizar, minimamente, atividades adequadas do ponto de vista econômico e social.

Portanto, ações com foco para melhor aproveitar essas áreas e redução da pressão sobre novas áreas podem ser algo muito interessante para trabalharmos. Esse, para mim, é um ponto. O outro é que precisamos definir políticas para essa maior parte.

Toda a energia do Acre hoje – 100% da energia consumida – está vinculada à queima do diesel. Chega a R\$ 1 mil no Acre um megawatt/hora. O preço atual em um leilão está em R\$ 130. Além do mais, existe toda a insustentabilidade dessa produção. Se o governo definisse que uso sustentável – e sustentável do ponto de vista econômico – dos recursos deveria ser o caminho que conduziria às políticas públicas, então para as hidrelétricas também podia ser esse o caminho.

No caso das grandes hidrelétricas, por exemplo, de que maneira podemos em cada obra, em cada investimento, envolver as populações locais de maneira permanente, mas sem prejuízo do que tem de ser realizado? Essa é a lógica que os grandes projetos deveriam ter para inserir as populações locais em atividades econômicas.

As políticas existentes ainda não são políticas específicas para a Amazônia. A linha de crédito continua a ser o grande carrasco do desmatamento na Amazônia, pois é legal, financiado. No caso do Acre, mais da metade do desmatamento anual vem das pequenas propriedades. Conseguimos estancá-lo nas grandes propriedades. Mas todos eles estão assentados por políticas públicas do ponto de vista econômico e ambiental e com precariedade do ponto de vista social.

A chegada do Fundo, conduzida dessa maneira pelo BNDES, pode gerar uma mudança radical na maneira como se concede crédito. E essa prática pode ser passada para outras instituições de crédito.

Para mim, a guinada que deveríamos dar agora seria um foco forte em uma economia sustentável para a pecuária, para a exploração florestal, para o pequeno e médio produtor. Tudo isso focado em usar melhor a área já antropizada e iniciar um processo intensivo de uso inteligente da biodiversidade de que dispomos.

Ennio Candotti

Governador, o senhor corretamente disse que a regularização fundiária é uma regularização de uma terra-chão, não uma terra com floresta. Não conseguimos ainda dar um valor de mercado à floresta em pé, porque hoje está se regularizando o chão, não exatamente aquilo que se quer preservar, que é a floresta e todos os seus serviços. Então, esse é um impasse para ser discutido.

Esse elemento me parece ser uma boa diretriz para orientar os investimentos do Fundo, de modo a poder responder à seguinte pergunta: afinal, qual é a diferença entre o chão, a terra crua, e a terra com cobertura florestal? Se nós não conseguirmos responder, perderemos a batalha. Porque aí a regularização se fará pelo chão e é óbvio que a resposta também não é simples, que é dizer como valorizar isso.

A segunda é uma questão que surgiu aqui e que talvez o senhor tenha elementos para responder. Se for prorrogada a política de zona franca e da Suframa para a Amazônia – ou pelo menos para Manaus, e o Acre está envolvido nisso –, uma alternativa que pode orientar essa nova política seria que o tipo de desenvolvimento induzido fosse compatível com um determinado modelo.

Pergunta-se: entrariam as motocicletas? Entrariam os televisores? Entrariam os celulares? Ou deveríamos desenhar outro tipo de indústria compatível com esse desenvolvimento que

estamos desenhando? Haveria jogo para essa negociação? Qual é a sua sensibilidade sobre isso? Porque obviamente não é uma negociação fácil.

Jorge Viana

Quanto à questão do professor Ennio [Candotti] sobre os polos industriais da Zona Franca, pergunto se houve para o estado do Amazonas – que tem muitos problemas sociais, muitos problemas de sustentabilidade econômica das suas atividades produtivas – ganhos do ponto de vista ambiental.

É mais do que necessário que se reveja de que maneira algo que funcionou por alguns aspectos e não funcionou por outros poderia ter uma vida mais longa, mas incorporando variáveis e componentes que não foram incorporadas no começo. Até porque a visão que o Brasil tinha era esta: uma terra sem homens para homens sem terra. Era a frase marcante nos anos 1970 e que de alguma maneira ainda está muito presente. Ainda há pessoas defendendo uma ocupação maior da Amazônia, e esse é um ponto delicado.

Quanto à outra questão, a avaliação que o Incra faz, ou seja, que o aparato legal faz, é de que a terra já desmatada vale muito. É uma terra com benfeitoria. Para o Incra indenizar uma pessoa, pagará um valor bastante significativo pelo que essa pessoa chama de benfeitoria – que é área desmatada – e um valor bastante inferior pela área que ainda está com floresta.

Ennio Candotti

Mas isso é um equívoco...

Jorge Viana

Mas é um fato. E a medida provisória fala que teremos de lidar com isso. No Acre já há uma nova moeda que está se criando e que acho interessante. Sempre sonhei com isso como engenheiro florestal. Hoje, ninguém mais fala, pelo menos nas áreas que já tenham alguma proximidade de mercado, de infraestrutura. Qualquer área já está muito vinculada ao manejo da floresta. Ele já passa a ter um valor, dependendo da tipologia de floresta ali, tem uma possibilidade de exploração sustentável.

O valor que entra em discussão não é mais a terra, o que já considero interessante independentemente dos problemas que ainda temos nessa área, é o manejo. Conheço áreas em que o manejo está valendo muito. Ou seja, a discussão agora é sobre a possibilidade de explorar um recurso que não é a terra. E esses números já estão maiores do que o Inbra paga por ela.

Está havendo uma mudança de paradigma muito grande imposta pela nova realidade. Por exemplo, se o BNDES for trabalhar o Fundo tendo como critério a propriedade da terra, pode incorrer em um erro muito grande na aplicação de recursos, porque é uma equação difícil.

Chico Mendes nos ensinou anos atrás o que a gente não entendia direito. Ele apresentou a proposta de reserva extrativista, que excluía a definição das propriedades de quem vive delas e trabalhou isso com limite e respeito, demarcando-se o perímetro. Pouco evoluímos nas reservas extrativistas do ponto de vista econômico. O que está errado é a falta de políticas públicas dirigidas para poder dar certo.

Esse ponto que o senhor está levantando, professor [Ennio Candotti], vai impor uma mudança radical. Nós contabilizamos a floresta, para nós ela vale. Mas com as regras de hoje não incluindo a floresta, a moeda é outra. A benfeitoria é a terra desmatada.

Ennio Candotti

Mas o Inbra é permeável a essa discussão ou deve ser permeabilizado?

Jorge Viana

É pouco permeável, porque a visão que eles têm, e eu vejo isso muito presente ainda no governo, é a de que a terra é o foco. Esse é um tema que teremos de amadurecer. A legalização tem de acontecer? Tem. Mas com alguns cuidados para que não se traga de volta o mercado da especulação de terra.

E se vier, não tem jeito, a terra muda de preço imediatamente – a terra, e não a floresta. Será um *boom* de especulação imobiliária na Amazônia cuja dimensão será um desastre. A palavra que eu posso usar é esta, desastre.

Paulo Faveret

Agradeço imensamente a participação de todos, a paciência, a boa vontade, no que diz respeito à comissão de trabalhos, especialmente pelas ideias aqui aventadas.

Sergio Weguelin

Gostaria de reiterar o agradecimento e, como das outras vezes, dizer que vocês vão e deixam os problemas aqui. Temos de administrar o Fundo com todas essas ideias, todas essas provocações. Mas, era o que pretendíamos. Vamos abrir várias frentes, várias formas novas de atuar. Muito obrigado a todos.



Editado pelo Departamento de Divulgação
Março de 2010

www.bndes.gov.br



Ministério do
Desenvolvimento, Indústria
e Comércio Exterior



ISBN 978-85-87545-34-3



9788587545343